



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Mestrado em História

A MEDIDA DAS RAÇAS NA MISTURA IMPERFEITA

Discursos Racialistas em Pedro Calmon - 1922/33

MARIELE S. ARAÚJO

2006

A MEDIDA DAS RAÇAS NA MISTURA IMPERFEITA

Discursos Racialistas em Pedro Calmon - 1922/33

MARIELE S. ARAÚJO
marielesaraujo@gmail.com

Dissertação apresentada ao Departamento de Pós Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Gabriela dos Reis Sampaio.

SALVADOR, NOV/2006.

Para André, hoje e sempre.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desta pesquisa, desde o seu projeto, até o seu instante final. A pesquisa solitária do historiador é sempre apoiada por um grupo de colaboradores, professores, colegas, amigos, familiares, funcionários de instituições, pessoas que sabem ou não de sua importante atuação durante a jornada espinhosa. Não foram poucos os momentos de desânimo, sacrifícios e questionamentos. No final, concluído o trabalho, justifica-se o esforço. Então é hora de lembrar o caminho percorrido e agradecer a André, Gabriela, Hugo, Joana, Jacira, Joel, Bárbara, Renato, Marcos, Samyr, Kátia, Miguel, Telma, João, Jocélio, Edwin, Bob, Sidney, Vilson, Cecília, Cláudio, Paulo, Carla, Luciana, Weldimara, Rubens, Matheus, Antônio, Mário, Eliete e Alan. Sou grata ainda ao apoio financeiro da CAPES, e aos funcionários da pós-graduação em História da UFBA e da UNICAMP – especialmente Cecult e AEL, e da Fundação Pedro Calmon.

(...) O passado ensina e contamina
Aqueles que sonham com uma vida em liberdade
De verdade
Capacidade pra bater de frente
E modificar o que foi predestinado pra gente
Dignificar o que foi conquistado
Mudar de estado, sair de baixo
Sem esculacho é o que eu acho
Não me encaixo nos padrões
Que visam meus irmãos como vilões
Na condição de culpados
Ovelha branca da nação
Que renegou a pretidão (Na verdade é que você...)
Tem o poder de mudar “RAPÁ”
Então passe para o lado de cá, vem cá
(...) Tem que ser sangue bom com atitude
Que a caminhada é diferente pra quem vem da negritude
Que um dia isso mude
Por enquanto vou rezar pro santo
E que nós nos ajude

“O Preto Em Movimento” - MV Bill

RESUMO

Esta pesquisa analisa os espaços sociais destinados ao negro no discurso de construção da nacionalidade brasileira, entre os anos 1922/33, através da produção intelectual do historiador Pedro Calmon. Apresenta os reflexos da posição social deste autor na forma de desenvolvimento dos temas por ele abordados, e interpreta a sua visão acerca do papel do negro na História do Brasil e na formação do caráter nacional, à luz dos conceitos raciais de seu tempo e das reivindicações sociais dos afrodescendentes.

Palavras-chave: Pedro Calmon, negro, raça, nação, identidade nacional.

ABSTRACT

This thesis analyzes the intellectual production of Brazilian historian Pedro Calmon, focusing on his interpretations about the role of black people in the building of a Brazilian national identity between 1922 and 1933. It explains the influence of the author's background - a member of the upper classes - on the development of his studies, and analyzes his view about the importance of black people in Brazilian History and in the building of a national character, based on racial concepts of his time and on the fights of Afro-Brazilian people for rights and citizenship.

Key words: Pedro Calmon, black people, race, nation, national identity.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Robert S. Abbott	18
Figura 2 – “O «homo-sapiens»...”	36
Figura 3 – Pedro Calmon (dir) posa com D. Adelaide de Castro Alves Guimarães	42
Figura 4 - “A estátua da «Mãe Branca» na Praça da República”	51
Figura 5 – A Negra (1923)	52
Figura 6 – Pedro Calmon.....	62
Figura 7 - "Aperfeiçoamento ethnico. Degenerescência moral."	94
Figura 8 – “Na Terra da Crendice”	118
Figura 9 – Mestiço (1934)	136

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
I. OS PROBLEMAS DA GENTE	9
II. PARÂMETROS DA PESQUISA	12
CAPÍTULO 1 - A MISTURA DE TODAS AS RAÇAS	16
1.1. UNIÃO DE RAÇAS	21
1.2. PEDRO CALMON EM CONTEXTO.....	26
1.3. “ALMA DE PRETA”	34
1.4. ESCRAVIDÃO.....	41
1.4.1. UMA ESTÁTUA PARA A MÃE-PRETA	46
1.5. NEGRO – HOMEM QUE NÃO É BRANCO POR TER NASCIDO PRETO.....	54
CAPÍTULO 2 - HISTÓRIA PARA UMA CIVILIZAÇÃO	61
2.1. DESEQUILÍBRIO DE ORIGEM.....	68
2.1.1. NÃO EXISTE PECADO DO LADO DE BAIXO DO EQUADOR	80
2.2. VERDADES PATRIÓTICAS.....	87
CAPÍTULO 3 - OS HERÓIS “FUNAMBULESCOS” DA CONSTRUÇÃO NACIONAL	97
3.1. ROMANCE NEGREIRO	98
3.2. “A BAHIA AINDA É A BAHIA”	102
3.3. OS AFRICANOS	107
3.3.1. MALÊS	108
3.3.2. NAGÔS	113
3.4. MALÊS – ROMANCE E HISTORIOGRAFIA	123
3.5. O NEGRO NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
ANEXO - PEDRO CALMON – NOTAS BIOGRÁFICAS (DHBB)	141
REFERÊNCIAS	146

INTRODUÇÃO

Neste início do século XXI presenciamos uma acirrada discussão sobre a participação dos negros na sociedade brasileira motivada pelas propostas de discriminação positiva, com base no princípio jurídico da igualdade. Este debate propicia manifestações de idéias sobre o racismo, suas conseqüências e formas de combate, evidenciando um contexto social desfavorável aos afrodescendentes no Brasil. Pouco acesso à saúde e ensino de qualidade ou universidades públicas, menor participação em cargos de direção, ou salários inferiores aos dos empregados brancos que exercitam mesma função, são eventos freqüentes na experiência de vida do negro brasileiro¹. O debate reflete a contínua organização e luta de grupos sociais desfavorecidos em busca da garantia de seus direitos, ao longo de gerações².

O histórico é de luta. Após 1888/9, os afrodescendentes livres ou libertos saídos da escravidão, e seus descendentes, começaram a reivindicar uma inserção completa e definitiva na categoria de cidadãos brasileiros, com fundamento nos direitos que a lei lhes conferia³. Não era tarefa fácil. A resistência que encontraram logo nas décadas que se seguiram à abolição relacionava-se diretamente às questões raciais, debatidas abertamente segundo teorias aceitas à época, onde o negro era muitas vezes apontado como um ser humano inferior, capaz de pôr em risco o desenvolvimento do Brasil. Compartilhavam

¹ Ver: Arquivos de “Pesquisa e Indicadores Sociais”, disponibilizados pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. <http://www.planalto.gov.br/seppir/>

² Ver.: CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**. O Longo Caminho. 5ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

³ Ver: Arts. 69-72, CF/1891.

destas idéias muitos intelectuais brancos, crias das elites dirigentes, enfileirados em trincheiras que se opunham a admitir os afrodescendentes como cidadãos plenos.

É neste quadro que encontramos Pedro Calmon, jovem historiador baiano que, em 1933, propôs contar a sua própria “História da Civilização Brasileira”. O estudo desta obra, e outros textos do autor, nos servem como instrumento para o alcance das idéias raciais que circulavam no país à época de suas publicações. Naqueles anos, não havia políticas de discriminação positiva. Ao contrário, muitos buscavam justificar as restrições que as classes dirigentes pretendiam impor à incorporação dos negros ao tecido social brasileiro, indicando espaços que lhes eram então permitidos e/ou negados.

Este trabalho busca analisar os significados destes espaços sociais, atribuídos e/ou recusados aos afrodescendentes, no interior dos discursos de construção do caráter nacional brasileiro, a partir da produção intelectual de Pedro Calmon, durante os anos 1922/33.

I. Os Problemas da Gente

A produção de Pedro Calmon durante os anos 1920 e 1930 esteve motivada por temas relacionados ao debate da nacionalidade e formação do povo brasileiro. Estas questões se mostravam prementes aos intelectuais da época, que almejavam apresentar soluções para incentivar o crescimento do país e sua definitiva entrada nos quadros da “civilização”, a partir de uma perspectiva eurocêntrica⁴. Para isso, discutiam caminhos que pudessem salvar o Brasil dos problemas que julgavam “mais importantes e mais difíceis”, como explicou Edgard Roquette-Pinto: “*os problemas da gente, da raça e educação*”⁵.

⁴ Cf.: FERRO, Marc. **A História Viglada**. São Paulo: Martins Fontes, 1989. p.26.

⁵ ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Ensaio de Antropologia Brasileira**. 3^a. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Ed. UNB, 1982. p.13. O grifo é do autor. A 1^a. edição desta obra é o Vol.XXII da Coleção Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série V, Brasileira, editado em 1933.

A formação da “gente” brasileira, ou seja, sua constituição racial, era apontada como uma questão nacional, discutida de maneira inflamada. O debate envolvia o reconhecimento do que seria uma “raça brasileira”, e como ela deveria ser conduzida a partir de então para garantir o lugar do Brasil dentre os países desenvolvidos⁶. É em busca de definir o caráter do brasileiro que Pedro Calmon se dedica ao estudo da construção da identidade nacional, procurando sua origem. Acaba por apresentá-la como fruto da “união de raças”- do branco, do negro e do índio, integrados no processo de gênese nacional, cada qual a seu modo e proporção, determinando o que chamou de “maciço brasileiro”⁷.

Mesmo compreendendo o brasileiro como resultado da miscigenação de três raças, Pedro Calmon não admitiu que a mistura fosse uniforme. As partes de sua constituição são desiguais, e a mistura é imperfeita. Na sua observação, o Brasil mestiço seria “harmonioso na aparente confusão étnica, afinal equilibrado e – como veremos – **quase homogêneo**”⁸. É no que ficou por ser - mas não era -, no “quase”, que reside a chave para a compreensão do objeto desta pesquisa. Este “quase”, vacilante, expõe as contradições e os conflitos que envolviam os discursos racialistas da época, emergentes da diversidade cotidiana, onde diferentes grupos étnico-raciais exerciam pressões sociais. Os descendentes de escravos, os índios marginalizados, os imigrantes europeus e asiáticos, todos lutavam por alguma integração na sociedade brasileira⁹ - ameaçando a ordem que as elites dirigentes buscavam estabelecer, tendo como modelo ideal as sociedades brancas e industrializadas dos países temperados.

⁶ Ver: LAVALLE, Adrián Gurza. **Vida Pública e Identidade Nacional**. Leituras Brasileiras. S~]ao Paulo: Globo, 2004.

⁷ CALMON, Pedro. **História da Civilização Brasileira**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1933. Coleção Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série V, Brasileira, Vol. XIV. p.34.

⁸ *Loc. Cit.* p. 31. [grifos meus]

⁹ Ver: LESSER, Jeffrey. **A Negociação da Identidade Nacional**. Imigrantes, Minorias e a Luta pela Etnicidade no Brasil. São Paulo: Unesp. 2001.

Neste contexto, analisar os espaços do negro no discurso intelectual ou na sociedade implica observar os graus de relação estabelecidos entre os descendentes de africanos e os outros grupos étnico-raciais que compunham a sociedade brasileira dos anos 1920/30. Afinal, a identidade de um grupo se firma a partir da imposição de fronteiras e limites negociados com outros grupos limítrofes¹⁰. No discurso da formação nacional, devemos estudar tanto os espaços ocupados pelos negros quanto os espaços que lhes são negados. E, nos espaços de sua ausência, compreender o significado da presença dos outros grupos que ali se encontram. Assim, poderemos tentar clarificar as formas de desenvolvimento das relações de poder estabelecidas.

Por outro lado, o discurso intelectual também estabelece relações diretas com a realidade do conflito racial no cotidiano da sociedade brasileira da época, no qual se insere. O debate emerge da experiência do dia-a-dia, do encontro diuturno dos letrados e iletrados, e do embate entre elementos culturais tidos como os mais modernos e os mais arcaicos. Para compreender um determinado discurso, é preciso compreender o contexto de sua produção. Analisar as interpretações de Pedro Calmon sobre a formação da nacionalidade brasileira requer, assim, rastrear o percurso de um longo caminho, que evidencia a inserção do autor no seu contexto histórico, localizando-o diante do debate ao qual se achou envolvido. Afinal, ele não estava só. Ao contrário, assim como os grupos raciais que estudou, também tentava se estabelecer socialmente, de forma que as suas interpretações sobre o caráter nacional refletem as idéias do grupo de sua almejada fixação.

É a partir deste emaranhado de interesses individuais e coletivos que iremos observar atentamente os espaços indicados aos indivíduos negros na construção da identidade brasileira, a partir das idéias e projetos da intelectualidade nacional dos anos 1920/30. Pedro Calmon e sua obra serão os instrumentos de nosso mergulho na sociedade

¹⁰ BARTH, Fredrik. "Grupos Étnicos e suas Fronteiras". In: POUTIGNAT, P. e STREIFFE-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: UNESP. 1998. p.185-227.

deste período, onde os debates sobre o futuro do Brasil se relacionavam com o paradigma da formação racial do brasileiro. Compreender os matizes desta questão diz respeito a uma demanda que se apresenta nos dias atuais. Quão das idéias ventiladas nas primeiras décadas do século XX ainda nos alcançam? Se hoje o debate racial circula dentro de outros temas, como fim do preconceito racial, adoção de políticas afirmativas, defesa da identidade de grupos étnicos, ou reparação aos afrodescendentes, muitos grupos conservadores repetem argumentos fundamentados na mestiçagem e na democracia racial¹¹, tão propalados por aqueles intelectuais brancos dos anos 1930.

II. Parâmetros da Pesquisa

A escolha por Pedro Calmon foi a consequência do seguimento de um estudo anterior¹², quando analisei a peculiar personagem Luiza Mahim, construída pelo autor no romance-histórico *Malês, A Insurreição das Senzalas* (1933), descrita como uma “mulher sem reputação e sem estado”, de “vida libertina” e “cara gaiata”, uma “ladina” que “não valia nada”¹³. A africana liberta, hoje uma heroína, símbolo de luta em muitos movimentos sociais, aparecia na trama como uma traidora de sua raça, sendo principal responsável pelo fracasso do Levante dos Malês, rebelião escrava ocorrida em 1835 na Bahia. Foi a partir desta pesquisa inicial, onde ficou claro o uso de uma perspectiva desfavorável de tratamento ao negro e sua cultura, que surgiu o interesse em aprofundar o estudo de outros textos de Pedro Calmon. Minha intenção foi mergulhar na análise de suas concepções raciais e conhecer os processos de formação de seus discursos racialistas.

¹¹ Cf.: FRY, Peter. “Política, nacionalidade e o significado de «raça» no Brasil”. In: **A Persistência da Raça**. Ensaios Antropológicos sobre o Brasil e África Austral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.205-248.

¹² ARAÚJO, Mariele S. **Luiza Mahim, uma “Princesa” Negra na Bahia dos Anos 1930**. Discursos de Cultura e Raça no Romance-Histórico de Pedro Calmon, “Malês, A Insurreição das Senzalas” (1933). Monografia de Especialização em História Social e Educação. UCSAL, 2003.

¹³ CALMON, Pedro. **Malês, A Insurreição das Senzalas**. Rio de Janeiro: Pro Luce, 1933. p.60, 59, 83 e 34, respectivamente.

Em vinculação com o período de publicação do romance-histórico, foi logo evidente que o debate racial travado à época relacionava-se diretamente aos esforços de definição do caráter nacional. Em uma primeira prospecção, a obra *História da Civilização Brasileira* (1933), que destaca a constituição do povo brasileiro, prometia ser uma fonte valiosa para a compreensão da discussão racial no contexto, e das proposições de Pedro Calmon para a inserção do negro naquele quadro. Contudo, para conhecer o processo de construção das idéias ali contidas, era necessário analisar textos anteriores do autor, a fim de perceber os parâmetros de formação de suas concepções sobre raça e identidade nacional. Desta forma, justifica-se o recuo até 1922, marco de início de sua carreira - e ano em que produziu o primeiro texto sobre o tema da formação da nacionalidade brasileira.

Durante as primeiras análises, entretanto, a *História da Civilização Brasileira* apontou para um quadro desanimador. Pedro Calmon tratava muito pouco do negro naquele livro. Também nos textos dos anos anteriores não havia uma obra temática, um condensado de idéias, que enfeixasse seu entendimento a respeito da contribuição do negro na construção do caráter nacional. Para seguir adiante, as questões inicialmente propostas necessitaram, então, de revisão e enfoque sob novas perspectivas. A questão que passou a nortear o andamento do trabalho passou a ser «por que Pedro Calmon praticamente não tratou sobre a contribuição do negro na *História da Civilização Brasileira*»? Foi a partir desta pergunta que os fragmentos de idéias sobre o negro contidos nos muitos textos do autor começaram a fazer sentido e oferecer significados importantes para as questões que este trabalho se propunha estudar. Neste sentido, o romance-histórico *Malês, A Insurreição das Senzalas* tornou-se importante para compor o quadro de idéias de Pedro Calmon acerca

do negro, e foi integrado à pesquisa a partir do condicionamento histórico que vincula autor, obra e significações aos seus leitores de então¹⁴.

A principal fonte utilizada nesta pesquisa foi a produção intelectual de Pedro Calmon - escritos não publicados, artigos, livros romanceados ou científicos, enfim, uma prolífica bibliografia produzida entre os anos de 1922/33. Outras fontes subsidiárias também foram empregadas na análise de alguns pontos específicos que compõem os capítulos a seguir: jornais, livros e revistas de época, depoimentos de contemporâneos, charges e correspondências.

No “Capítulo 1” exponho o estado das discussões raciais no Brasil no início dos anos 1920, e analiso as primeiras idéias de Pedro Calmon acerca da mestiçagem. Apresento o autor como sujeito histórico de seu tempo, e busco analisar suas percepções sobre a contribuição dos africanos na construção nacional, utilizando principalmente recortes de seus artigos publicados no jornal A GAZETA DE NOTÍCIAS (RJ). O tratamento que o autor dispensa aos negros é contraposto às reivindicações crescentes destes indivíduos, que reclamam inserção na sociedade brasileira. O conflito de interesses é discutido a partir do projeto de construção de uma estátua para a Mãe-Preta, monumento que adquire diferentes significados para brancos e negros na sociedade de então.

Já no “Capítulo 2” estudo a obra síntese *História da Civilização Brasileira*, e discuto os conceitos de raça e miscigenação elaborados por Pedro Calmon, confrontando-o com outros intelectuais da época. Assim, evidencio a original teoria sobre mestiçagem por ele elaborada, e analiso as relações impostas pelo autor entre as três raças que ele considera basilares na formação do caráter nacional, através das diferentes contribuições do branco, do negro e do índio que apresenta. Além disso, estudo os significados do reduzido espaço

¹⁴ CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “Apresentação”. In: CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda (orgs.). **A História Contada**: capítulos da história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p.8-9.

de contribuição africana destinado pelo historiador na sua explicação para a construção de uma identidade nacional.

O “Capítulo 3” é uma avaliação da configuração que Pedro Calmon destina aos personagens africanos no romance-histórico *Malês, A Insurreição das Senzalas*, estabelecendo relações entre os discursos elaborados na obra, o contexto sócio-político da época e a adesão do autor ao projeto de nação idealizado pelas classes dirigentes. Discuto assim os significados das heranças africanas para este programa de nação, e busco evidenciar os espaços permitidos e negados aos negros na história, e na sociedade de então.

CAPÍTULO 1 - A MISTURA DE TODAS AS RAÇAS

Quando o jornalista e ativista negro norte-americano Robert S. Abbott¹ partiu de Nova York em 1923, para visitar as repúblicas sul-americanas, pretendia observar como os negros estavam se desenvolvendo em sociedades modernas que guardavam características climáticas próximas às do continente africano, sua “casa original”². Após uma rápida estadia no Brasil, o jornalista ficou encantado. Observara um certo “Brazilian democratic spirit”, ou espírito democrático brasileiro, que promovia a gestação de uma sociedade onde não havia nenhum tipo de conflito racial – como concluiu. Distante do irascível preconceito de cor contra o qual lutava nos Estados Unidos, o “American colorphobia”, Abbott enxergou na sociedade brasileira um futuro para os negros norte-americanos dispostos a trabalhar e enriquecer. O Brasil seria para eles a terra de oportunidades que a América do Norte não conseguia ser – já que lá as portas para a ascensão sócio-econômica estavam fechadas aos negros. O próprio Abbott sofria com a discriminação racial em seu país – levou dois meses para conseguir que uma companhia marítima lhe vendesse cabine na primeira classe para sua viagem ao sul americano. Assim, ao conhecer brasileiros descendentes de escravos que ocupavam posições de destaque na sociedade, tais como Evaristo de Moraes, Juliano Moreira e José do Patrocínio Filho, Abbott não hesitou em

¹ Robert Sengstacke Abbott (1870-1940). Jornalista e ativista negro, fundador do jornal CHICAGO DEFENDER, em 1905. Cf: <http://www.chicagodefender.com/page/aboutus.cfm> <acesso em 01 jun 2006>.

² “(...) desire to observe the social pulse of the Negro placed in a climatic environment similar to that of his original African home, and one in which life was stimulated by exigencies of modern society.” – In: ABBOTT, Robert S. “My trip through South America”. In: HELLWIG, David. J. **African-American Reflections on Brazil’s Racial Paradise**. Philadelphia: Temple University Press, 1992. p.56.

concluir ter encontrado um país onde as oportunidades se davam através do mérito pessoal, e não da cor³.

O jornalista observou que isso acontecia mesmo apesar da escravidão ainda estar presente na memória da maioria dos adultos - a abolição havia ocorrido há apenas 35 anos e, como salientou A. Oliveira, diretor do ALFINETE, jornal da imprensa negra paulista, em muitas circunstâncias ainda podia-se perceber “as idéias escravocratas que de todo não desapareceram do nosso meio social”⁴. Mas isso, aos olhos de Abbott, não era claro, e sob o seu ponto de vista nada parecia ser empecilho para a harmonia social, garantida à base de uma incrível miscigenação. Animado com suas descobertas sobre o Brasil, tratou de dividi-las com os leitores do seu jornal, o CHICAGO DEFENDER: “O fato de um homem ser negro, amarelo ou branco não carrega significado social. Verdadeiramente, este é um país onde o mérito pessoal conta acima de tudo!...”⁵.

Para completar o que já lhe parecia muito bom este país democrático que era o Brasil estava em plena campanha de imigração, oferecendo oportunidades de trabalho para estrangeiros em diferentes regiões do território. Abbott percebeu o potencial das terras do Mato Grosso para o plantio de algodão, cultura já experimentada por muitos negros no sul dos Estados Unidos, e aventou a possibilidade de ali muitos deles poderem acumular riquezas e ascender socialmente. Já planejava para 1925 a formação de um grupo com 300 negros norte-americanos empresários, profissionais liberais, empreendedores, para virem ao Brasil colher informações de primeira mão acerca das reais possibilidades de investimento e fixação no país. Explicou sua idéia em detalhes na série de artigos onde apresentou o Brasil como “A Terra de Maravilhosas Oportunidades” (“The Land of Marvelous Opportunity”) – e, no último deles, declarou: “Não há país onde o Negro é mais

³ ABBOTT, *op. cit.*, p.55-81.

⁴ O ALFINETE (SP), 22 set 1918.

⁵ “The fact that a man is black, yellow or white carries no social significance. Truly, it is a country where personal merit counts above all else!...”. In: ABBOTT, *op. cit.* p.67.

reconhecido que no Brasil, ou país outro que dará à Raça um tipo de indivíduo altamente desenvolvido”⁶.



Figura 1 – Robert S. Abbott

O otimismo de Abbott sobre a harmonia racial no Brasil e o seu julgamento sobre as muitas possibilidades que homens e mulheres negros poderiam alcançar neste país fizeram soar um alarme entre os intelectuais brasileiros. Diferentemente do que cria Abbott em seus discursos, encontros e manifestações dirigidas à imprensa nacional, sua iniciativa não entusiasmava as classes dirigentes. É o que esclarece a matéria “Imigração negra”, publicada pelo jornal onde Pedro Calmon trabalhava, a GAZETA DE NOTÍCIAS:

Em meio de ótimos conceitos ao Brasil, em carta divulgada por intermédio da Associação de Imprensa, externa o Sr. R. S. Abbott os seus propósitos de em chegando ao seu país de origem que é a América do Norte, organizar ali a imigração negra que se destine à nossa terra e venha fomentar o plantio do algodão. Negro também, o jornalista, o missivista, na delicadeza das referências carinhosas que nos fez, envolve um como indireto, mas fervoroso apelo à **generosidade brasileira**, afim de que não negue acolhida aos seus irmãos de raça que, nessas plagas felizes querem procurar trabalho⁷. [grifos meus]

O próprio Abbott tratou de explicitar seus anseios, e tentou angariar simpatias ao seu projeto. Foi lisonjeiro, destinando “ótimos conceitos ao Brasil”, e ao fazer “referências carinhosas” satisfez os sentimentos ufanistas de muitos nacionais. A própria matéria do GAZETA DE NOTÍCIAS concorda com os elogios, mas apontou que por trás deles e do projeto de Abbott encontrava-se algo além. “Trabalho somente?”- questionou o jornal,

⁶ “There is no country in which the Negro is better placed than in Brazil, and which country will give to the Race a higher developed type of individual.” In: ABBOTT, *op. cit.*, p.81.

⁷ GAZETA DE NOTÍCIAS (RJ), 12 mai 1923.

acerca da motivação dos negros norte-americanos para emigrarem rumo ao Brasil. A matéria, então, explora o tema das relações raciais - reiterando o quanto elas eram harmônicas no país – e aponta esta questão como crucial na fundamentação da vontade de Abbott:

(...) o direito de cidadania que para todos é igual sob a proteção das leis mais liberais do mundo que são as nossas, e sob a tutela dos **nossos sentimentos de humanidade que não alimentam preconceitos odiosos e não distinguem entre os pretos e brancos**, se uns e outros sabem ser moralmente dignos do nosso convívio⁸. [grifos meus]

O repúdio ao preconceito racial era presença recorrente em muitos discursos intelectuais da época, apoiados na ordem republicana vigente onde, na letra da lei, todos eram igualmente detentores do “direito de cidadania”. Na ordem democrática, pós-abolicionista, não havia espaço para distinção entre “pretos e brancos”. Mas esse recurso não significava dizer que havia um consenso acerca da igualdade racial. Para Oliveira, do ALFINETE, “a igualdade e a fraternização dos povos preconizadas pelos princípios de 89 na França e que a república implantou como símbolo da nossa democracia, com relação aos negros é uma ficção, é uma mentira que até hoje não foram postas em prática”⁹, dizia ele em 1918. O não conflito se dava apenas no âmbito do discurso, declarado pelos intelectuais das elites brancas. Mas, de fato, ocorria - através de um pretense sentimento humanitário, um certo altruísmo, fruto da “generosidade brasileira”, e não do reconhecimento de uma verdadeira igualdade entre brancos, negros, índios, asiáticos, e outras categorias definidas à época. A pretensa harmonia social no Brasil baseava-se antes em “benevolência”- algo que o historiador José Carlos Reis identificou como um viés católico, partilhado à época principalmente pelos herdeiros da aristocracia brasileira que, segundo Reis, “procurava reprimir e superar sua repugnância pelo povo brasileiro pela vivência dos valores cristãos da bondade, caridade, filantropia, perdão, renúncia, harmonia,

⁸ GAZETA DE NOTÍCIAS (RJ), 12 mai 1923.

⁹ O ALFINETE (SP), 22 set 1918.

misericórdia”¹⁰. Essa “caridade” possuía limites de tolerância definidos em nome de algo maior: o futuro da nacionalidade. Tendo como certa a inferioridade racial do negro, e após séculos de escravidão africana no país, o que os homens letrados das elites brancas nacionais menos queriam era receber em nossos portos novos grupos de negros, ainda que estes não fossem africanos. Afinal eram negros e, nos seus entendimentos, por essa circunstância poderiam comprometer o desenvolvimento das futuras gerações brasileiras¹¹. Esta é a premissa que torna a idéia de Abbott um verdadeiro desastre à vista das classes dirigentes, como expõe a GAZETA DE NOTÍCIAS:

(...) as suas idéias e os seus planos merecem de nós outros mais simpatias que reparos, mais carinho que invectivas. À força de simples instintos humanitários não é possível, entretanto, resolver uma questão dessa ordem, quando é certo que ao problema imigratório está ligado o destino de uma nação nova, cuja grandeza futura depende da excelência dos elementos étnicos que influam na constituição física do seu povo.¹²

Este caso é um bom exemplo para compreendermos o estado das discussões sobre raça no Brasil no começo dos anos 1920 - quando Abbott visitou o país e causou alvoroço, e Pedro Calmon publicou seus primeiros estudos sobre o Brasil e sua formação. Neles estão presentes os tais “elementos étnicos”, que pareciam importar na garantia de sucesso ou fracasso do povo. Definir quem era o brasileiro, e quem ele poderia se tornar, eram questões que se apresentavam importantes para o futuro do país. A composição do seu povo poderia, às vistas da época, incluir ou excluir o Brasil no rol dos países desenvolvidos. E o cumprimento desta tarefa era assumido pelos intelectuais nacionais,

¹⁰ REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p.42.

¹¹ RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995; SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco**. Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. **Alienação Mental e Raça: A psicopatologia comparada dos negros e mestiços brasileiros na obra de Raimundo Nina Rodrigues**. Tese de Doutorado em Ciências Médicas, Unicamp, 2003; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. 4ª. Reimp. São Paulo: Cia das Letras, 2002; SILVEIRA, Renato. “Os selvagens e a massa. Papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental”. *AFRO-ÁSIA*, Salvador, n. 23, 1999. p. 87-144; CORRÊA, Mariza. **As Ilusões da Liberdade**. A Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil. Bragança Paulista, BP: EDUSF, 1998.

¹² GAZETA DE NOTÍCIAS (RJ), 12 mai 1923.

principalmente jovens como Pedro Calmon, imbuídos pelo sentimento traduzido à época por Gilberto Freyre: “era como se tudo dependesse de mim e dos de minha geração; da nossa maneira de resolver questões seculares”¹³.

1.1. UNIÃO DE RAÇAS

Foi no I Congresso Internacional de História da América, em 1922 – promovido pelo IHGB, evento inserido nos festejos do Centenário da Independência, que Pedro Calmon teve oportunidade de expor suas primeiras idéias sobre a formação da nacionalidade brasileira.

Aos 19 anos, Pedro Calmon - então considerado “um historiador de futuro”, segundo a historiadora Lúcia Maria Paschoal Guimarães, discorreu sobre o tema que emanava dos muitos debates acerca da construção da identidade nacional¹⁴. Em sua palestra o historiador defendeu que a América, de um modo geral, não podia reivindicar uma história própria senão a partir de um período recente – no Brasil, só após o advento do governo republicano – e que por isso as análises deveriam necessariamente ser compostas com a participação da história européia¹⁵. Dentro deste ponto de vista Portugal adquire sempre destaque na lógica que permeia os trabalhos de Pedro Calmon acerca da história do Brasil, principalmente no que tange à formação de nossa nacionalidade. Para o historiador iniciante, o Brasil era um país mestiço que havia sido organizado pelo português:

A colonização brasileira foi operada pela mestiçagem; a americana, com a pureza original dos elementos étnicos conjuntos. Os ingleses emigrados eram na sua maioria trãnsfugas políticos, que enveredavam pelas brenhas da nova pátria com a Bíblia espitada sob os olhos

¹³FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 49ª. ed. São Paulo: Global. 2004. p.31.

¹⁴GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “Um Olhar sobre o Continente: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Congresso Internacional de História da América”. *In*: ESTUDOS HISTÓRICOS. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, n. 20, 1997.

¹⁵CALMON, Pedro. “A América não pode viver de sua própria história. A influência francesa na Conjuração Mineira”. *In*: **Anais do Congresso Internacional de História da América**. Rio de Janeiro, Revista do IHGB, 1925, v. 5. p. 505-525.

puritanos, a amedontrarem as feras das florestas com a toada dos salmos; a primeira população branca do Brasil foi de degredados..., sobre essa camada rastreou a fusão mameluca que cobriu de mestiçagem mulata e cariboca, - de par, é verdade, com **elementos puros** que sempre coexistiram, **em número reduzido**, no Brasil colonial, e **formavam a aristocracia abastada e poderosa**.¹⁶ [grifos meus]

A profusão de elementos étnicos reunidos por Pedro Calmon no processo de miscigenação se integra na formação do povo brasileiro, amalhando descendentes de índios, africanos e europeus, em suas diversas combinações – mamelucos, mulatos, caribocas. O autor ressalta, no entanto, que os europeus que se misturaram no Brasil foram os da qualidade dos degredados, ao contrário do que ocorreu na colônia inglesa, povoada por desertores, ou “trânsfugas políticos”. Assim, os que não se misturaram - os brancos de “elementos puros” - eram escalados para o topo da organização social, como se tratasse de uma seleção natural, automática. Percebe-se aqui o tom pejorativo dado à miscigenação, uma vez que só os *elementos impuros* estariam dispostos a realizá-la. Nesta análise, Pedro Calmon exhibe claramente uma percepção equivocada – mas muito comum à época, principalmente entre as elites brancas letradas – que confunde parâmetros sócio-culturais e biológicos, e estabelece uma hierarquia racial na construção da sociedade brasileira, onde os efetivamente brancos eram os que estavam naturalmente aptos para formar uma “aristocracia abastada e poderosa”. O sentido da mistura restringe-se assim ao ambiente externo a esta aristocracia, é algo que acontece fora de sua esfera. Envolve sujeitos dos baixos extratos sociais portugueses, e elementos considerados inferiores racialmente - índios e africanos, que juntos dão origem ao mestiço, sujeito socialmente subalterno, já que a aristocracia era composta pelos tais “brancos de elementos puros”. Essa visão simplista de estratificação social elaborada por Pedro Calmon, colocando acima de todos o homem branco lusitano, revela o seu compromisso com as classes dirigentes nacionais, e sua

¹⁶ CALMON, Pedro. “A América não pode viver de sua própria história. A influência francesa na Conjuração Mineira”. In: **Anais do Congresso Internacional de História da América**. Rio de Janeiro, Revista do IHGB, 1925, v. 5. p. 505-525.

origem aristocrática, como veremos adiante. Elevando em importância o papel desta aristocracia branca organizadora do território, Pedro Calmon declara-a a mais competente do Novo Mundo, dada a sua origem portuguesa. Para o autor foram os portugueses quem mais compreenderam, “melhormente que os espanhóis, infinitamente mais que os ingleses”¹⁷, o sentido do que seria civilizar um povo – conceito que adota a partir do autor hispânico Joaquim Gonzalez, a quem cita:

Conquistar é civilizar; porém a civilização não significa a morte, nem mesmo a destruição do pensamento e do coração de uma raça. (...) Daquela união de raças separadas por um oceano e que, contudo, se pressentiam por rumores distantes, como um diálogo de dois mundos perdidos no espaço, nasceu uma humanidade rejuvenescida, porque o velho metal experimentado em incorporadas transformações foi refundido no molde vigoroso e virgem de um continente recém brotado das ondas.¹⁸

Desta forma, a colonização portuguesa é apontada por Pedro Calmon como um evento positivo, e que teria se realizado através de uma “união de raças”, ou seja, da mestiçagem. A marcha da civilização não teria significado a destruição dos elementos materiais e culturais dos grupos envolvidos no processo, graças ao modelo empregado pelo português.

O raciocínio da “união de raças” parece coadunar com as idéias então renovadoras do antropólogo Franz Boas, que acreditava que “assim que dois grupos entram em contato estreito, seus traços culturais disseminam-se de um para o outro”¹⁹. Era um pensamento contrário ao que muitos estudiosos da época costumavam defender acerca da fatal aniquilação cultural do grupo considerado menos civilizado diante de outro tido como mais civilizado – obedecendo a uma linha evolucionista de raciocínio, onde o desenvolvimento

¹⁷ CALMON, Pedro. “A América não pode viver de sua própria história. A influência francesa na Conjuração Mineira”. In: **Anais do Congresso Internacional de História da América**. Rio de Janeiro, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1925, v. 5, p. 505-525.

¹⁸ GONZALEZ, Joaquim. **La Tradicion Nacional**, Buenos Aires, 1888, p.30 e 67. *Apud* CALMON, Pedro. *Loc. Cit.*

¹⁹ BOAS, Franz. “Os objetivos da pesquisa Antropológica”. In: **Antropologia Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. p.98.

ocidental europeu era definido como o mais avançado²⁰. Contudo, a despeito da linguagem poética de Gonzalez no excerto escolhido por Pedro Calmon para sinalizar o tom da colonização portuguesa, a semelhança de seu pensamento com as idéias de Boas resistem apenas superficialmente, uma vez que dentre os portugueses os únicos dispostos a se *unir racialmente* eram os degredados - já que os “elementos puros que sempre coexistiram” ficavam de fora da mistura, mais empenhados que estavam em ditar os rumos da nova civilização que aqui se instalava. A propalada “mestiçagem” aparece então como um processo seletivo, capaz de produzir distinções sociais.

Foi inserido nesta lógica que Pedro Calmon defendeu a idéia de que “a colonização brasileira foi operada pela mestiçagem”. O tom da civilização deu ao português “elemento puro”, formador de uma aristocracia. É este seu ponto de partida para analisar a formação do caráter brasileiro, já em 1922 - ano em que efetivamente iniciou a sua participação no cenário da intelectualidade nacional, e lança as bases para a escrita de sua “História da Civilização Brasileira”. No ano seguinte, Oliveira Vianna, declarando-se inspirado por Lucien Febvre e por novos paradigmas das ciências sociais, lança um chamado para as investigações sobre o “grupo nacional”, em busca do conhecimento de uma “lei” que pudesse acusar a “evolução coletiva” da sociedade brasileira:

O que a crítica sociológica apurou até agora é que **a ciência ainda não tem elementos bastantes para determinar as leis gerais da evolução dos povos.** (...) Para nós, no tocante à nossa contribuição para esse supremo objetivo das ciências sociais, o que devemos fazer é, pois, o estudo monográfico de nosso núcleo nacional, procurando descobrir as leis que regem a sua evolução e as que regulam a sua atividade funcional, e revelando o que há nele de específico e original. **Que em cada recanto do globo, onde exista um povo ou uma nação, as suas elites estudem o seu grupo nacional – parece ser a palavra de comando da Ciência aos pensadores de todo o mundo.** Obedeçamos, pois; e, ao invés de querer meter, à viva força, o Brasil dentro de uns tantos quadros esquemáticos de supostas leis evolutivas da humanidade, contentemo-nos de **estudar carinhosamente o nosso grupo nacional e saber quais as leis da nossa evolução coletiva.** É já um grande esforço, obra para algumas dezenas de cérebros fortes e (...) de imensos resultados práticos.²¹ [grifos meus]

²⁰BOAS, Franz. “Os métodos da etnologia”. In: **Antropologia Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. p.43.

²¹VIANNA, Oliveira. “A Comunhão Paulista”. In: REVISTA DO BRASIL (RJ). Nº. 92. Ago 1923. p.328.

A indicação de Oliveira Vianna fazia coro com a de outros intelectuais dispostos a estudar a formação da nacionalidade brasileira, os elementos de construção da sociedade, as características do povo, através de uma ótica evolucionista e mecanicista. Propostas deste tipo permeavam os estudos historiográficos da época, como demonstrou o “Anteprojeto de bases para a elaboração da História da América” - apresentado pelo conde Afonso Celso, no já mencionado I Congresso Internacional de História da América – que consistia, segundo ele, na elaboração de uma grande síntese da “marcha evolutiva da civilização no continente americano”²². A idéia fundamentaria a posição de Pedro Calmon, que defendeu claramente esta mesma perspectiva na sua obra didática “História da Bahia”, onde apesar de repelir a simplificação cronológica da história sustentou a sua causalidade:

A História não é uma cronologia. Também não é um folhetim, a data, o fato, a figura. É a coerência. Chamai-lhe espírito ou causalidade. É o nexos. Os seus elementos essenciais são – o antecedente e o conseqüente. **Quando a compreensão de causa vos permitir a previsão segura – tereis haurido da História o seu melhor, o verdadeiro proveito.** (...) ²³
[grifos meus]

Em busca dos “antecedentes” e seus respectivos “conseqüentes”, Pedro Calmon concebeu a sua visão sobre a construção da identidade nacional, advinda de um processo civilizatório que, na sua compreensão, foi miscigenado, e bastante ordenado pelos lusitanos. Na análise dos eventos do passado esteve sempre interessado o autor em compreender o presente, na esperança de predizer o futuro, com pretensão de haurir da disciplina histórica o que julgou ser o “verdadeiro proveito”. Nesta expectativa é que ele enxerga os homens do passado, atento a suas ações, costumes, e mentalidades. Essa era já uma tendência expressa nos primeiros anos de carreira, quando dividiu seus escritos entre os assuntos do direito, da ficção literária, e da história. Os estudos do passado pareciam lhe

²²Apud GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “Um Olhar sobre o Continente: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Congresso Internacional de História da América”. In: ESTUDOS HISTÓRICOS. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, n. 20, 1997. p.7.

²³CALMON, Pedro. **História da Bahia**. Resumo didático. 2ª. ed. São Paulo: Cia. Melhoramentos, ca. 1929.

interessar mais, segundo um colega do jornal carioca GAZETA DE NOTÍCIAS, onde começou a trabalhar em 1923 – mesmo ano da visita de Abbott ao país. Pedro Calmon seria “literato, porém de outro gênero, mais pesquisador”²⁴.

“Calmonzinho”, como lhe chamavam os companheiros da redação, sempre introduzia tópicos de história nos seus textos²⁵. A predileção dos temas comportava façanhas de heróis patrióticos²⁶, a defesa das artes nacionais e a pintura do cotidiano de um passado escravagista por entre as ruas e sobrados de Salvador e do Rio de Janeiro, ou nos engenhos do interior da Bahia.

Através da análise da coleção de matérias de jornais, e de livros publicados nos anos 1920 – período inicial de sua produção – percebemos a composição do painel de suas primeiras idéias acerca da formação da identidade brasileira e, principalmente, do papel exercido pelos africanos e seus descendentes neste processo. Mas antes de continuar tratando de suas idéias e proposições é necessário conhecer o homem Pedro Calmon, compreender sua posição na sociedade e evidenciar o seu projeto de vida. “Há uma vida no fundo de toda idéia”, escreveu o próprio Pedro Calmon, na lição aqui aproveitada: “para compreenderdes melhor Kant, que vos posso aconselhar, senão o estudo de Kant, o homem, depois do estudo de Kant, o livro?”²⁷

1.2. PEDRO CALMON EM CONTEXTO

Desde a adolescência Pedro Calmon sonhava em ser um autor famoso. Muitos foram os anos de dedicação à escrita, desde que aprendeu a datilografar em uma

²⁴ GAZETA DE NOTÍCIAS (RJ), 02 ago 1923.

²⁵ *Ibid.*

²⁶ O retrato de batalhas militares em defesa da construção nacional valeria a Pedro Calmon, anos depois, grande aproximação com o exército brasileiro. Hoje ele é patrono civil da Academia de História Militar Terrestre, e dá seu nome ao teatro do Quartel-General do Exército Brasileiro em Brasília/DF.

²⁷ CALMON, Pedro. **História da Bahia**. Resumo didático. 2^a. ed. São Paulo: Cia. Melhoramentos, ca. 1929.

Remington, no serviço público arranjado por parentes, ainda nos seus 15 anos²⁸. Dali em diante, não parou mais. Eventuais artigos para jornais baianos, a partir de 1919, foram se tornando corriqueiros em pouco tempo. Entretanto o desejo de alcançar um público maior e o reconhecimento nacional encontrou a oportunidade no final de 1921, quando passava ao 3º. ano da Faculdade de Direito da Bahia. Miguel Calmon²⁹, o padrinho rico e influente, chamava-o para o Rio de Janeiro a fim de integrar a Comissão Nacional dos Congressos da Independência, organização envolvida nos festejos dos cem anos da nação³⁰. Ficou contentíssimo, e gabou-se aos amigos³¹. Afinal, a capital federal guardava promessas.

“Naquela época”, lembrou Jorge Amado, “imaginar-se escritor, um profissional (...) era impossível na Bahia”³². O jurista Hermes Lima foi da mesma opinião – o estado oferecia um “horizonte provinciano”, onde “as perspectivas de trabalho intelectual resumiam-se ao jornalismo e professorado e, quanto a possibilidades editoriais, mínimas ou nenhuma. Editar livro era façanha pessoal e rara”³³. A mudança para o Rio de Janeiro trazia então novas perspectivas, e por isso sonhou Pedro Calmon, diante da vitrine da Livraria Catilina, nas ruas de Salvador:

Lembro-me que parei (...) olhando o volume exposto. Idealizei-o, como se fosse o meu livro, o nome luzente na capa, apresentado ao povo que acima de poderosos e ricos punha reverentemente o autor: porque, afinal, era o meu desejo supremo; o que o Rio me daria: a oportunidade que não teria na província; a hora do livro!³⁴

Em busca do que chamou “desejo supremo”, Pedro Calmon tomou o vapor para o Rio, deixando para trás a família, os amigos, a faculdade – retomada sem prejuízo na

²⁸ CALMON, Pedro. **Memórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. p.75.

²⁹ Miguel Calmon Du Pin e Almeida [1879-1935]. Sobrinho homônimo do Marquês de Abrantes, ocupou destacados cargos na política nacional, chegando a Ministro de Estado em duas ocasiões durante a República Velha. Cf.: ABREU, Regina. **A Fabricação do Imortal: Memória, História e Estratégias de Consagração no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

³⁰ CALMON, *op. cit.*, p.95.

³¹ NOGUEIRA, Adalácio Coelho. **Caminhos de um Magistrado** (Memórias). Rio de Janeiro: José Olympio, 1978. p.17.

³² RAILLARD, Alice. **Conversando com Jorge Amado**. Rio de Janeiro: Record, 1990. p.19

³³ LIMA, Hermes. **Travessia** (Memórias). Rio de Janeiro: José Olympio, 1974. p.38.

³⁴ CALMON, *op. cit.*, p.95.

capital federal. Foi ao encontro do primo Miguel - a quem chamava de tio e que havia lhe custeado os estudos³⁵. Agora ele lhe daria o acesso a outras salas e salões, livremente freqüentados pela chamada “colônia baiana” – grupo formado por membros das elites da Bahia estabelecidos no Rio³⁶. Em janeiro de 1922 despontou Pedro Calmon na Guanabara³⁷, para viver as surpresas do novo em uma cidade em convulsão.

Já do cais Pharoux pode avistar o Morro do Castelo - com seus 5 mil habitantes³⁸-, que logo seria arrasado por “possantes máquinas hidráulicas”³⁹, em nome da higiene e modernidade, e também para abrigar parte da Exposição Internacional do Centenário da Independência⁴⁰. Esta deveria se tornar o acontecimento do ano, prometendo ser “a demonstração prática do progresso e da grandeza do Brasil, em cem anos de vida autônoma” – conforme garantia um anúncio publicitário. O movimento tenentista que eclodiria no Forte de Copacabana e a Semana de Arte Moderna em São Paulo, também ajudariam a movimentar as pautas dos jornais daquele ano. A sucessão presidencial, que agitou os primeiros meses de 1922, também incitava os ânimos pelo tom agressivo da campanha. Insultos e xingamentos de toda ordem esquentavam os partidários de Nilo Peçanha e Arthur Bernardes. No auge de suas diferenças, a GAZETA DE NOTÍCIAS – que já no ano seguinte contaria com Pedro Calmon em sua redação – atacava o candidato e futuro perdedor, o “Nilo «ladroão»”, com os piores predicados. A GAZETA DE NOTÍCIAS, ainda que declarasse ser “ridículo [o] preconceito de raça”⁴¹, fazia lembrar aos eleitores a origem de Peçanha em tom de escárnio, denunciando o estado dos discursos racialistas da época: “egresso das senzalas, esse cafuso demagogo retardatário é, da cabeça

³⁵ CALMON, Pedro. **Memórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. p.73.

³⁶ GAZETA DE NOTÍCIAS (RJ), 3 mar 1923.

³⁷ CALMON, *op. cit.*, p. 97.

³⁸ MOTTA, Marly Silva da. **A Nação Faz 100 Anos**. A Questão Nacional no Cenário da Independência. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1992. p. 55.

³⁹ GAZETA DE NOTÍCIAS (RJ), 03 Jan 1922.

⁴⁰ MOTTA, *op. cit.*, p. 57.

⁴¹ GAZETA DE NOTÍCIAS (RJ), 17 mar 23.

aos pés, um tipo excepcional de covarde”⁴².

Neste agito carioca instalou-se Pedro Calmon na Rua do Catete, num cômodo do Hotel Inglês, lugar pouco distante da residência do primo, um milionário palacete na rua São Clemente, no bairro de Botafogo, que se tornou seu local de trabalho no exercício da função de secretário particular. A participação na Comissão Nacional dos Congressos da Independência ficara totalmente para trás⁴³.

Não coube a Pedro Calmon um quarto na mansão. Manteve assim a imposta distância guardada dos parentes mais abonados, como lamentou naqueles dias a sua mãe, Maria Romana, em carta enviada da Bahia:

“Fui anteontem visitar seu padrinho, estava ele [...] e diversos homens políticos, apresentou-me a um deles como = A Mãe de Pedrinho = e nada mais, depois ficando sozinho tratou-me como minha prima = penso com meus botões que talvez envergonhasse do meu parentesco.”⁴⁴

Aqueles primeiros meses de adaptação certamente não foram fáceis a Pedro Calmon. A nova vida, longe dos amigos e da família, o tom cerimonioso que determinava a sua relação com o padrinho e novo patrão, talvez tenham contribuído para que lhe incomodasse uma gastrite, valendo as observações de sua mãe para se ficasse “longe de comidas pesadas como feijão e conservas de latas”. Provavelmente sentia uma grande pressão sobre si, exercida pelas expectativas de futuro, suas e também de seus pais. Consciente da oportunidade que se lhe abria no convite do padrinho, Pedro Calmon não queria falhar, não queria perder nenhuma chance. Seu objetivo de escalada social era certamente nascido do sentimento de orgulho ferido de sua pequena família falida, muito retratada na revolta explícita de Maria Romana: “Meu filho peço-lhe pela memória de seu falecido irmão que lute até algum dia ser rico para nunca ser pisado”⁴⁵.

⁴² GAZETA DE NOTÍCIAS (RJ), 11 e 12 jan 1922.

⁴³ CALMON, Pedro. **Memórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. p.99.

⁴⁴ Carta de Romaninha para Pedrinho. Bahia, 18 mar 1922. Doc.97, Cx.42. Fundo Pedro Calmon da FPC.

⁴⁵ *Id., loc. cit.*

Senhora criada pelo avô no Paço Imperial, a brincar com os netos de D. Pedro II, e então obrigada a lecionar e reinventar a vida para sobreviver com a família, Romaninha – como costumava assinar suas cartas – fazia ares de conhecedora dos segredos de sucesso, receitando-os ao filho, depositário de suas esperanças:

Você já tomou um curso de dança para não fazer figura de um matuto no salão? Já sabe falar alguma coisa de francês prático?

São estas duas coisas que mais distinguem um rapaz na sociedade (e fazem o encanto das mocinhas bonitas).

Tenha muito juízo meu filho, **não se venda barato**, você com o nome de família que tem, a [...], e o dom feliz da beleza pode escolher até uma **milionária**, assim você **ache uma que se apaixone por você** (quem sabe se você não virá algum dia a ser o mais saliente da família?) Que velhice orgulhosa não teríamos nós? É o que as vezes estou pensando com meus botões!⁴⁶ [grifos meus]

Para Dona Romana o filho era a figura de um bom partido, se conseguisse reunir junto à beleza e ao bom nome as maneiras requisitadas nos salões mais bem frequentados da capital. Demonstrando senso muito prático, não disfarçava suas pretensões – assistir o retorno da família aos círculos de destaque social através de um afortunado casamento do filho. Pedro Calmon não demoraria a arranjar uma candidata de posses para trocar alianças – Hermínia Caillet, a quem declarou ter conquistado recitando versos de Castro Alves no ouvido. Em 1925, a noiva, filha de imigrantes suíços fixados no Paraná, seguiu para a Europa a fim de compor seu enxoval. No ano seguinte, casaram-se no Outeiro da Glória. Miguel Calmon, então Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, mais uma vez subiu ao altar pelo primo, padrinho pela segunda vez, agora no matrimônio. O sogro lhe construiu uma casa em Copacabana, onde morou toda a vida, e lhe ofereceu exclusividade nas causas judiciais que envolviam o seu grande negócio de madeiras⁴⁷.

Mas, à luz da indeterminação do futuro, em janeiro de 1922, tudo ainda estava por acontecer. Naquele primeiro tempo de Rio de Janeiro a confiança fazia par com a dificuldade, e contava sempre o filho Pedrinho com o apoio incondicional da mãe zelosa:

⁴⁶ Carta de Romaninha para Pedrinho. Bahia, 20 fev 1922. Doc.96, Cx.42. Fundo Pedro Calmon da FPC.

⁴⁷ CALMON, Pedro. **Memórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

“Se precisar de algum dinheiro me diga [...] sempre tenho escondido valores que em caso de necessidade me valem e o que tenho é de vocês. Se eu pudesse vendia até meu sangue para dar a vocês”⁴⁸. Mas Pedro Calmon tratava de poupar alguma moeda para remeter à família. Era conhecedor de seus apertos. De início contou apenas com as economias do ordenado pago pelo padrinho, mas logo veio amealhar mais algum dinheiro com a escrita em jornais e o ensino em colégios, para alívio de Dona Romana:

Os vinte mil réis que você me mandou serviram exclusivamente para comprar remédios para seu Pai, além destes gastei [...] todo de meu ordenado com ele, que fim de ano para mim meu filho! **Quantas necessidades, quantas privações, quantos sofrimentos morais que nem posso lhe contar.** [...] Não precisava tão cedo você fazer sacrifícios por nós deixe estar que há de se arrastar a vida assim mesmo como Deus quer.⁴⁹ [grifos meus]

Os sofrimentos morais aos quais se refere relacionavam-se às conseqüências de seu empobrecimento. Maria Romana Moniz de Aragão, nascida em Petrópolis, em 1877, descendia de senhores de engenho do Recôncavo baiano. Foi criada pelos avós maternos, na Quinta da Boa Vista, onde seu avô, Nicolau Nogueira da Gama, fazia a mordomia da Casa Imperial. Conheceu assim, desde pequena, os meandros e enredos que permeavam os ricos salões das elites dirigentes brasileira. Reconhecia seus códigos e sinais, fazendo parte integrante deste grupo seletivo. Seu revés viria após o casamento com Pedro Calmon Freire de Bittencourt. O próspero comerciante foi à bancarrota em Amargosa (BA) e, liquidado em 1903, instalou-se com a família em Salvador valendo-se do auxílio de parentes mais abonados. O filho Pedro contava poucos meses de vida, e não conheceu o período de fartura. Na sua realidade o pai era então funcionário público, e sua mãe professora. Romaninha já não mais se sentia integrada aos elevados círculos sociais, e ressentia-se disso, o que em vários momentos lhe causava o que chamou de sofrimento moral, a exemplo do tratamento dispensado por Miguel Calmon que, à frente de importante audiência, ocultou o parentesco que os unia. “Penso com meus botões que talvez

⁴⁸ Carta de Romaninha para Pedrinho. Bahia, 18 mar 1922. Doc.97, Cx.42. Fundo Pedro Calmon da FPC.

⁴⁹ Carta de Ma. Romana para “filho Pedrinho”. 08 jan 1923. Doc.104, Cx.42. Fundo Pedro Calmon da FPC.

envergonhasse do meu parentesco”⁵⁰ – foi a conclusão de Dona Romana. Mas a lembrança dos áureos tempos não desbotou na sua memória, como citou a sua sobrinha Maria Augusta:

Contava-me histórias de sua vida de menina no Rio. Vira princesas. Brincara com príncipes nos jardins do palácio imperial. E eu lhe perguntava como era um príncipe. (...) Assim eu via Romaninha uma criatura do país de fadas. Uma tarde mostrou-me vestidos que lhe chegavam do Rio – Este é modelo da rainha... apontando um outro: Aquele é copiado da princesa... (...) E Romaninha contava-me histórias dessas criaturas de sangue azul”.⁵¹

As mesmas reminiscências ouviram-lhe os filhos. Essas narrativas e outras, sobre as origens nobres da família aristocrática e açucareira, de sobrenome presente nos acontecimentos políticos dos séculos XVIII e XIX, possivelmente fizeram o despertar de Pedro Calmon para os temas da História do Brasil. Na infância, ao ouvir as memórias da corte lembradas por sua mãe saudosista, essas histórias deviam se agigantar na imaginação ingênua da criança que se tornaria o adulto historiador, biógrafo de D. Pedro II⁵². Crescendo às margens do Palacete Calmon, moradia dos parentes ricos, e ainda alheio às vicissitudes experimentadas pelos pais, o menino Pedro estreitou os laços com a abastada parentela⁵³. Tomou-se logo de amizades com o primo Inocêncio, de sua idade, tendo passagem livre à mansão do tio Francisco⁵⁴, e garantida assiduidade à mesa de refeições, como confessou anos depois: “todas as manhãs o criado Manuel ia dizer-me, na rua do Genipapeiro, que Inocêncio me esperava, para o almoço, a merenda, o jantar”⁵⁵. Esta estreita familiaridade franqueou a Pedro Calmon a convivência íntima com o *escol* da sociedade baiana, facilitando seu trânsito nos círculos sociais mais selecionados - no que

⁵⁰ Carta de Romaninha para Pedrinho. Bahia, 18 mar 1922. Doc.97, Cx.42. Fundo Pedro Calmon da FPC.

⁵¹ *Apud* CALMON, Pedro. **Memórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. p.34.

⁵² **O rei filósofo** - vida de d. Pedro II, 1938; **História de d. Pedro II**, 1975 – 5 volumes.

⁵³ *Cf.*: CALMON, *op. cit.*; TAVARES, Luis Henrique Dias. **Pedro Calmon**. Salvador: Fund. Cultural do Estado da Bahia. 1977.

⁵⁴ Francisco Marques de Góes Calmon [1874-1932], irmão de Miguel Calmon, foi Governador da Bahia entre os anos de 1924-1928. *Cf.*: TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: Unesp; Salvador: Edufba, 2001.

⁵⁵ CALMON, *op. cit.*, p. 64.

também contribuía a sua educação, com acesso aos tradicionais colégios de elite⁵⁶. Assim, tornou-se parte integrante dele, sendo considerado adequado tanto pela sua origem quanto pelo seu tipo - como salientou o amigo Nelson de Sousa Sampaio: “jovem de boa altura, bem afeiçoado, elegante no porte, no andar e no vestir, além de portador de primorosa educação, digna dos seus ascendentes fidalgos pelos lados paterno e materno”⁵⁷.

Crescido no seio dos remanescentes aristocráticos dos engenhos, Pedro Calmon identificava-se com os seus símbolos de riqueza e poder, que designavam o seu lugar de pertença dentre aqueles que se julgavam os mais ricos, mais belos, mais poderosos, mais educados, mais capazes - os ditos mais civilizados, enfim. Se ele próprio herdava a falência de seu pai, a presença dos outros requisitos amenizava a falta de riqueza pessoal, e a cultura do eruditismo ainda poderia lhe elevar aos mais altos graus de consideração⁵⁸. Foi através da aquisição e exibição de conhecimentos da cultura clássica e bacharelesca que Pedro Calmon firmou sua posição dentro deste espaço social letrado onde cresceu, e almejou permanecer. Quis intervir na sociedade. Próximo dos homens de prestígio político procurou ser um deles. Já no fim da vida, ao ser questionado sobre a influência do nome de família na sua trajetória, declarou com vaidade:

Desde Tomé de Souza. Desde o primeiro governador já. Desde Tomé de Souza que a minha família figura na política da Bahia. Desde Tomé de Souza! (risos) É claro! [que isso teve um peso decisivo na sua participação política] Porque constitui o **compromisso hereditário** (risos). Eu mesmo fui Deputado Estadual, Deputado Federal, Ministro da Educação, Reitor da Universidade, candidato a governador do Estado. Muito... uma larga contribuição para a política da Bahia (risos).⁵⁹ [grifos meus]

⁵⁶ Colégio Antônio Vieira, e Ginásio da Bahia – ambos em Salvador/BA. Cf.: NUNES, Antonieta d’Aguiar. **Política Educacional no início da República na Bahia**: duas versões do projeto liberal. Tese de Doutorado em Educação. UFBA, 2003; FREIXEIRAS, Raimundo. **As provas das minhas idéias**. O Abrigo dos Filhos do Povo na causa da criança e o conflito social. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1921.

⁵⁷ SAMPAIO, Nelson de Sousa. “Um Mestre pela Doutrina e pelo Exemplo”. In: **80 Anos de Pedro Calmon**. UFBA: Salvador, 1983. p. 11.

⁵⁸ MACHADO NETO, A. L., **Estrutura Social da República das Letras**. São Paulo: Grijalbo, Ed. USP, 1973.

⁵⁹ CALMON, Pedro. Entrevista ao CPDOC/FVG para o Programa de História Oral: “Trajetória e Desempenho das Elites Políticas Brasileiras”. Rio de Janeiro, Jul 1984. 1h.

Este “compromisso hereditário” com o passado e sua história de família parecem ter norteado a sua produção desde a juventude. Nos seus textos de historiografia, literatura ou jornalismo, Pedro Calmon fez recorrentes menções aos seus antepassados. Sempre havia jeito de por em suas linhas a citação de um ascendente, pela importância que lhes imputava, na convicção que manteve ao longo da vida: “Somos descendentes dos primeiros portugueses que para lá [Bahia] foram, e esta antiguidade da família, esta história da família, pesa-me na minha obra e na minha conceituação de vida, como compromisso com a terra e com a gente”⁶⁰.

Pedro Calmon desde cedo sentia o peso de tal compromisso que tomou para si. E justo ao chegar no Rio naquele janeiro de 1922, em ares diferentes, outros jovens intelectuais buscavam romper com as amarras de um passado conservador. Pedro Calmon se manteve distante dos modernismos, e não esperou muito para iniciar sua produção. Ansioso pelo sucesso e talvez exasperado pela gastrite, tratou de escrever – ali mesmo, nas dependências do Hotel Inglês - as páginas daquela que provavelmente foi a sua primeira novela “completa e incorreta”, como chamou: *Alma de Preta*.

1.3. ALMA DE PRETA

Distante de qualquer vanguarda modernista, a trama de *Alma de Preta* conta os planos de uma revolta de escravos, e se desenrola em um engenho de Mataripe-BA, região do Recôncavo baiano conhecida por Pedro Calmon através das propriedades de seus parentes. *Alma de Preta* apresenta a forma polarizada como o autor compreende a tensa relação entre senhores e escravos no passado escravagista brasileiro. Nas poucas páginas desse romance não publicado, ele desenvolve a idéia de uma sórdida rebelião escrava,

⁶⁰ CALMON, Pedro. Entrevista ao CPDOC/FVG para o Programa de História Oral: “Trajetória e Desempenho das Elites Políticas Brasileiras”. Rio de Janeiro, Jul 1984. 1h.

tramada às escuras pelo “mulato” Martinho, a quem apresenta aos leitores no recinto da casa grande – em um cômodo aristocrático por onde “uma pretinha, andando lentamente ao peso de uma serpentina de prata, iluminou um salão imenso, constelado de alfaias, com grandes retratos de fidalgos de colarinhos rendilhados pelas paredes”. O ambiente sofisticado contrasta com a imagem do próprio “mulato”, um tanto quanto rude e bizarra, segundo a imaginação do jovem Pedro Calmon:

À luz da serpentina, as feições do sr. Martinho apareciam bem escritas, na **cabeça taurina** de mulato forte. Os olhos priscos, indecisos, polpudos, eram sombreados pelos sombrancelhos rijos; as zigamáticas puladas tinham uma barba rala, que descia cara abaixo, a tinturar de leve o queixo quebrado e o pescoço de tendões salientes, até onde crescia o colarinho baixo da camisa domingueira; o fio do pelo era grosso como um fio de ferro. Nos olhos cintilava uma luz intermitente, aos clarões, dando a idéia de uma **fera** que, às carreiras pelo circuito de sua **jaula**, viesse de tempos a tempos, bater com as **presas** nos varões. A grenha enroscada abaixava-se a custa pela pressão do chapéu, e concluía, com um traço inspirado, nesse **perfil de bruto**, a **fisionomia bárbara do mestiço**.⁶¹ [grifos meus]

As feições animais de Martinho não causariam surpresa ao leitor da época, como demonstra a charge dos pugilistas editada pela revista CARETA, em 1924, onde um boxeador negro é classificado como um animal, no comentário desmoralizante do juiz: “É o mais perfeito tipo de homem que se conhece: é um verdadeiro gorila...”. Os paradigmas raciais da época – herdados do racismo científico do século XIX - permitiam que, dentro de uma lógica de escala evolutiva, os negros se aproximassem mais de animais do que dos homens ditos civilizados nos moldes europeus, por conta de serem aqueles considerados “selvagens” ou “primitivos”. Alguns cientistas da época, como Nina Rodrigues, chegaram mesmo a enxergar no africano uma raça humana distinta, e biologicamente inferior, de capacidade intelectual limitada – impossível de ser comparada à raça dos brancos⁶².

⁶¹ CALMON, Pedro. **Alma de Preta**. Rio, Jan 1922. Manuscrito. Doc.7, Cx.114. Fundo Pedro Calmon da FPC.

⁶² RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. 6^a. ed., São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Ed. UnB, 1982. p. 214-260, *passim*.

A associação da imagem do negro a um animal reflete o pouco valor que a população de descendentes dos escravos africanos gozavam no momento, como havia ficado claro no caso Abbott. Naqueles anos os negros muito lutavam para serem respeitados como cidadãos na recente sociedade republicana, que legalmente garantia igualdade de tratamento a todos os indivíduos. Na prática, os resquícios de séculos de escravidão africana legavam aos descendentes de escravos uma situação pouco favorável no estatuto social. Em geral, eram vistos como incultos e bárbaros⁶³.

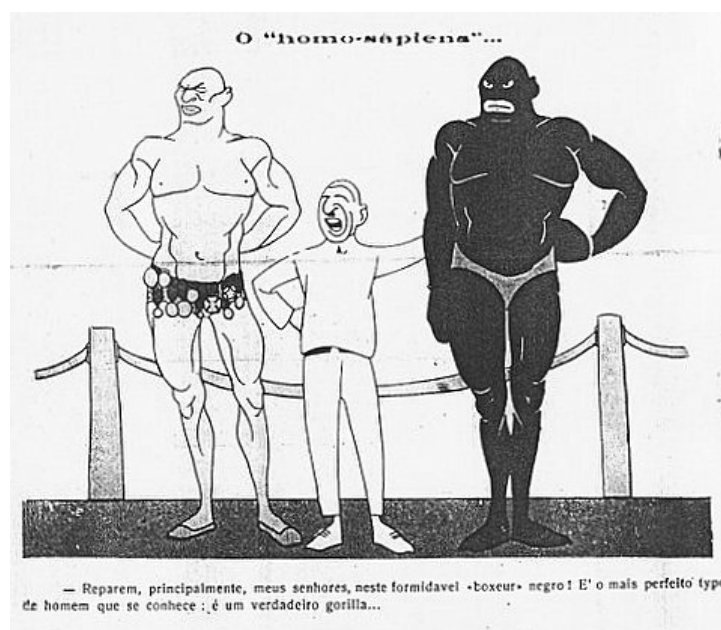


Figura 2 – “O «homo-sapiens»...”⁶⁴

O “boxer” aparecia com naturalidade aos olhos dos leitores de CARETA como um macaco bravo. Martinho, por sua vez, lembrava um touro, uma fera selvagem –pronto para atacar. A sua jaula era a escravidão, e a sua raiva, que nela “ferve incessante”, é contra o escravizador – lembrando as palavras de Manuel Joaquim de Macedo, para quem

⁶³ Cf.: SILVEIRA, Renato da. “Os Selvagens e a Massa. Papel do Racismo Científico na Montagem da Hegemonia Ocidental”. In: AFRO-ÁSIA, n.23, Salvador, 1999. p.87-144.

⁶⁴ “- Reparem, principalmente, meus senhores, neste formidável «boxeur» negro! É o mais perfeito homem que se conhece: é um verdadeiro gorila...” In: CARETA (RJ), 10 mai 1924.

“o escravo, por melhor que seja tratado, é, em regra geral, pelo fato de ser escravo, sempre e natural e logicamente o primeiro e mais rancoroso inimigo de seu senhor”⁶⁵. Na imagem criada por Pedro Calmon, Martinho não era diferente. E, para não chamar atenção contra si, dissimulava:

Mas esse rosto, quando a vista do fidalgo lhe caía em cima, tinha uma expressão [...] de servilidade: o desmentido parecia estar na contração muscular espontânea, que mostrava sob o gibão barato a plástica bovina [...].⁶⁶

Afora a aparência “bovina”, a desfaçatez com que tentava encobrir seu real estado de espírito – de “fera” aprisionada – encobria o teor das suas reais intenções. Chegava ao engenho de Mataripe “com os últimos raios de um sol de agosto do ano de 178...” carregando, para além de cartas e encomendas, um plano articulado de revolta, que incluía iludir o senhor com o alento de falsas informações:

Martinho - De Suibaca, Eugenio manda dizer que está tudo bem.
 Senhor - E o banzo?
 Martinho - Nem sombra. Completamente curados. Riem, dançam ao batuque, passam as noites de lua sob mangueiras, e nas folgas de domingo pescam no tanque...
 Parecem até pretos da terra...⁶⁷

Tudo mentira. Tal qual “Simeão, o crioulo” de *As Vítimas-Algozes*, Martinho tramava alcançar a liberdade e a riqueza promovendo a matança na casa grande. É o que revela a mensagem secreta de um clérigo para o dono do engenho, que acaba sendo alertado da revolta iminente:

“Meu bom amigo e Sr. Apresso-me a fazer-vos ciente de um projeto diabólico que se prepara para a vossa paralisação, e a de todos vossos. Soube há pouco, de um saveirista do Recôncavo, que os pretos de Suibaca estão em franca revolta, já tendo largado trabalho e tomado posse do sobrado. Pois os pretos de Mataripe vão fazer o mesmo, assim que saibam de que houve lá. Precavei-vos pois. Mesmo estas linhas, vós a recebeis certamente porque iludi o portador, dizendo ser uma certidão de batismo que se ia dentro deste envelope. Vosso servidor. Padre Amaro”.⁶⁸

⁶⁵ MACEDO, Joaquim Manoel. *As Vítimas-Algozes* – quadros da escravidão (1869). 3ª. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Casa de Ruy Barbosa, Scipione. 1991. p.3; Ver AMARAL, Sharyse P. **Uma Nação por Fazer**: escravos, mulheres e educação nos romances de Joaquim Manuel de Macedo. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, 2001.

⁶⁶ CALMON, Pedro. *Alma de Preta*. Rio, Jan 1922. Manuscrito. Doc.7, Cx.114. Fundo Pedro Calmon da FPC.

⁶⁷ *Id., Ibid.*

⁶⁸ *Id., Ibid.*

Dando continuidade ao seu intento Martinho, ao pernoitar na senzala, incita os escravos, dá conta dos últimos acontecimentos, e revela detalhes do plano. Postado “no centro da turba” e com “os dois punhos crispados que golpeavam o ar” ele falava aos “pretos do engenho” que, para Pedro Calmon, “eram a multidão”. Segundo o autor, “sua retórica era simples”:

Quando o sino da capela bater uma hora... uma hora depois da meia noite... Dez homens sobem a escada da cozinha; outros dez, a escada principal; dez outros entram pela porta dos viveiros, mais dez pela escada da senzala... o resto guarda as janelas... três para cada uma... (...)
Depois, - e os olhos do mulato lançaram chispas – depois disso o engenho é nosso... a alforria... o dinheiro... a prata... os santos da capela... os vinhos da adega... a cachaça toda... tudo é nosso!⁶⁹

As palavras de Martinho animaram a escravaria ali reunida, e alguns já preparavam suas armas, na descrição de Pedro Calmon: “Aqui e ali, uma foice reluzia, ou era uma faca que tomava nas pedras do chão o seu fio perfeito, passando e repassando naquelas mãos pretas, com cintilancias de estrela cadente”. O massacre parecia próximo e, na casa grande, o senhor alarmado refletia com o filho sobre a gravidade do aviso do padre:

“Pressinto já para esta noite coisas terríveis... Diz-me o coração que tua mãe, que tu, que eu, corremos um perigo, mais ainda que o podemos suportar... Há no engenho duzentos pretos novos, dessa **maldita raça dos aussás**. Devem, agora, estar descansando na bagaceira...”⁷⁰
[grifos meus]

Na verdade não descansavam. Armavam-se, afoitos, para a tomada do engenho. Alguns, mais ansiosos, nem queriam esperar o sino da igreja marcar uma hora da madrugada. “Vamos já!”, bradou um deles a Martinho, que não abria mão do seu projeto: “Não, a uma hora, depois da meia noite”. Enquanto esperavam o sinal, se aprontavam, amolavam suas facas, incitavam o seu ódio. Pedro Calmon descreve o grupo, realçando os

⁶⁹ CALMON, Pedro. **Alma de Preta**. Rio, Jan 1922. Manuscrito. Doc.7, Cx.114. Fundo Pedro Calmon da FPC.

⁷⁰ *Id.*, *Ibid.*

detalhes corporais dos escravos, pintando um quadro de demonstração de força bruta e selvagem, animal:

“O reflexo das fogueiras pintavam nos rostos dos escravos largos gilvazes sangrentos. Os membros nodosos, nus, cor de ébano novo, estorciam-se acima dos calções de pano, em espasmos musculares. Dentaduras magníficas riam por detrás de beiços grandes, escuros como de animais. A linguagem de uns era atropelada, mas distinta de outros, simplesmente onomatopaica. Punhos colossais oscilavam de braços truncados, fortes como árvores. Troncos de colossos ritmavam o respirar, como piquiás ao raivar das rajadas. Os olhos acesos alumiam tanto quanto lareiras.”⁷¹

De acordo com a imaginação de Pedro Calmon eram todos eles feras enjauladas, de corpos rijos, fala desarticulada, e gestos ameaçadores. Em confronto com o fidalgo e seus possíveis defensores, quem poderia ganhar? E quais as conseqüências de tal embate? O escritor, no entanto, parece não ter concluído a sua história, e a narrativa se interrompe justo antes do anunciado embate. Mas este tema não lhe saíria da mente, como veremos no Capítulo 3 adiante. *Alma de Preta* foi a semente que o autor lançou para, anos depois, retornar ao tema da revolta escrava, através da chamada “raça maldita dos aussás”, tão temida pelo senhor de Mataripe.

A escolha pelo engenho de Mataripe como palco da ação desta novela principiante não foi ao acaso. Como já mencionado, em seus textos Pedro Calmon sempre procurava estabelecer um vínculo com o passado de sua família. Mataripe era engenho de posses dos ascendentes de Dona Romana. A freqüente recorrência aos signos de valor da parentela, rememorando seus títulos, posses e status, serviam a Pedro Calmon principalmente como reforço de sua inserção neste universo, o qual em verdade se mantinha à margem. Talvez esta tenha sido a forma por ele encontrada para fugir daquilo que sua mãe classificara como “sofrimentos morais”. Era o primo pobre, que insistia em valorizar a história da nobre família que também era sua. Tomou para si o “compromisso hereditário”, e fez dele

⁷¹ CALMON, Pedro. *Alma de Preta*. Rio, Jan 1922. Manuscrito. Doc.7, Cx.114. Fundo Pedro Calmon da FPC.

o passaporte definitivo para a escalada social dentro de sua própria família, nos círculos elitistas baianos, e depois nacionais.

As recorrentes referências e exaltação à história de família, envolta em realidade ou não, servia a Pedro Calmon para a sua própria afirmação dentro dos seletos círculos das elites brancas letradas. Amparado no sobrenome, disfarçava a sua original condição de parente necessitado ao se tornar historiador oficial dos feitos ancestrais de seu clã. Fazia-se importante para a continuidade da legitimação da família ao tecer, e fortalecer, suas relações com as raízes do poder ao longo da história nacional⁷². Isso fica bastante explícito em *O Marquês de Abrantes*, onde Pedro Calmon exalta a memória do Miguel Calmon ancestral⁷³, ressaltando as questões nacionais de que este se ocupou – a exemplo das lutas pela independência do Brasil, e a política de atração de imigrantes europeus para resolver o “problema do povoamento e da civilização do Brasil”⁷⁴.

Esta posição conservadora define a distância de Pedro Calmon dos movimentos modernistas que ganharam fôlego a partir de fevereiro de 1922, com a Semana de Arte Moderna em São Paulo. Enquanto alguns intelectuais vanguardistas procuraram romper com a Academia Brasileira de Letras, considerada por estes um dos “símbolos materializados do passadismo a combater”⁷⁵ – na análise da historiadora Ângela de Castro Gomes-, era justo lá que Pedro Calmon almejava ingressar.

Durante a década de 1920 a ABL se tornou alvo de polêmicas entre intelectuais. Alguns mais contundentes, como Graça Aranha, membro fundador, abandona a sua cadeira em nome do “espírito moderno”, declarando em meio a vaias e aplausos, em 1924, nos

⁷² CHALHOUB, Sidney. “Ciência e ideologia em *Memórias póstuma de Brás Cubas*”. In: **Machado de Assis**: historiador. São Paulo: Cia das Letras, 2003. p.94-130.

⁷³ Miguel Calmon du Pin e Almeida, o Marquês de Abrantes [1796-1865]. Foi Ministro da Fazenda no Primeiro e no Segundo Reinado, ocupou ainda diversos cargos políticos como Deputado, Senador, participou de missões diplomáticas no exterior, e participou da fundação de uma companhia de colonização na Bahia.

⁷⁴ CALMON, Pedro. **O Marquês de Abrantes**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara. 1933.

⁷⁵ GOMES, Ângela de Castro. **Essa gente do Rio...** : modernismo e nacionalismo. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999. p.29

salões da Academia, que a sua fundação fora um equívoco⁷⁶. Pedro Calmon, se lá esteve, por certo engrossou o coro das vaidades, na defesa da instituição que cuidou dar entrada alguns anos depois. Foi a partir destas posições que Pedro Calmon começou a contemplar o mundo e a nação que buscou compreender através da disciplina histórica. A sociedade que o cercava, dinâmica e convulsiva, o espreitava expectante, enquanto ele buscava desvendá-la e entendê-la na sua formação e composição, à medida que construía o seu próprio caminho.

1.4. ESCRAVIDÃO

A escravidão foi assunto recorrente nas publicações de Pedro Calmon, ainda que na maioria das vezes não fosse o enfoque principal de suas apreciações. Mas ao compor o passado brasileiro não deixou o autor de lhe reservar espaço no cenário do dia-a-dia nacional. O seu julgamento condenatório do sistema escravista expressou-se através da admiração que sentia pelos abolicionistas. Em visita a São Paulo com os colegas da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, foi Pedro Calmon quem declarou “palavras repassadas de mágoa e exaltação patriótica” junto ao túmulo de José Bonifácio, onde depositaram uma “formosa coroa de flores”⁷⁷. Mas o seu abolicionista preferido era o baiano Castro Alves, a quem gostava de citar, e depois cuidou de estudar a vida e a produção literária⁷⁸. Em viagem com colegas jornalistas, não dispensou o registro de uma fotografia com a irmã do poeta dos escravos, a quem encontrou fortuitamente em um navio que seguia do Rio de Janeiro para a Bahia.

⁷⁶ Cf. EL FAR, Alessandra. **A Encenação da Imortalidade**: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897-1924). Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000. p.126 *et passim*. Ver: RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. **A Dança das Cadeiras**: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913). 2ª. Ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, CECULT, 2003; VELLOSO, Mônica Pimenta. **Modernismo no Rio de Janeiro**: turunas e quixotes. Rio de Janeiro: Ed. FVG, 1996.

⁷⁷ GAZETA DE NOTÍCIAS (RJ), 09 jun 1923.

⁷⁸ **História de Castro Alves** (1947), **Castro Alves, o homem e a obra** (1973), **Castro Alves** (1974).



Figura 3 – Pedro Calmon (dir) posa com D. Adelaide de Castro Alves Guimarães⁷⁹

A escravidão africana, abordada por Pedro Calmon com maior ou menor ênfase, fez-se sempre presente na construção do cotidiano da sociedade em formação. Nas casas coloniais, por exemplo, descritas como prédios quadrados “de rijos contrafortes”, com “sonoros batentes” e janelas inferiores com “gradil de senzala”, não podiam eles faltar – os escravos. Dentro das casas, eram bem representados pelas negras “mucamas” que lá de “dentro vozeavam confusamente” na “azáfama caseira”. Do lado de fora, descreve Pedro Calmon, “naquelas largas soleiras de pedra os pretos cativos, com o olho bovino preso na tranqüilidade da maré gaguejavam a reza, o canto e a blasfêmia...”⁸⁰.

Não só nas casas, mas também nas ruas, aparecem os africanos e seus descendentes no dia-a-dia da escravidão evidenciada pelo autor. No Rio de Janeiro do século XIX, estavam lá

(...) pretos vendedores de manjares, cabeleireiros ambulantes e mercadores de bebidas e refrigerantes, [que] faziam o seu negócio sobre as tendas de lona, com cães vadios ao pé,

⁷⁹ “A senhora D. Adelaide de Castro Alves Guimarães, irmã de Castro Alves, em companhia dos jornalistas Amadeu Amaral, director da «Gazeta», Pedro Calmon e Porto da Silveira”. GAZETA DE NOTÍCIAS (RJ), 27 jul 1923.

⁸⁰ CALMON, Pedro. “Arte Brasileira”. In: GAZETA DE NOTÍCIAS (RJ), 04 jun 1926.

malta de libertos dormindo ao sol, **bêbados** e **vagabundos** insultando-se debaixo das vistas gordas da polícia.⁸¹ [grifos meus]

E, na redondeza das roças, havia ainda outros “escravos a tratarem da horta, em calções de aniagem, com os bustos nus, luzidos e tranqüilos”. Adiante, no seu quadro, eram os “os escravos desembarcados, em tanga, com os punhos e tornozelos sangrando do atrito das cadeias, [que] enchiam os entrepostos nauseabundos”⁸².

Também na Bahia colonial - que para Pedro Calmon tinha uma vida “patriarcal e amena”, desassossegada pela invasão de holandeses no século XVII - aparecem os negros em “tanga de aninhagem”, figurando ao lado de “guerrilheiros mamelucos, índios de Cachoeira e da Torre” para defenderem a posse de Portugal, sob o comando de um certo “frade branco” – D. Marcos Teixeira. Do outro lado da batalha, surgem os africanos de forma controversa, contribuindo para a degeneração dos soldados batavos que, segundo Pedro Calmon, perambulavam na cidade esvaziada de Salvador, desgastados pelas batalhas, “tresvairados das saudades, ébrios dos vinhos caros, asselvajados pelo torpe contato das senzalas”⁸³. O mesmo episódio, em Pernambuco, ensejou a lembrança do liberto Henrique Dias, um dos patronos do exército brasileiro, que incendiou canaviais: “distinguiu-se em tais devastações Henrique Dias. No «papel forte», duas vezes citou Vieira o fato de um só negro bastar para inquietação e ruína dos holandeses nos seus próprios campos”⁸⁴.

Na pintura deste passado uma imagem do negro é construída através da figura do escravo, e do insistente “olhar bovino” que Pedro Calmon lhe atribui com freqüência, tornando sua fisionomia animalesca. Se o português é por ele apontado como o lume da

⁸¹ CALMON, Pedro. “O Rio de Janeiro há Noventa Anos”. In: GAZETA DE NOTÍCIAS (RJ), 25 dez 1926.

⁸² *Id.*, “O Rio de Janeiro há Noventa Anos”. In: GAZETA DE NOTÍCIAS (RJ), 25 dez 1926.

⁸³ *Id.*, **Armas Floridas**: a restauração da Bahia em 1625. Rio: Pongetti e Cia. 1926. p.7-28.

⁸⁴ VIEIRA, Antônio. **Sermões Patrióticos**. Anotações de Pedro Calmon. Rio: Edições Biblos. 1933. p.175-6. Nota 149.

civilização no novo mundo, eis que o africano sequer consegue se expressar de forma articulada: ele gagueja – seja a reza, o canto ou a blasfêmia... Por vezes surge se comunicando através de sua “língua esfarrapada da Costa da Mina”⁸⁵ ou na “língua de Angola”⁸⁶. Ou, como em *Alma de Preta*, simplesmente balbuciando uma linguagem “onomatopaica”. Sua aparência semidesnuda, poucas roupas em trapos, e suas feridas expostas, ao condizerem com sua indulgente condição escrava também evidenciam o grau de distância em que se encontra do sistema cultural europeu, que predominou durante toda a colonização. Esta cultura européia, para Pedro Calmon e a maioria dos homens letrados de seu tempo, significava o máximo grau da civilização.

Distingue-se do quadro a menção a Henrique Dias, negro liberto que surge lutando em defesa da manutenção do poder dos senhores de engenho de Pernambuco, sendo por isso mesmo reconhecido como herói da pátria vindoura. Os seus outros irmãos de cor, menos achegados aos seus senhores, travaram com os holandeses relações que o autor chamou de torpes, capazes de transformar a essência do batavo, aproximando-os da selvageria, ao contato íntimo com as senzalas dominadas. Foi sob este mesmo argumento que a influência do negro e sua cultura foi durante muitos anos rechaçada, temendo-se *asselvajar* toda a população brasileira e, conseqüentemente, condenar o futuro de nossa nacionalidade. Nesta linha de raciocínio foi repelida a iniciativa de Abbott em promover a imigração de negros norte-americanos para o Brasil, como deixou claro Afrânio Peixoto, refletindo a visão das elites brancas intelectualizadas:

[...] a América pretende desembaraçar-se de seu núcleo de 15 milhões de negros no Brasil... Quantos séculos serão precisos para depurar-se todo esse **mascavo humano**? Teremos albumina bastante para refinar toda essa **escória**? Quanto tempo ainda para a redenção de Cam? Não bastou a Sibéria... Descobriram o Brasil!!!... [...] Deus nos acuda, se é brasileiro!⁸⁷ [grifos meus]

⁸⁵ CALMON, Pedro. “A Bahia de 1836”. In: GAZETA DE NOTÍCIAS (RJ), 08 jan 1926.

⁸⁶ *Id.*, **O Tesouro de Belquior**: novela da prata. São Paulo, Cayeiras, Rio: Cia Melhoramentos de São Paulo, ca. 1928. p.10.

⁸⁷ GAZETA DE NOTÍCIAS (RJ), 28 dez 1923.

O negro representava a “escória” da humanidade – sendo necessário mantê-lo à margem da sociedade brasileira, até que fosse perdendo suas características imanentes através da operação das seguidas miscigenações, que espalhariam “albumina” em seu sangue. Sob o ponto de vista desses grupos, o negro parecia não estar ainda pronto para assumir seu papel cidadão. Seus modos eram “inadequados” diante da sociedade organizada.

Para Pedro Calmon os negros ficaram atordoados e confusos com a súbita liberdade⁸⁸, à qual muitas vezes gozavam embebedando-se e promovendo desordem como os cães que os acompanhavam - possivelmente integrando todos a mesma “malta de libertos”, na opinião do autor. Os fugidos, quilombolas, também promoviam a intranqüilidade:

Os quilombos de pretos fugidos, nas matas densas do Corcovado (...) punham constantemente de sobreaviso os roceiros pacatos e davam ao estrangeiro a impressão penosa de que se não conheceria nunca uma tranqüilidade perfeita nesta cidade magnífica. E era isso verdade!⁸⁹

A sociedade escravagista vivia inquieta, distanciando-se da visão romantizada que o autor tenta, muitas vezes, apresentar, evocando imagens de uma vida diária “patriarcal e amena”, onde tudo seguia uma ordem determinada. Mas a contradição de sua assertiva apresenta-se no conflito estabelecido a todo instante, oriundo desse sistema patriarcal e escravocrata, onde as tensões surgem em diferentes espaços retratados por Pedro Calmon - como fica claro através da construção da personagem africana Bernardina.

Bernardina, “preta, silenciosa e boçal”, cuja origem não se define o autor, na confusão de chamá-la de “velha negra angoleza” e depois descrevê-la como “alta, envelhecida, com o seu carão redondo de preta mina, uma cicatriz medonha na face”. Ela serve a Afonso de Aguiar, jovem que faz às vezes de herói na trama de “O Tesouro de

⁸⁸ CALMON, Pedro. **História da Bahia**. Resumo didático. 2ª. ed. São Paulo: Cia. Melhoramentos, ca. 1929. p.186.

⁸⁹ *Id.*, “O Rio de Janeiro há Noventa Anos”. In: GAZETA DE NOTÍCIAS (RJ), 25 dez 1926.

Belquior”, história que tem início com o assassinato de um fidalgo por escravos – “demônios, todos de blusa de aniagem e calção amarelo”⁹⁰, segundo Pedro Calmon. Africana, quituteira, “Sá Bernardina”, vestida com blusa de algodão, “saia de chita com largas ramagens e um torso vermelho de odalisca” representava a estirpe das mucamas, caracterizadas pelo autor como mulheres “curiosa[s], enredadeira[s], proxeneta[s], como costumavam ser as mucamas serviçais”. Bernardina viva “emporcilhada pelas fuligens do fogão, desalinhada e muda, com as mesmas ramagens na saia rodada e mesma cor no turbante da Costa”. E, mesmo com o seu “passo gingado e forte”, a mucama teria sido para Afonso uma sombra, no enredo de Pedro Calmon: “foi para ele como um desses animais domésticos, familiares e macios, que nos roçam as pernas sem que os vejamos”. Mãe de “quatro molequinhos pretos”, considerados por Pedro Calmon como uma “prole miserável”, seria Bernardina o tipo ideal de Mãe Preta a quem se deveria erguer uma estátua em praça pública?

1.4.1. Uma estátua para a Mãe-Preta

“Que é isso de mãe preta?” – indagou Pedro Calmon a si próprio, para logo em seguida responder: “é o Brasil”.

A questão retórica se apresentou em 1926, a partir de uma proposta de Cândido Campos, proprietário da NOTÍCIA, jornal carioca considerado da situação – e por isso mesmo também conhecido como o “jornal cor-de-rosa” ou o “jornal dos punhos de renda”⁹¹. A idéia de Campos era promover o levantamento de uma estátua para a Mãe

⁹⁰ CALMON, Pedro. **O Tesouro de Belquior**: novela da prata. São Paulo, Cayeiras, Rio: Cia Melhoramentos de São Paulo, ca.1928. p.12.

⁹¹ DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro – CPDOC/FGV. Versão 1.0.

Preta, figura à época homenageada nas datas de 28 de setembro, aniversário da Lei do Ventre-Livre⁹². Pedro Calmon achou a “idéia maravilhosa”, e a justificou:

No fundo da tela épica da organização brasileira se modela, esbatida nas sombras de um pobre destino, a mulher escrava de sedosos braços, de alvos dentes, de um sorriso fresco e bom... Foi a ama de leite da pátria.⁹³

A apresentação desta mulher negra e cativa, então denominada “Mãe Preta”, na “tela épica” da construção da nacionalidade, abria um espaço para a inserção do negro no quadro da história do Brasil, através de um estereótipo de servilismo, amabilidade e abnegação. A Mãe Preta simbolizava tudo isso, como esclareceu Pedro Calmon:

Nascida nesta terra bendita, a luz loira do sol lhe trouxe a liberdade que lhe recusavam os homens. Escrava – era senhora pelo bem que espalhou, pelas afeições que semeava, pelos carinhos que colheu, pela ternura comovida com que aleitou nos seios pujantes os filhos dos senhores. Era a “mãe preta”. A pátria cresceu como as crianças: afagada pela bondade humilde dessa grande amorosa da amorosa História americana. **Nem importava que o pai, irmãos, marido, os filhos pretinhos, tivessem a morte no tronco, ao estalar do açoite, ao gemer dos grilhões, ao zunir das bastonadas. Chorando, sangrando, rindo, a mãe postiça das criancinhas brancas alimentava com mais amor os entezinhos que lhe mandavam amar...**⁹⁴ [grifos meus]

A “ternura comovida” da Mãe Preta externa-se para Pedro Calmon através de sua total submissão às determinações do senhorio, até o instante mágico em que o sol, derramando sua “luz loira”, concedeu-lhe a liberdade. Até este dia a Mãe Preta, acima de qualquer coisa, desvelava o seu leite e carinho para as “criancinhas brancas”, sem lhe importar os sofrimentos impostos aos seus irmãos de cor, ou parentes de sangue. Mesmo que fossem os seus filhos, pai, irmão ou marido, levados ao açoite no tronco, rondando-lhes a morte. A Mãe Preta “nem [se] importava”, defendeu o autor.

Esta interpretação de Pedro Calmon sobre a reação da Mãe Preta cativa, longe de lhe parecer sinal de frieza ou crueldade, é tida como louvado ato de “estoicismo”. Mas o

⁹² Ainda hoje alguns calendários festivos apontam esta data como sendo “O dia da Mãe Preta”.

⁹³ CALMON, Pedro. “Mãe Preta”. In: GAZETA DE NOTÍCIAS (RJ), 13 abr 1926.

⁹⁴ *Id.*, *Ibid.*

próprio autor logo se padece da pobre Mãe Preta, e externa sua consciência acerca do real sofrimento a que era ela submetida:

Mártires, miseráveis mulheres a quem se não dava o direito de sentir e de querer, **desgraçadinhas** de cujo imenso coração sugava a família senhoril toda a afetividade como sorvem as abelhas forrageiras o néctar das flores, **simbolizam nas tradições brasileiras a resignação que redime e santifica**. Muitas, que sofreram, penaram, morreram, e nos velhos engenhos do meu norte onde correram mais lentos os rios e a sabiá saúda – turaniano das selvas – o sol que agoniza, quantas que se finará velhinhas sem lar e sem esmola, não mereceram figurar no hagiológico e resplandecer em altares!⁹⁵ [grifos meus]

Ela sofria, e era antes uma “desgraçadinha” que uma mulher-máquina que “alimentava com mais amor os entezinhos que lhe mandavam amar...” Os seus tristes desígnios, oriundos da condição escrava, podem então adquirir proporções simbólicas mais amplas, representando o infortúnio de todos os seus irmãos de cor escravizados⁹⁶.

A Mãe Preta correspondia à imagem idealizada de nutriz, “ama de leite da pátria”, como quis Pedro Calmon e muitos de seu tempo. O apelo de sua imagem erigida sob os (pré)conceitos dos herdeiros da aristocracia escrava tornavam-na submissa à escravidão de uma memória maculada. A Mãe Preta foi uma só, mas muitas houveram reunidas sob a estereotipagem de uma escrava, mulher negra, abnegada e dócil. Pedro Calmon as cita, incluindo em seu rol a rebelde Luiza Mahim, sua “Jeanne d’Arc africana”:

Castro Alves, por primeiro, va<...> no molde ciclópico do seu verso o bronze candente de uma glorificação: cantou Maria, a mulatinha bonita, dos longos cabelos e do olhar fatal, e o astro pôs uma braçada de flores na sepultura rasa e anônima da escrava. Luís Gama, filho dela, não a esqueceu nunca – a bela crioula da Bahia [Luiza Mahim], talvez da Líbia rainha, que ocupa na história trágica dos levantes de negros um papel misterioso e vago de Jeanne d’Arc africana... Renegara-a Domingos Caldas Barbosa, nascido num navio negreiro, ao embalo mole da onda, e quando mais o vento soluçava nas enxárcias sonoras... Mas o abolicionismo caiu de joelhos diante dela. D. Pedro II tivera a sua “mãe preta”. Os anos passaram. Outros tempos, outros costumes... Já os filhos dos ricos, ao nascerem, não são confiados à seiva sã de uma rija negra da fazenda... **A ama de leite cativa, saindo da vida real, entrou para a vida histórica. A sociologia filhou-a, para estudá-la e julgá-la; a crônica reteve-a, para fantasiá-la e explicá-la: o romance lhe tomou a lealdade a canção lhe aproveitou a meiguice, a lenda fez do seu carinho um berço d’ouro, em que todas as crianças sonham dormir. Agora cogitamos erigir sua estátua.**⁹⁷ [grifos meus]

⁹⁵ CALMON, Pedro. “Mãe Preta”. In: GAZETA DE NOTÍCIAS (RJ), 13 abr 1926.

⁹⁶ Ver: GRAHAM, Sandra. **Proteção e obediência**: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910. São Paulo: Cia das Letras, 1992; SEGATO, Rita. “O Édipo Brasileiro: a dupla negação de gênero e raça”. In: SÉRIE ANTROPOLOGIA, 400, Brasília: UNB, 2006.

⁹⁷ CALMON, Pedro. “Mãe Preta”. In: GAZETA DE NOTÍCIAS (RJ), 13 abr 1926.

Tal Mãe Preta só existiu nos delírios dos homens brancos, filhos e netos da aristocracia escravagista. A imagem que se queria pôr em uma estátua era o fruto da “crônica” e do “romance”, sob os traços de uma “fantasia”. Isso nos leva a crer que Sá Bernardina estava muito distante da Mãe Preta idealizada – esta sim, digna de um monumento para si. Encontrava-se longe da aparência emporcalhada e pouco digna da quituteira. Sá Bernardina parecia-se mais com as negras que ainda podiam ser vistas pelas ruas das cidades brasileiras, na labuta para sobreviverem e criarem condignamente seu filhos, “molequinhos pretos”⁹⁸. Já Mãe Preta, explorada como os outros escravos, todos *sugados* pela “família senhoril”, é a imagem da “resignação que redime e santifica”⁹⁹ – um símbolo apropriado para a exaltação do negro, a partir das classes dominantes. Representando algumas de suas vozes, Pedro Calmon entusiasmou-se pelo projeto de Cândido Campos, apoiando a construção da estátua:

Seja-lhe erguido o monumento, que o será da raça secularmente espezinhada, da alma brasileira que vibrou sob uma carne pigmentada, do passado do país que é todo cheio de amatividade, do coração e do estoicismo da mulher negra!¹⁰⁰

Para Cândido Campos havia um débito moral da sociedade brasileira para com os descendentes da “raça secularmente espezinhada” - como citou Pedro Calmon. Campos o denominou “dívida de gratidão”, à qual o Brasil deveria *pagar* com a construção do monumento. Em carta ao redator do CLARIM D’ALVORADA, jornal da imprensa negra paulista, ele renova seu compromisso público:

Aqui continuo, como sempre, ao seu inteiro dispor, e trabalhando com todas as minhas forças para que, no mais breve prazo **o Brasil pague** com o Monumento à Mãe Preta, a **grande dívida de gratidão** a raça magnífica que foi um dos maiores pastores da nacionalidade vitoriosa.¹⁰¹ [grifos meus]

⁹⁸ Ver: FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. **Quem Pariu e Bateu que Balance!** : mundos femininos, maternidade e pobreza: Salvador, 1890-1940. Salvador: CEB/Edufba, 2003.

⁹⁹ CALMON, Pedro. “Mãe Preta”. In: GAZETA DE NOTÍCIAS (RJ), 13 abr 1926.

¹⁰⁰ *Id., Ibid.*

¹⁰¹ O CLARIM D’ALVORADA (SP), 21 out 1928.

Já havia então se passado dois anos desde que Campos lançara a proposta da escultura. No ano seguinte, em 1929, o mesmo jornal faz ampla cobertura do Dia da Mãe Preta na Bahia, apresentando “numa apoteose majestosa e popular” os festejos patrocinados pelo Centro Operário Baiano, com direito a “Te Deum” e presença do “mundo oficial, tendo à frente o sr. governador do Estado, prefeito da capital, secretários, a imprensa diária pelos vários órgãos e a representação social da Bahia”¹⁰². Discursos, aplausos, versos, e até mesmo um hino, engrandeceram as comemorações em homenagem à Mãe Preta. A lembrança do monumento não faltou:

E o Brasil, a quem deste a energia
Do teu sangue amoroso e fecundo
Pela pedra ou no bronze, há de um dia
Apontar-te ao respeito do mundo

Mãe Preta, por Deus querida
Para o amor e o sofrimento
Já em nossa Alma rendida
Tens teu melhor monumento.¹⁰³

A participação de diferentes grupos sociais nas comemorações do 28 de setembro na Bahia é festejada por O CLARIM D’ALVORADA, que lutava pela construção de “se criar nesta Pátria imensa um dia destacado à raça negra, essa raça forte e varonil que mais contribuiu na formação da nossa nacionalidade”. O dia da Mãe Preta era visto como um bom começo. Na visão destes negros ela era sinônimo de orgulho, pois “protegeu o Brasil pequenino”, e deu “esperança de melhores dias para a nossa raça”. A Mãe Preta, “figura amável e dolorosa”, era a inspiração pela “luta de civismo e amor” que os negros desenvolviam para integrarem-se à sociedade pátria.¹⁰⁴

¹⁰² O CLARIM D’ALVORADA (SP), 24 nov 1929.

¹⁰³ *Loc. cit.*

¹⁰⁴ *Loc. cit.*

A estátua, no entanto, levaria décadas para ser erguida. Nos anos 1920, a pilhéria da revista CARETA profetizava o insucesso de Cândido Campos para aqueles tempos, com a charge “A estátua da «Mãe Branca» na Praça da República”.

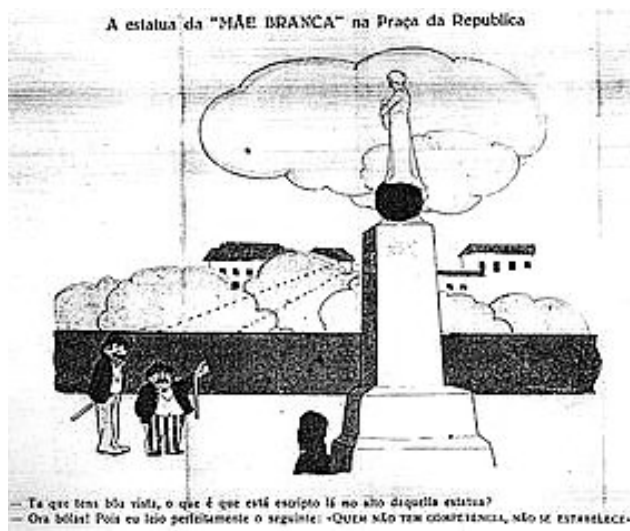


Figura 4 - “A estátua da «Mãe Branca» na Praça da República”¹⁰⁵

A dúvida sobre a competência da Mãe Preta em se estabelecer em uma estátua pública – fosse de pedra ou bronze, como cantou o hino - baseava-se na flagrante desvalorização que a organização social tentava impor aos negros. Não fora a primeira vez que a idéia não vingara. Em 1923, o médico Eduardo Cotcking, “dono de um dos nomes mais salientes da nobiliarquia paulista” - segundo a GAZETA DE NOTÍCIAS, e reconhecido “entusiasta pelo trabalho realizado pelo negro no Brasil”, deu voz a uma campanha para que se erguesse uma estátua ao negro.

Para Cotcking, o negro “em geral, não é tão irremediavelmente primitivo como parece”, provando mesmo ser “capaz de evoluir por si só” - defendeu ele, apontando os casos do Haiti e da Libéria. Seu argumento tenta elidir possíveis críticas sobre a produção artística de uma figura muitas vezes considerada bizarra – “um verdadeiro gorila”, talvez.

¹⁰⁵ “- Tu que tens boa vista, o que é que está escrito lá no alto daquela estatua?”; “- Ora bolas! Pois eu lijo perfeitamente o seguinte: «QUEM NÃO TEM COMPETÊNCIA NÃO SE ESTABELECE.»”. In: CARETA (RJ), 23 out 1926.

A arte modernista ainda iniciava suas incursões por esses temas, introduzindo os corpos negros principalmente nas pinturas, a exemplo de Tarsila do Amaral:

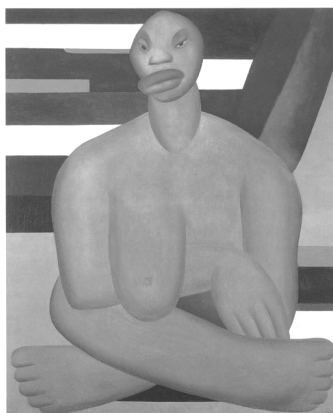


Figura 5 – A Negra (1923)

A utilização de traços desproporcionais, distante das técnicas clássicas que caracterizavam a pintura tradicional, podia ainda contribuir para caracterização do negro como uma figura distante do modelo de civilização que o projeto de nação encampado perseguia. Erigir uma estátua em sua homenagem, dispendo-a em praça pública, poderia também significar o culto ao barbarismo, e por conseqüência, o distanciamento dos moldes europeus de desenvolvimento, evocando antigos temores, lembrados com pilhéria pelo jurista Evaristo de Moraes, mas que ainda rondavam muitas cabeças conservadoras:

Tem-se vontade de rir, ao lembrar que, em 1888, Lepouge, no seu curso professado na Universidade de Montpellier, dissera: “Constituirá o Brasil, dentro de um século, imenso Estado negro, se não voltar, como é provável, à barbaria” (V. «Lês Selections Sociales», pág.187).¹⁰⁶

A distância da imagem do negro dos padrões de beleza apreciados pelas elites nacionais tornava a idéia do monumento incômoda, como aventou Pedro Calmon: “à grande luz de uma praça as feições típicas da «mãe preta» hão de gravar um terror, um

¹⁰⁶ GETULINO (Campinas, SP), 04 nov 1923.

espanto, o espavorido susto de taciturna ave da noite solta de repente ao sol...”¹⁰⁷. Mas havia um sentimento de débito, e por isso concordavam esses homens em se erguer a estátua.

Cotcking perseguiu seu intento. A GAZETA DE NOTÍCIAS julgava o médico um “sonhador” - mesmo concordando que “a ninguém deve mais o Brasil do que ao negro, pois [foram] 389 anos de trabalhos consecutivos e imensos”. Afirmava Cotcking em seu discurso de comisseração que “o negro foi a coluna mestra da nossa evolução de povo”, referindo-se à obra dos escravos na lavoura, na mineração, no extrativismo, e também na configuração “psíquico e moral” da população submetida a um “caldeamento que ainda se não concluiu”, e que atingia os brasileiros desde o berço, ainda inconscientes, quando se nutriam com “o leite sagrado das nossas mães pretas”¹⁰⁸.

Cotcking trazia através da gratidão o questionamento da dívida moral: “uma vez no Brasil, que reservávamos ao negro?”. E desfilava uma lista de penúrias e sacrifícios em prol do desenvolvimento brasileiro. “Há quem possa esquecer a figura de Henrique Dias, à frente dos seus falangiários na repulsa ao batavo?”. Questionava o doutor, sedimentando uma idéia de débito da nação brasileira diante dos escravos africanos e seus descendentes: “somos devedores ao «homo afer» [africano] de uma dívida enorme que só poderemos resgatar até certo ponto elevando-lhe na praça pública um monumento grandioso.” A estátua era a solução apresentada por Cotcking para resolver ao menos grande parte da questão¹⁰⁹.

O monumento público saldaria a “dívida enorme” ao simbolizar a imensa gratidão da nação brasileira para a contribuição do negro na formação de nossa nacionalidade. Esta também foi a motivação de Cândido Campos, poucos anos depois – o monumento saldaria

¹⁰⁷ CALMON, Pedro. “Mãe Preta”. In: GAZETA DE NOTÍCIAS (RJ), 13 abr 1926.

¹⁰⁸ GAZETA DE NOTÍCIAS (RJ), 5 out 1923.

¹⁰⁹ *Loc. cit.*

a “grande dívida de gratidão à raça magnífica”, como declarou aO CLARIM D’ALVORADA. Pedro Calmon era da mesma opinião:

“Santificaste os míseros...” é o grito do escravo, que no poema chora a mãe, morta de dor. Que se escreva também na base daquele monumento este clamor – pérola que espuma fervilhante rolou da “Cachoeira de Paulo Afonso”. E teremos satisfeito a remota dívida.¹¹⁰

A “dívida” declarada com o reconhecimento do contributo dos africanos na construção do país, nasceu estimulada pelas reivindicações dos negros, que se tornavam cada vez mais sistemáticas e organizadas, na exigência de uma inserção real na sociedade brasileira¹¹¹. Mas a estátua proposta poderia também significar a lembrança de tempos mais favoráveis aos aristocratas. Memórias doces, como eram para Pedro Calmon. Para o autor, o culto à Mãe Preta fazia “recordar também o lar feliz e florido de outrora, a velha sociedade, os costumes que já lá vão, a tormentada história da formação nacional...”¹¹².

1.5. NEGRO – HOMEM QUE NÃO É BRANCO POR TER NASCIDO PRETO¹¹³

Ainda que a idéia da estátua para a Mãe Preta fosse vista com bons olhos pelos descendentes de escravos, o seu levantamento não constava na agenda do dia. Os descendentes de escravos clamavam pela cidadania verdadeira, e não por monumentos em praças públicas. Para além dos versos de Castro Alves evocados por Pedro Calmon, os

¹¹⁰ CALMON, Pedro. “Mãe Preta”. In: GAZETA DE NOTÍCIAS (RJ), 13 abr 1926.

¹¹¹ Ver: FERRARA, Mirim Nicolau. **A Imprensa Negra Paulista (1915-1963)**. São Paulo: FFLCH/USP, 1986; AZEVEDO, Thales de. Os movimentos “negros” na Bahia. **As Elites de Cor numa Cidade Brasileira**. 2ª. ed. Salvador: Edufba: Egba, 1996; BACELAR, Jeferson. **A Hierarquia das Raças: Negros e brancos em Salvador**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001; CUNHA, Olívia Gomes da. “1933: um ano em que fizemos contato”. In: REVISTA USP. São Paulo, n.28, 1995/6; GOMES, Tiago de Melo. “Negros Contando (e Fazendo) sua História: Alguns Significados da Trajetória da Companhia Negra de Revistas (1926)”. In: ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS. Rio de Janeiro, ano 23, nº 1, 2001. p. 53-83; BACELAR, Jeferson. “A frente negra brasileira”. In: AFRO-ÁSIA, n.17, Salvador, 1996. p.75-85; PETRÔNIO, José Domingues. “Negros de Almas Brancas? A Ideologia do Branqueamento no Interior da Comunidade Negra em São Paulo, 1915-1930”. In: ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, Rio de Janeiro, ano 24, nº 3, 2002. p. 563-599; GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. “Notas sobre Raça, Cultura e Identidade na Imprensa Negra de São Paulo e Rio de Janeiro, 1925-1950”. In: AFRO-ÁSIA, Salvador, n.29/30, 2003. p 247-269.

¹¹² CALMON, Pedro. “Mãe Preta”. In: GAZETA DE NOTÍCIAS (RJ), 13 abr 1926.

¹¹³ “Dicionário”. In: GETULINO (Campinas, SP), 09 set 1923.

jornais da imprensa negra paulista não se cansavam de repetir a pauta de reivindicações que os negros teciam diante das necessidades reais que afligiam o seu dia-a-dia. Precisavam de bem mais que uma estátua para verem satisfeita a *dívida* que aqueles doutos reconheciam existir. O que eles realmente queriam era vivenciar a experiência do ser “brasileiro lutador e forte” com todos os direitos e deveres que esta condição cidadã lhes reservava. Muitos se mostravam conscientes de sua contribuição histórica, e por isso mesmo requeriam mais que uma simples estátua:

O negro no Brasil não só devastou florestas; andou a cata de ouro e de outros minerais, plantou os primeiros pés da rubiácea que nos deu toda riqueza, tudo quanto temos: ele, além de ser um fator da formação da grandeza primitiva é o brasileiro que não se cansa de lutar com o devotado amor, em todas as atividades humanas, é o herdeiro das forças que se enquadram a engrandecer os incontáveis fatores da nossa nacionalidade, porque é um brasileiro lutador e forte.¹¹⁴

O acesso do negro à instrução, uma das maiores exigências dos grupos organizados, representava uma possibilidade de futuro melhor. Para O ALFINETE, deviam eles se preparar para as lutas que ainda estavam por vir:

Devemos nos preocupar menos com o passado da raça, tratando agora de educá-la, preparando-a para as formidáveis lutas de amanhã. O passado foi horrível e o presente péssimo; que devemos esperar do futuro? Tudo, se tivermos o livro por escopo; nada, se continuarmos o culto das tabernas!¹¹⁵

Cada vez mais a voz do negro era ouvida, em suas legítimas reivindicações por “um lugar digno no seio da sociedade brasileira”. Ansiavam por uma alfabetização em massa para que, em suas palavras, “homens, mulheres e crianças da nossa raça aprendam a ler”¹¹⁶. Se tomassem “o livro por escopo” sentiam que poderiam ultrapassar todas as barreiras que ainda estavam por derrubar. O mau tratamento que muitas vezes sofriam na rua, “vítimas de sério repúdio e constantes vexames”¹¹⁷, sob a alegação de que eram sujeitos atrasados –

¹¹⁴ O CLARIM D’ALVORADA (SP), 03 jun 1928.

¹¹⁵ O ALFINETE (SP), n.77 - nov 1921.

¹¹⁶ *Ibid.*, 09 mar 1919.

¹¹⁷ O KOSMOS (SP), 19 out 1924.

a exemplo da proibição de sua entrada nos cinemas da Empresa Teatral de São Paulo¹¹⁸. Situações deste tipo provocavam a consciência de que a sociedade brasileira lhes era devedora, e fazia crescer a crença de que a superação de suas dificuldades se daria através da educação – elemento que lhes fora negado durante o período da escravidão:

Somos viciados, somos incultos, somos atrasados e analfabetos? A culpa não é nossa: interrogai os quatrocentos anos do nosso ferrenho cativo, interrogai o miserável regime de obscurantismo em que fomos criados, interrogai a lei do atavismo e da hereditariedade. **O nosso livro foi a chibata – e a nossa escola foi a senzala!**¹¹⁹ [grifos meus]

Os ditos “atraso”, “incultura” e “analfabetismo” geravam muitas dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Emprego era o outro tópico que também constava no topo dos reclames dos descendentes de escravos, que sentiam dificuldades em conseguir trabalho, como denunciou um leitor do jornal O KOSMOS: “que por ser preto não encontra emprego em parte alguma!”. As restrições pareciam ser tantas, que o jornalista Benedicto Florêncio dizia temer o surgimento de grupos similares dos “terríveis monstros mascarados” como os da “sociedade secreta Klu Klux Klan”, dos Estados Unidos da América¹²⁰. O certo era que muitos dos postos de trabalho pareciam estar fechados para os negros, principalmente nas cidades, como observa o historiador George R. Andrews - “os empregos nas fábricas, oficinas e lojas da cidade não eram para os afro-brasileiros”. E, como explica este autor, o fato se dava não como resultado de uma política pública discriminatória, mas das muitas, quiçá milhões, de decisões individuais, tomadas pelos patrões, que decidiam a quem iriam ou não contratar¹²¹. Não raro preferiam os imigrantes, como denunciou O CLARIM D’ALVORADA:

O negro foi substituído pelo imigrado, o pobre ficou sem norte, iludido com a sua carteira de eleitor e com o seu título de cidadão brasileiro, mas não o ensinaram a ler nem a escrever; classificado pelos altos sociólogos descendentes de raça inferior.¹²²

¹¹⁸ O PATROCÍNIO (Piracicaba, SP), 22 abr 1928.

¹¹⁹ O KOSMOS (SP), 16 nov 1924.

¹²⁰ O KOSMOS (SP), 19 out 1924.

¹²¹ ANDREWS, George Reid. **Negros e Brancos em São Paulo (1888 – 1988)**. Bauru: EDUSC, 1998. p.117.

¹²² O CLARIM D’ALVORADA (SP), 01 jul 1928.

Era a idéia da inferioridade do negro em relação ao branco que fomentava muitas tensões sociais, e gerava as muitas restrições para os descendentes de escravos no mundo do trabalho. Entre eles havia o desemprego e o sub-emprego, o que acusavam algumas vezes incorporando uma linguagem marxista, assumindo-se como “os produtores, os escravizados, os espoliados, os sacrificados, os infelizes” que trabalhavam em prol da “grandeza da pátria”, mas que em primeiro lugar enriquecem “meia dúzia de exploradores privilegiados”¹²³.

Na visão dos negros brasileiros esta era a verdadeira face do “The Land of Marvelous Opportunity” enxergado por Abbott em sua passagem pelo Brasil. No comentário de José Patrocínio Filho para O KOSMOS, sobre a conferência realizada pelo “leader” negro no teatro Trianon no Rio, o jornalista brasileiro lamentou o entusiasmo do visitante. Antes queria que Abbott incitasse os negros a lutarem por seus direitos, como faziam nos Estados Unidos da América. “A igualdade existe aos pretos daqui – fantástica – puramente fantástica”, desabafou Patrocínio Filho, apontando para uma “ilusão de igualdade” que certamente produziria “sinal de evidente alegria” aos negros norte-americanos¹²⁴.

A imprensa negra, de um modo geral, condenou a “embaixada abbottina”¹²⁵ e seus projetos de fixação de mais imigrantes no país, ainda que fossem todos negros. Afinal, “não era um indivíduo que buscava agasalho em nossa Pátria, mas um bando de homens que pretendia invadir a nossa terra”, declarou o GETULINO. Os motivos expostos para a recusa eram muitos, e chegavam até à defesa da harmonia social estabelecida pela pretensa democracia racial brasileira: “fomos sempre intransigentemente contrários à entrada dos negros norte-americanos no Brasil, isso porque (...) trazendo além da diferença de

¹²³ O CLARIM D’ALVORADA (SP), 13 mai 1924.

¹²⁴ A conferência de Abbott intitulou-se: “A verdadeira democracia é a brasileira, porque ela repousa sobre os princípios estabelecidos pela igualdade humana”. In: O KOSMOS (SP), 18 abr 1923.

¹²⁵ GETULINO (Campinas, SP), 07 out 1923.

costumes, de hábitos, de tradições e de língua, o ódio indomável à raça branca existente nos negros «yankees»¹²⁶. Além disso, existia o temor de uma discriminação entre os próprios negros, pois já que os norte-americanos possuíam mais dinheiro que os seus irmãos de cor brasileiros talvez aqueles os considerassem como “uma escória social”¹²⁷.

Era clara a preocupação dos negros brasileiros com o aumento das tensões no mercado de trabalho diante da possibilidade de chegada desses candidatos a imigrantes. Além da divisão de postos, o “monstro” temido do ódio racial poderia ocasionar crises de oferta. Era o que temiam: “má sina a do preto! Não encontra emprego em parte alguma. Estaremos caminhando para a mesma situação em que se encontra a América do Norte, onde os pretos vivem à parte, tal o ódio que os brancos lhe voltam?”¹²⁸.

Os negros norte-americanos seriam mais um problema para os negros brasileiros enfrentarem, diante da política imigratória que o país mantinha durante os anos 1920. Mas o governo, que à época cumpria programas para atração de imigrantes, também não estava disposto a receber toda pessoa ou grupo, apesar do próprio Abbott ter observado a presença de diferentes imigrantes no país (alemães, italianos, russos, e alguns japoneses¹²⁹). Africanos e asiáticos não eram bem-vindos, e mesmo os europeus do leste não eram desejados (poloneses, armênios, eslavos¹³⁰). O critério declarado de seletividade era geralmente o da adaptação climática e cultural. A alegação não tinha substância, uma vez que os elementos mais desejados eram os europeus ocidentais, que viveriam sob uma influência climática e cultura tão diversa quanto seus vizinhos do leste. O argumento perde ainda mais força diante dos africanos, que também se tornaram indesejados. Por séculos

¹²⁶ GETULINO (Campinas, SP), 24 fev 1924.

¹²⁷ O CLARIM D'ALVORADA (SP), 05 fev 1928.

¹²⁸ GETULINO (Campinas, SP), 5 out 1924.

¹²⁹ ABBOTT, Robert S. “My trip through South America”. In: HELLWIG, David. J. **African-American Reflections on Brazil's Racial Paradise**. Philadelphia: Temple University Press. 1992. p.65.

¹³⁰ RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA DE IMIGRAÇÃO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO. 17 jun 26. Rolo 21. Fundo Arthur Bernardes do AEL/UNICAMP.

sua mão-de-obra fora selecionada justamente pelo pretexto da “aclimação”. Todos esses falsos argumentos disfarçavam algo não muito escondido, que era o que realmente contava no jogo da imigração: a seleção étnica. Logo no início da República a política de imigração estava bastante definida, dificultando a entrada nos portos brasileiros de nativos africanos e asiáticos, considerados representantes de raças inferiores¹³¹. Desde fins do século XIX que pensadores como Nina Rodrigues apontavam a presença do africano e suas heranças na população brasileira como um fator de desvantagem na construção de um país avançado. Na opinião da filósofa Gislene Aparecida dos Santos essas reflexões ganham corpo após o fim da escravidão, quando o ex-escravo adquire estatuto de cidadão. Livres dos grilhões, os africanos e seus descendentes mestiços passaram a sofrer uma outra tentativa de subjugo, que pretendia impedir sua ascensão na sociedade liberal - que acenava direitos iguais para todos. Dessa forma, as ideologias raciais do século XIX, que pretendiam “fundamentar a inferioridade inata da raça negra, inapta à civilização e a qualquer forma de desenvolvimento”¹³², avançam para o século XX, e refletem-se em vários espaços da sociedade brasileira – a exemplo do tratamento dispensado aos descendentes de escravos, e as características da política de imigração.



Em seus primeiros anos de vida intelectual adulta Pedro Calmon analisou a construção do caráter nacional influenciado pelas idéias de seu tempo, engajado com o projeto de nação defendido pela elite intelectual branca – grupo onde buscava inserção

¹³¹ Ver: DECRETO 528, de 28/06/1890; RAMOS, Jair de Souza. **O Ponto da Mistura: Raça, Imigração e Nação em um Debate da Década de 20**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Museu Nacional, 1994; ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. **A Exaltação das Diferenças: racialização, cultura e cidadania negra (Bahia, 1880-1900)**. Tese de Doutorado em História, UNICAMP, 2004.

¹³² SANTOS, Gislene Aparecida. **A invenção do “ser negro”**: um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002. p.130.

definitiva. A sua visão do passado partiu sempre do foco das classes dirigentes, e a sua percepção sobre o negro reflete este partidarismo.

No período onde os descendentes de escravos se organizavam para reivindicar direitos de cidadania, contar a história da formação da nacionalidade brasileira tornava-se um desafio para Pedro Calmon que, através de uma historiografia comprometida, deveria compor as diferentes matrizes raciais da sociedade brasileira em uma narrativa comum. Teve origem, assim, a sua *História da Civilização Brasileira*.

CAPÍTULO 2 - HISTÓRIA PARA UMA CIVILIZAÇÃO

No início dos anos 1930 Pedro Calmon sinalizou o começo de uma obra audaz. Adiante, na idade avançada, ao lembrar da juventude, julgou que fora naqueles anos que decidira se tornar um “teórico da evolução [do Brasil]”. Queria contar a história da formação nacional. Esta marcha, segundo ele, o fez galgar os “sete degraus” de uma “escada de sete volumes” da *História do Brasil*¹. Referia-se assim à coleção de livros ricamente ilustrados, lançada em 1959 - um ano após a sexta e última edição da *História da Civilização Brasileira*², sua obra síntese pioneira.

A HCB, lançada em 1933, fez parte da prestigiada “Coleção Brasileira”, dirigida por Fernando de Azevedo, e publicada por Monteiro Lobato – pela Cia. Editora Nacional, e serviu de embrião para a longa “História do Brasil” de Pedro Calmon. A obra também foi decisiva para a consolidação da posição do autor como escritor de temas nacionais, na vocação cultivada por ele, e notada por amigos como Luiz Viana Filho, que observou:

(...) tudo quanto escreveu e construiu Pedro Calmon é também o fruto de um trabalho sem-fim. Desde a primeira mocidade, senão desde a adolescência, não tem ele feito outra coisa senão trabalhar. Podemos dizer ser o trabalho a sua diversão predileta. E graças a isso, lendo, pesquisando, estudando, acumulou uma soma invulgar de conhecimentos, particularmente no campo da História, no qual, beneficiário de privilegiada memória, devassou e conhece todos os pormenores. **Na realidade, parece estar com a inteligência sempre atenta e voltada para a apreensão dos fatos da História do Brasil.** Costuma mesmo ter à mão um pequeno caderno de notas, onde lança quanto lhe chegue ao alcance, em qualquer momento, ou qualquer lugar. É a maneira de nunca perder tempo e jamais desperdiçar uma oportunidade. (...) é a curiosidade do historiador (...).³ [grifos meus]

¹ A coleção **História do Brasil** de Pedro Calmon, foi editada em 1959 pela Editora José Olympio (SP). *In*: CALMON, Pedro. **Memórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. p. 124.

² São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1933. <**Doravante: HCB**>

³ VIANA FILHO, Luiz. “O Amigo Perfeito”. *In*: **80 Anos de Pedro Calmon**. UFBA: Salvador, 1983. p. 7-9.

O lançamento de HCB foi, por certo, motivo de regozijo para Pedro Calmon, diante da importante chancela que levava. Uma edição através da Cia. Editora Nacional tinha grande valor de reconhecimento, e também garantia uma boa circulação da obra⁴ - que logo se tornou sucesso editorial, alcançando a 3^a. edição já em 1937, com uma tradução para o espanhol no mesmo ano, e outra para o italiano em 1939⁵. A coroação do sonho e dos esforços de Pedro Calmon viria logo em 1936, através do ingresso na Academia Brasileira de Letras - com direito a discurso e fardão oferecido pelo “povo da Bahia”⁶, quando se tornou o imortal mais moço que aquela casa já havia conhecido.



Figura 6 – Pedro Calmon⁷

Pedro Calmon era então um jovem que pretendia falar aos jovens de sua geração, servindo-lhes como porta-voz do modelo de nação idealizado pelas classes dirigentes.

⁴ “Ser editado por Lobato significava, a um só tempo, a garantia do cuidado editorial e a chancela de aprovação de um intelectual (escritor-editor) reconhecido, consagrado e respeitado. A influência de Lobato nos círculos intelectuais era tão grande que o carimbo com seu nome, provavelmente, resultaria em dividendos simbólicos para o autor e seu livro”. Cf.: PASSIANI, Enio. **A Construção da Hegemonia: Monteiro Lobato, Mercado Editorial e Campo Literário no Brasil**. I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial – Casa de Rui Barbosa, Nov 2004.

<http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/eniopassiani.pdf> <acesso em 5 ago. 2005>.

⁵ **Historia de la Civilizacion Brasileña**. Buenos Aires: Ministerio da Justiça e Instrucción Publica, 1937; **Storia della Civiltá Brasiliana**. Rio: Tipográfica Italiana, 1939.

⁶ “O povo da Bahia oferece a Pedro Calmon o fardão da Academia Brasileira de Letras” – era este o título do impresso circulado em Salvador para angariar fundos para a compra do fardão do escritor. *In: 80 Anos de Pedro Calmon*. UFBA: Salvador, 1983. p.15.

⁷ Posse na Academia Brasileira de Letras, 1936. *Fonte*: ABL.

Deixou isso claro logo no prefácio do livro, na evocação de Rousseau: “*Ne raisonnez jamais séchement avec la jeunesse*”⁸. Obediente ao preceito, este livro se fez – é para a mocidade”⁹. O futuro da nação parecia depender dos jovens filhos das elites letradas, ciosos de seu passado e de sua formação. A partir daí poderiam projetar o futuro do país, solidificando a sua definitiva integração ao que Pedro Calmon denominou “sistema universal da civilização” - no qual o Brasil iniciara sua inserção no século XIX, através da industrialização tardia¹⁰. A HCB pretendeu demonstrar que o país estava consolidado em bases próprias. Mesmo incorporando a influência européia em sua análise, Pedro Calmon faz questão de declarar uma autonomia histórica do Brasil e do chamado novo mundo: “a história social da América nada tem de comum com a da Europa”¹¹.

A busca por uma autonomia nacional, e pelo reconhecimento de uma individualidade característica brasileira movimentou muitos intelectuais durante a Primeira República, e manteve presença nos anos 1930, sob óticas variadas. Explica-se o esforço do historiador, que ainda somou a adoção de uma cronologia própria, legando início à civilização brasileira no seu século I, ano da chegada portuguesa às paragens sul-americanas, lugar que para Pedro Calmon, até então, “era um mundo bárbaro”, uma “terra verde e pobre, povoada por um gentio que devorava o seu semelhante”¹².

Para o jurista Hermes Lima foi depois da 1932, com a conhecida Revolução Constitucionalista, que se deu tanto a “falar apaixonadamente da unidade nacional”, como forma de amenizar as disputas políticas entre os estados que, acirrando-se, ameaçavam a “vida da Federação”. Antes disso, na opinião de Lima, a unidade nacional não precisava ser demonstrada, pois há muito era considerada verdadeiro “axioma”, já estabelecida pela

⁸ Nunca reflita secamente/rigidamente com relação aos jovens.

⁹ HCB, p. 3.

¹⁰ *Ibid.*, p. 217.

¹¹ *Ibid.*, p.29.

¹² *Ibid.*, p. 8.

“comunhão da língua, da religião, da história, dos costumes”, ocultando o interesse particular de grupos oligárquicos que buscavam a representação nacional como “sobretudo um instrumento para se alcançarem vantagens regionais”¹³. Membro das oligarquias baianas, e pessoalmente prejudicado com a subida de Getúlio Vargas ao poder em 1930, Pedro Calmon e seu grupo se encontravam expostos no início daquela década, obrigados a re-elaborar arranjos políticos, e lutar por novos espaços de inserção¹⁴.

É neste contexto que o autor propõe na HCB que a tomada de consciência pátria tenha se dado justamente através das manifestações sociais de caráter regional, durante as chamadas “agitações nativistas”, promovidas pelo “orgulho dos «brasileiros»”. Segundo Pedro Calmon, foi no âmbito municipalista das Câmaras que teriam se desenvolvido tanto o “espírito de autonomia local” quanto “o sentimento do bem comum do Brasil”¹⁵ - movimentos do século XVIII, que para ele teriam precipitado a independência brasileira¹⁶. Com esses argumentos, o autor pretende dar destaque ao papel de grupos locais para a consolidação da unidade brasileira. Reconhecer a unidade, ainda que “virtual” da nação¹⁷, como algo dado - destino inevitável traçado na sua gênese - possibilitava a convivência de identidades regionais autônomas sem ameaçar a permanência de um caráter nacional. Foi o que Pedro Calmon defendeu:

A verdadeira união nacional no Brasil, psicológica, traziam-na em mente os homens do século I; deveras, este país, que contem tantos países, só foi “um só” na visão de conjunto, totalizante, do português que o achara. [HCB, p.33]

¹³ LIMA, Hermes. **Problemas do Nosso Tempo**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1935. p. 39-41.

¹⁴ Pedro Calmon sentiu-se pessoalmente prejudicado com a chamada Revolução de 1930: teve sua legislatura como deputado estadual interrompida e deixou de ser nomeado para o cargo de professor na Escola Normal, que havia conquistado através de concurso público, em 1929. Como reação política, defende no Congresso Nacional de Juristas (RJ) em 1933 uma tese a favor da implantação do parlamentarismo no Brasil, e compõe a chapa autonomista concorrendo para vaga na Assembléia Constituinte de 1934. Cf.: ARAÚJO, Mariele S. “A Bahia ainda é a Bahia” – Política e literatura na Bahia de Pedro Calmon, 1933. REVISTA DE HISTÓRIA SOCIAL. <www.historiasocial.hpg.ig.com.br> Jan./Fev. 2003. Ver: Capítulo 3, fls.102 *passim*.

¹⁵ HCB, p.137.

¹⁶ Revolta de Bequimão (MA), do Maneta(BA), dos Mascates (PE), dos Emboabas (MG) e Inconfidência Mineira(MG), e Conjuração Baiana Cf.: HCB, p.147.

¹⁷ HCB, p.33.

O autor consolida no passado a “verdadeira união nacional do Brasil”, atribuindo a uniformidade “psicológica” ao seu povo, como resultado dos planos de colonização lusitana, traçados a partir de uma “visão de conjunto, totalizante”, que era do português. Desta forma, Pedro Calmon interpreta o processo histórico de modo retrospectivo, e implica um sentido direcionado ao processo de civilização que tenta engendrar. Alheio à indeterminação histórica experimentada pelos agentes do passado, delega aos primeiros colonizadores a responsabilidade da unificação nacional que só viria a acontecer no século XIX. Esse processo desenvolvido ao longo de séculos é observado por Pedro Calmon como fruto dos projetos lusitanos desde o século XVI. “«Brasil», chamou-se toda a terra” – ele diz, dando ênfase aos fatores que teriam colaborado para a unificação do Estado: “um só governador geral (que a efêmera divisão em dois governos, 1573, foi uma breve tentativa de desmembramento) o administrou, zelando sobretudo a conservação e defesa do país; um só idioma o unificou”¹⁸.

O esforço de Pedro Calmon para consolidar a união nacional juntava-se ao interesse em conhecer as bases da “evolução” brasileira, atendendo ao chamado feito por Oliveira Vianna, nos idos de 1923: “que em cada recanto do globo, onde exista um povo ou uma nação, as suas elites estudem o seu grupo nacional”. Para Vianna, os esquemas de evolução universal eram falidos, e deveriam os estudiosos analisar a evolução de grupos nacionais específicos, o que seria uma “obra para algumas dezenas de cérebros fortes”¹⁹.

Imbuído também deste ânimo, e escalando-se para integrar este grupo de “cérebros fortes”, Pedro Calmon dirigiu seus estudos para analisar a “evolução” do nosso “grupo nacional” na HCB – como predicou Vianna. Quis oferecer a sua contribuição abrindo caminhos para contar a história de desenvolvimento de uma legítima civilização – a brasileira-, e logo de início explicou: “Este livro não é um compêndio, nem é um tratado. É

¹⁸ HCB, p.34. [grifos meus].

¹⁹ VIANNA, Oliveira. “A Comunhão Paulista”. In: REVISTA DO BRASIL (RJ). Nº. 92. Ago 1923. p.328.

uma nova síntese da História do Brasil”²⁰. A obra, a exemplo de outras da mesma época sobre o Brasil, vinculava-se à realidade cotidiana de intelectuais que buscavam intervir nos direcionamentos da nação. Vianna, que tomou para si a tarefa de desvendar as supostas estruturas raciais brasileiras, esclarece seu posicionamento interveniente, que refletia o de muitos outros homens de letras e de ciências de seu tempo, sobre os estudos de questões nacionais e o seu “imenso valor prático”, como ressaltou: “somente eles nos poderão fornecer os dados concretos de um programa nacional de reformas políticas e sociais, sobre cujo êxito poderemos contar com segurança”²¹.

Pedro Calmon concentrou seus esforços nos exames da história, que procurou escrever de modo mais atraente, “fora da cronologia e da onomástica, dos sincronismos e das tábuas dos velhos epítomes” – como citou. A sua escrita da história procurou se pautar “dentro de um espírito científico” que “já dirige os conhecimentos modernos”, em suas palavras²². O historiador tenta ampliar o seu leque de investigação e análise, inserindo na narrativa elementos da formação psicológica e sócio-cultural brasileira, o que motivou a nota do historiador argentino Ricardo Levene, no prefácio da *Historia de la Civilizacion Brasileña*: “Em união feliz, Pedro Calmon associa a condição do sociólogo e do historiador, e porque porta estas inalienáveis qualidades tem podido penetrar até a medula da história de seu povo”²³.

A observação de Levene reflete a preocupação de Pedro Calmon em compreender a história através do que cria ser uma “nova história” que não poderia ser alcançada “sem a antropogeografia, sem a antropologia, sem a economia, sem o exame das manifestações artísticas e literárias, sem a apreciação do «espírito»”. Em seu julgamento, a história do

²⁰ HCB, p. 3.

²¹ VIANNA, Oliveira. **Evolução do Povo Brasileiro**. São Paulo: Monteiro Lobato e Cia. S/d [1933?]. p.29.

²² HCB, p. 3.

²³ LEVENE, Ricardo. “Prólogo”. In: CALMON, Pedro. **Historia de la Civilizacion Brasileña**. Buenos Aires: Ministerio da Justiça e Instrucción Publica, 1937. p. 14.

Brasil deveria ser entendida como “uma sucessão de fenômenos sócio-históricos cuja interdependência constitui a lógica da civilização e lhe dá o sentido”²⁴. Demonstrando preocupação em desenvolver sua consciência histórica pautada sob paradigmas inovadores, Pedro Calmon discute a partir deles aspectos que considerou importantes para a construção da identidade nacional. Apresenta-os no prefácio explicativo da obra que, em 1933, propunha ser a “**história social, econômica, administrativa e política. A história da civilização brasileira**”²⁵. A lista representa a influência que declarou ter tido de Henri Berr, cujo ideal era construir uma cooperação interdisciplinar entre as chamadas ciências do homem e da sociedade²⁶.

Ocorre que mesmo incorporando aspectos de novos paradigmas historiográficos Pedro Calmon não consegue romper com o modelo historicista estabelecido pela geração anterior, representada principalmente por Francisco Varnhagen, e que privilegiou o ponto de vista estatal em suas obras, dando linha de seguimento à história nacional sempre a partir da formação do Estado²⁷. Esta opção demonstra que a HCB é, em muitos aspectos, voltada para as elites conservadoras, ou melhor: “destina-se aos estudantes dos cursos superiores”²⁸ – como declarou o autor. A escolha reflete o comprometimento de Pedro Calmon com as classes dirigentes, e denuncia o ponto de vista do qual emerge o seu estudo sobre a “evolução nacional” e a formação da identidade brasileira. Sob variado leque de

²⁴ CALMON, Pedro. JORNAL ACADÊMICO. Rio de Janeiro, 18 ago 1931. *Apud* CALMON, Pedro. **Memórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1995. p.192.

²⁵ HCB, p. 3. [grifos meus]

²⁶ Henri Berr fundou a REVUE DE SYNTHÈSE HISTORIQUE em 1900, e teve como colaboradores Marc Bloch e Lucien Febvre, principais articuladores da chamada História Nova. *Cf.*: BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a Revolução da historiografia. São Paulo: UNESP, 1997. p.22.

²⁷ Os historiadores Arno Wehling e José Carlos Reis comparam o estilo historiográfico de Pedro Calmon ao de Varnhagen. Para Wehling, Pedro Calmon se aproxima de autores como Afonso Taunay e Américo Lacombe, integrantes da vertente “tradicional”, representando até meados do século XX uma continuidade “renovada” do “historismo varnhageniano, como uma linha moralizante e estatocêntrica”. Já Reis acredita que Pedro Calmon possui uma visão “ultraconservadora” que supera Varnhagen. *Cf.*: WEHLING, Arno. **Estado, História, Memória**. Varnhagen e a Construção do Brasil. Rio de Janeiro: nova Fronteira. 1999. p.209-10; REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil 2**: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda? Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p.42.

²⁸ HCB, p. 3.

análise, o autor pretende apresentar os modos de desenvolvimento de uma civilização autônoma, de características singulares, e construída à força dos braços de seus próprios filhos, os brasileiros. É esta a história que Pedro Calmon busca contar em suas primeiras produções, e nas seguintes, condensada pela primeira vez em 1933 na HCB. Sob este prisma surge a análise dos espaços de inclusão e exclusão dos africanos e seus descendentes na obra, na sociedade da época, e no pensamento de Pedro Calmon.

Como visto no Capítulo 1, no início dos anos 1930 o debate sobre o caráter nacional muito se baseava em conceitos raciais - por isso, ao pensar a formação do povo brasileiro, Pedro Calmon não se furtou a utilizar esses critérios, optando por empregar a clássica fórmula da composição das três raças (o branco, o negro, o índio) – proposta por Martius no século XIX. Durante a Primeira República esta formulação serviu para dar partida aos discursos de cidadania e democracia racial, que faziam esquentar os debates sobre as relações raciais no Brasil daqueles anos, como ficou explicitado no caso da “embaixada abbottina”²⁹.

Observar como estas categorias se relacionam entre si na HCB torna-se uma chave para a compreensão dos significados atribuídos a cada raça por Pedro Calmon, como reflexo dos debates de seu tempo. Não há como analisá-las separadamente já que, na explicação do autor, é o encontro delas que realiza a gênese da nação e do que chama “maciço brasileiro”³⁰.

2.1. DESEQUILÍBRIO DE ORIGEM

Pedro Calmon preocupou-se em indicar os elementos convergentes que apontaram

²⁹ GETULINO (Campinas, SP), 07 out 1923.

³⁰ HCB, p.34.

para a constituição do brasileiro, através do que chamou “**troca de influências**”³¹ entre as raças – o que antes também denominou “união de raças”³², significando sempre o processo de mestiçagem. Segundo ele, a “troca” teria se operado a partir de 1549 - data de fundação da cidade de Salvador³³.

Ao aliar um marco político ao início das relações entre as raças que iram dar figura ao povo brasileiro, Pedro Calmon assinala o seu começo: “o homem era o português (...), era o índio, e era o negro”³⁴. A partir de então, esclarece o que aconteceria à frente, na convivência desses três tipos originais: “coabitando na terra ampla e misteriosa, porém deles, criaram um **indivíduo médio** e uma **sociedade média**, que, por serem locais, já eram «brasileiros»”³⁵.

A “sociedade média” proposta por Pedro Calmon sugere que a sua constituição seja o coeficiente da soma de suas partes originais, em uma matemática de difícil e duvidosa operação. Contraria Oliveira Vianna, para quem “uma raça não se estabelece com médias”, que nada significariam além de abstrações aritméticas, “insuscetíveis de serem traduzidas em realidades vivas”³⁶. Alheio a esta advertência, Pedro Calmon enxergou na sua “média” a explicação da *evolução* nacional, que resultou em um Brasil mestiço, como explicou: “**harmonioso na aparente confusão étnica, afinal equilibrado e – como veremos – quase homogêneo**”³⁷. Esta “confusão étnica”, considerada apenas “aparente” por Pedro Calmon, traduzia-se na heterogeneidade verificada entre aqueles que chamou “**elementos díspares da colonização**” - quais sejam o branco, o negro e o índio. É na análise do

³¹ HCB, p.30. [grifos meus]

³² CALMON, Pedro. “A América não pode viver de sua própria história. A influência francesa na Conjuração Mineira”. In: **Anais do Congresso Internacional de História da América**. Rio de Janeiro, Revista do IHGB, 1925, v. 5. p. 505-525.

³³ HCB, p.30.

³⁴ *Ibid.*, p.23.

³⁵ *Ibid.*, p.30. [grifos meus]

³⁶ VIANNA, Oliveira. **Raça e Assimilação**. 2^a. ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1933. Coleção Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série V, Brasileira, Vol. IV. p.81-2.

³⁷ HCB, p.31. [grifos meus]

processo histórico que o autor busca compreender como eles dão origem ao brasileiro, fazendo-se, em suas palavras, “**argamassar num tipo, até então desconhecido**”. A formação deste novo tipo – o brasileiro – é iniciada a partir da chegada do colonizador às terras brasileiras e, em curto tempo, “o processo de elaboração social achou a fórmula «brasileira»”, na análise do autor:

as guerras holandesas tiveram a virtude de **argamassar num tipo, até então desconhecido, os elementos díspares da colonização. Etnicamente e geograficamente**, aquele drama formidável (...) retocou o Brasil na sua **fisionomia definitiva**. Quando, em 1624, uma armada flamenga se apossou da Bahia, era o Brasil uma vaga experiência do gênio colonial do tempo: desagregado, impreciso, «mameluco», com feitorias da costa separadas por distancias enormes, a população disseminada pelos engenhos d’açúcar. **Pois em 1654, quando Recife, última posição holandesa, se rendeu ao exército luso-brasílico, havia ali um povo. Dentro de tão curto tempo o processo de elaboração social achou a fórmula «brasileira»:** aliados, para a repulsa do intruso, índio, branco e negro, acomodados no seu amor à terra adotiva ou do berço, como se o dever de defende-la já fosse «patriotismo», Henrique Dias alegava já não poder viver longe de sua «pátria» (Pernambuco), falando em «interesses do Brasil», que pela primeira vez se delineavam. [HCB, p.51, grifos meus]

Embebido em visão romântica o autor apresenta o início da identidade nacional, aportado no sentimento amoroso à terra que congrega grupos distintos e conflitantes reunidos sob uma finalidade comum – a defesa do território. Os conflitos que os desuniam não são destacados pelo autor. Ao contrário – diante desta comunhão, reunidos neste fim “patriótico”, acabavam por dar feição a uma irmandade, que acolhia a todos sob o nome de brasileiros. A congregação pacífica criada por Pedro Calmon, segundo o historiador José Carlos Reis, reforça a sua vertente unitarista e repressora das “expressões brasileiras mais vivas”. Para ele Pedro Calmon era “mestre em desfazer os conflitos mais agudos”, acabando por apresentar uma história brasileira sem profundidade ou densidade, embora “perigosamente eficiente, pois feita para envolver e orientar a juventude em sua ação no futuro”³⁸.

No entanto, a constituição da figura do brasileiro vai além. Para Pedro Calmon os

³⁸ REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p.43-51 *passim*.

episódios das guerras holandesas selam mais que a reunião dos três tipos – possibilitam a sua fusão, amálgama resultante em um “tipo até então desconhecido”, resultado do caldeamento das três raças puras: mestiço, “fisionomia [étnica] definitiva” do Brasil. Nem é branco, nem índio e nem negro. É original, o resultado híbrido da miscigenação das três raças que definem a concepção física, psicológica e social da nação.

Localizar a consolidação da formação nacional em data tão longínqua distingue Pedro Calmon de outros autores de seu tempo. Para os estudiosos dos temas raciais o processo de miscigenação estava ainda em curso nos começos do século XX. Em 1902, comentou Euclides da Cunha: “predestinamo-nos à formação de uma raça histórica em futuro remoto, se o permitir dilatado tempo de vida nacional autônoma”³⁹. Oliveira Vianna, mestre no tema, afirmou no início dos anos 1930 que “no Brasil, a obra do caldeamento e fusão das raças não está ainda hoje inteiramente realizada: ainda subsiste em nossa população muitos elementos puros dos tipos étnicos fundamentais”⁴⁰. Sem levar em conta observações deste gênero, Pedro Calmon se mostra decidido a enxergar a completa formação nacional durante o século XVII. Para ele, a população articulada em “três grandes núcleos de expansão”, quais sejam São Paulo, Bahia e Pará, apesar de conviverem em territórios de geografia distinta – o que, na visão do autor, lhes valeria alguma variação cultural – foi capaz de consolidar “o seu idioma, a sua raça, a sua religião” por todo território brasileiro, de norte a sul:

Tão verdadeira foi essa circunstância – **identidade de raça** em meios diferentes criando uma **civilização homogênea**, que apenas se matizava do fenômeno geográfico preponderante – que a toponímia portuguesa não variava, por todo o Brasil, desde o alto Amazonas à savana gaúcha. [HCB, p.66, grifos meus]

Pedro Calmon vislumbra uma unidade entre os tipos brasileiros que distingue nos pontos do território, mediados por diferentes paisagens e climas. Dentre eles identifica o

³⁹ CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. 35^a. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991. p.52.

⁴⁰ VIANNA, Oliveira. **Raça e Assimilação**. 2^a. ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1933. Coleção Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série V, Brasileira, Vol. IV. p.95.

gaúcho, “homem plasmado pelo meio”⁴¹, o paulista, o paraense, todos reunidos sob uma mesma direção, dando configuração ao brasileiro, e constituindo uma “civilização homogênea” – fenômeno refutado por alguns estudiosos da época, inclusive os mesmos que criam na miscigenação ainda em curso no século XX.

Para Euclides da Cunha, a variedade de características físicas e culturais modeladas em meios tão diferentes no território nacional, tornava “o brasileiro” apenas um “tipo abstrato que se procura”⁴². Oliveira Vianna, alguns anos depois, já não via motivos para se repetirem noções equivocadas elaboradas a partir de um “falso conceito de homogeneidade étnica dos diversos grupos nacionais ou históricos”⁴³. Para ele, cada região do país teria uma formação étnica particular, podendo-se esperar apenas a identificação de um “tipo local uniforme”, mas não nacional⁴⁴ – o que ainda demandaria muitos anos para acontecer:

O tipo antropológico do brasileiro só poderá, pois, surgir com a sua definitiva característica depois de uma lenta absorção histórica, quando o trabalho de fusão das três raças originárias se estiver completado e as seleções étnicas e naturais tiverem ultimado a sua obra simplificadora e unificadora.⁴⁵

Entretanto, para Pedro Calmon a “fisionomia definitiva” do brasileiro já estava datada. Mas a conformação étnica por ele proposta, e situada nos idos do século XVII, encontrou significado através de elementos culturais comuns que teciam o fio condutor da “homogeneização”. Para ele, no vasto território do Brasil, “o homem – eis o que importa – era o mesmo. A família, a língua, a crença, depois as instituições locais, continuaram as mesmas nas diferentes regiões, mesmo debaixo de “índole diversa”⁴⁶. Teriam eles, na sua conclusão, uma “identidade de raça”. Sem adentrar nas discussões de sua época que aferiam as implicações biológicas de cada raça na formação de suas culturas e

⁴¹ HCB, p.72.

⁴² CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. 35^a. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991, p.50.

⁴³ VIANNA, Oliveira. **Raça e Assimilação**. 2^a. ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1933. Coleção Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série V, Brasiliana, Vol. IV, p.25.

⁴⁴ *Id. Ibid.*, p.144.

⁴⁵ *Id. Ibid.* p.147.

⁴⁶ HCB, p.66-7.

nacionalidades. Havia sido esta justamente a razão para o projeto de lei que pretendeu proibir a imigração de negros norte-americanos para o Brasil, no debate gerado a partir da visita de Robert S. Abbott, comentada no Capítulo 1. Solicitado para emitir um parecer sobre a questão, Oliveira Vianna esclareceu exatamente este ponto de vista:

Sou radicalmente contra a imigração de negros americanos para o Brasil, como de negros de qualquer outra procedência. Também sou contra a imigração de quaisquer outras raças que não as raças brancas da Europa. Por aí V. Exa. Verá que só poderei aplaudir o projeto que proíba a entrada, como colonos, das raças negras e amarelas. Devemos muito ao negro, mas sem dúvida teria sido infinitamente melhor que eles não se tivessem constituído um dos grandes fatores da formação da nossa nacionalidade.⁴⁷

A idéia da seleção étnica aplicada à imigração brasileira reflete a convicção de Vianna, compartilhada por outros intelectuais de seu tempo, de que as características raciais influenciavam no estado da cultura e desenvolvimento de cada grupo. Desta forma, era preferível evitar o convívio da sociedade brasileira com elementos considerados racialmente inferiores – negros e amarelos⁴⁸. Desprezando estas considerações, Pedro Calmon afasta o elemento étnico, e se volta para o campo cultural em busca de uma identidade nacional. O processo de caldeamento racial, que originou o novo tipo - o brasileiro - adquire assim unidade através dos resultados obtidos pelas realizações culturais.

Pedro Calmon, contudo, não desprezou as diferenças raciais que a biologia de então evidenciava. Na caracterização das três raças originais deixou claro suas acepções sobre diferenciação racial e respectivos papéis no processo de civilização. Em acordo com a incontestável superioridade do homem branco, declarada pela ciência da época, o autor apresenta o português como o grande articulador da civilização nascente, em meio a um espaço onde só havia “aspereza, selvageria, paisagem”⁴⁹. É a partir da sua chegada que o autor encontra sentido para o início da civilização brasileira. Eles que trariam consigo a

⁴⁷ GAZETA DE NOTÍCIAS (RJ). 29 dez 1923.

⁴⁸ Ver Capítulo 1, fl. 54 *passim*.

⁴⁹ HCB, p.8.

fagulha do progresso e que mobilizariam suas “forças colonizadoras” em uma “imensa área em que Portugal, renovando-se, expandiria a sua raça”⁵⁰. Esta raça portuguesa, “produto de muitas raças históricas”, é assim caracterizada por Pedro Calmon em seus tipos: “o marinheiro das armadas, o colono, camponês loiro do norte de Portugal, negociante moreno, judeu ou mouro, homem d’armas de Lisboa”. Eles seriam, em geral, “branquióides”, de temperamento “nervoso” e “inquietao” - observa o historiador⁵¹. Comandantes da civilização, colonizadores, travariam com o índio e com o negro os contatos que dariam formação a uma identidade brasileira.

Já os índios, na diferenciação de Pedro Calmon, eram dispostos em vários “tipos antropológicos”, e se dividiam em onze grupos, que variavam em cores – “havia «abajus» e «abaunas», claros e escuros”- e inteligências⁵². O mais inteligente, o tupi, que plantava roças, pescava em canoas, construía casas, e estocava alimentos⁵³, teria sido o único a interferir na constituição do caráter nacional – concordando o autor com as definições do historiador Oliveira Lima⁵⁴.

Os africanos, por sua vez, vindos da Guiné, Congo, Angola, Moçambique, são apresentados por Pedro Calmon como haussás, gêges, minas e congos. Em sua caracterização, o mulçumano haussá surge definido como um “belo tipo trabalhador”: “negro altivo, econômico, asseado, guerreiro”⁵⁵. Já os congos teriam sido “indispensáveis para os trabalhos de mineração”⁵⁶ ainda que fossem, no conjunto, os “pretos de pior qualidade”. Os gêges, “fetichistas”, seriam também chamados de nagôs, configurando-se em “escravos dóceis” e preferidos para os serviços domésticos, acabando por dar origem à

⁵⁰ HCB, p.33.

⁵¹ *Ibid.*, p.23.

⁵² *Loc. cit.*

⁵³ HCB, p.25.

⁵⁴ LIMA, Oliveira. **Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira**. 3^a. ed. Rio de Janeiro: Topbooks; São Paulo: Publifolha, 2000. p.45.

⁵⁵ HCB, p.26.

⁵⁶ *Ibid.*, p.92.

“mais densa população negróide das nossas cidades” – enquanto os demais povoaram os campos do interior⁵⁷.

Com estas distinções, Pedro Calmon acaba por concordar com Oliveira Vianna a respeito da heterogeneidade interna de cada um dos grupos, mas ainda assim vislumbra a conformação de uma “sociedade média” que os representa de forma “homogênea”⁵⁸. Essa possibilidade se mostra quando Pedro Calmon localiza a “troca de influências” entre as raças no terreno cultural. Assumindo a mestiçagem como fenômeno basilar da constituição do caráter nacional, o autor a desloca do campo da biologia para o campo da cultura. Para suas considerações pouco ou nada importam os caracteres biológicos, havendo importância na língua, na religião, nas instituições, elementos que para ele definiam uma “identidade de raça”. Em busca de acomodar os conflitos que os conceitos de raça e cultura implicavam na época, Pedro Calmon os funde, escamoteia as características raciais dos grupos envolvidos na miscigenação nacional sob uma identidade cultural que seria comum a todos eles, dando assim início à civilização brasileira.

Deslocar a mestiçagem do terreno da biologia para os campos da cultura mostrou-se uma estratégia eficaz para Pedro Calmon solucionar seu desafio: contar a história de uma civilização engendrada por indivíduos mestiços. Não era tarefa fácil, ainda no início dos anos 1930 – como veremos a seguir. Além disso, essa postura o isentou de se arriscar em matéria de seu pouco domínio ou conhecimento, como resta claro nas caracterizações genéricas e simplistas atribuídas a cada uma das raças que convida para integrar o seu processo civilizador.

É verdade que Pedro Calmon não se propõe a realizar uma análise científica dos tipos raciais, não sendo esta sua especialidade. Mas ao apresentar o brasileiro como

⁵⁷ HCB, p.27.

⁵⁸ VIANNA, Oliveira. **Raça e Assimilação**. 2^a. ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1933. Coleção Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série V, Brasileira, Vol. IV. p.74-81.

resultado do caldeamento de raças, acaba por adentrar na seara dos autores de sua referência - Nina Rodrigues, Manoel Querino e Arthur Ramos - sem lhes seguir os passos. Assim, os mecanismos da mestiçagem, fenômeno eminentemente biológico, passam a ser observados por Pedro Calmon no campo cultural, evidenciando também uma influência crescente das teorias culturalistas que eclodiriam no Brasil principalmente através da obra “Casa Grande e Senzala”, de Gilberto Freyre, lançada alguns meses depois que a HCB. Essa tendência culturalista, no entanto, já estava posta desde as décadas de 1910 e 1920, principalmente através das teorias de Franz Boas. Aos poucos adentrava no Brasil, gerando cada vez mais insegurança sobre as idéias que condenavam os indivíduos a permanecerem fixados em padrões de “civilização” estabelecidos a partir da sua raça⁵⁹. Em 1923, Afrânio Peixoto - discípulo de Nina Rodrigues - reflete essas oscilações ao declarar a raça como uma “realidade não imutável, senão transitória”⁶⁰. Na época, a expectativa para que a esperada mutação ocorresse baseava-se, principalmente, em educação e eugenia⁶¹ - elementos considerados hábeis para elevar a capacidade civilizatória das raças.

Ao privilegiar o aspecto da formação cultural – observando a língua, a religião, as instituições - é que Pedro Calmon analisa uma nova composição étnica, geradora do brasileiro. Em verdade, ao seu tempo, as noções raciais apresentavam-se confusamente imiscuídas entre os caracteres biológicos e culturais, havendo opiniões as mais diversas sobre a questão. Manipulando estes conceitos, ou simplesmente aturdido diante da ausência de uma teoria racial satisfatória, Pedro Calmon declara a conformação do

⁵⁹ Cf.: CORRÊA, Mariza. **As Ilusões da Liberdade**. A Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil. Bragança Paulista, BP: EDUSF, 1998.

⁶⁰ GAZETA DE NOTÍCIAS (RJ), 23 dez 1923.

⁶¹ Ver: REIS, José Roberto Franco. **Higiene Mental e Eugenia**: o Projeto de “Regeneração Nacional” da Liga Brasileira de higiene Mental (1920-30). Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 1994; GERALDO, Endrica. **Entre a Raça e a Nação**: a Família como Alvo dos Projetos Eugénista e Integralista de Nação Brasileira nas Décadas de 1920 e 1930. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 2001.

brasileiro no século XVII, o tornando agente da construção de sua própria civilização mestiça.

No início da década de 1930 os mestiços ainda carregavam muitos estigmas de desqualificação. Desde o século XIX a verificação da mistura causou preocupação aos membros das elites brancas letradas que, baseados nas teorias científicas do período, temiam um futuro sombrio para este país miscigenado. A preocupação traduzia-se principalmente na presença do negro, e nas suas possíveis influências negativas no desenvolvimento nacional. A raça negra havia de “constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo”⁶², vaticinava Nina Rodrigues, no século XIX. Nos anos 1920, a permanência desse pensamento justificava o já mencionado lamento de Oliveira Vianna: “sem dúvida teria sido infinitamente melhor que eles [africanos] não se tivessem constituído um dos grandes fatores da formação da nossa nacionalidade”⁶³. A miscigenação era então algo para se lastimar – uma verdadeira “tragédia” como citou em verso o poeta baiano, primo de Dona Romana, Pethion de Villar: “o trágico e solene encontro das três Raças/ Que forjaram de bronze os músculos do Brasil...”⁶⁴.

Para a filósofa Gislene Aparecida dos Santos, é a partir de 1888/1889 que o problema “o negro” entra na pauta das principais discussões entre as elites dirigentes. Com o fim do cativo, e o ingresso à vida civil na república democrática, já sem a autoridade senhorial e a correição da chibata, os negros acabariam abandonados à própria sorte, incapazes de se auto-administrar, conforme o pensamento conservador de muitos doutos da época⁶⁵. Para Oliveira Vianna, esta situação seria a origem da situação “abastardada” dos

⁶² RODRIGUES, Nina. **Os Africanos no Brasil**. 6ª. ed., São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Ed. UnB, 1982. p.7.

⁶³ GAZETA DE NOTÍCIAS (RJ). 29 dez 1923.

⁶⁴ VILLAR, Pethion. “Oração à Bandeira”. Bahia, 07 de setembro de 1923. In: REVISTA DO BRASIL. Rio de Janeiro. N.º. 85. Jan 1923. Pethion de Villar é pseudônimo de Egas Moniz Barreto de Aragão. Médico e poeta, era primo da mãe de Pedro Calmon.

⁶⁵ Cf.: SANTOS, Gislene Aparecida. **A Invenção do “Ser Negro”**: um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

negros⁶⁶, a quem, nas palavras de Pedro Calmon, “a súbita liberdade atordoara e confundira”⁶⁷. Durante a Primeira República a demanda destas elites se pautou em projetar um lugar social ao negro dentro de parâmetros considerados adequados. O incentivo à imigração européia e a esperança no branqueamento da população elevaram o caráter da miscigenação, numa criativa saída à questão da mestiçagem, como explica a antropóloga Lilia Schwarcz. Se a mistura de raças antes condenava o Brasil, era também através dela que a nação deveria se salvar, revertendo-a a seu favor⁶⁸. Esses eram planos para o futuro, cujos números otimistas do antropólogo Edgard Roquette-Pinto, não tardaria a chegar, com o branqueamento progressivo da população⁶⁹. Mas até que isto se tornasse realidade, outras providências careciam ser tomadas. Diante da flagrante miscigenação da população brasileira os estudiosos se viram obrigados a rever o quanto antes alguns conceitos, para permanecer o Brasil na via do desenvolvimento. Continuasse condenado pela raça, comprometido estaria o futuro da nação. Era mister se criassem novas concepções, a fim de reverter o triste vaticínio. Por isso, durante os anos 1920 e 1930 muitos letrados reclamavam por um novo posicionamento do mestiço no estatuto moral da sociedade brasileira - como o fez o ensaísta Baptista Pereira, discursando aos jovens bacharéis da Faculdade do Largo de São Francisco, em São Paulo:

Garante-se que o Brasil sofre de uma lesão medular, pelos sangues contaminados que se lhe reuniram nas veias. **Vaticina-se a sua incapacidade para a civilização.** Afirma-se que não passa de um gigante tabético, incapaz de movimentos coordenados.

Por que ? – Primeiro, porque descende do **português**. Segundo, porque se lhe encontra, na estrutura racial, uma grande contribuição **africana e indígena**.

Será verdade ? Devemos curvar a cabeça ante a fatalidade original ? Penso que não.

⁶⁶ VIANNA, Oliveira. **Raça e Assimilação**. 2^a. ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1933. Coleção Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série V, Brasiliana, Vol. IV. p.135.

⁶⁷ CALMON, Pedro. **História da Bahia**. Resumo Didático. 2^a. ed. São Paulo: Cia. Melhoramentos. S/d (1933?). p. 186.

⁶⁸ Cf.: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). 4^a. Reimp. São Paulo: Cia das Letras, 2002; SILVEIRA, Renato . “Os selvagens e a massa”. Papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental. AFRO-ÁSIA, Salvador, v. 1, n. 23, 2000. p. 87-144.

⁶⁹ Cf.: ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Ensaio de Antropologia Brasileira**. 3^a. ed. São Paulo: Ed. Cia Nacional; Brasília: Ed. UNB, 1982. p.77. Brasiliana, Vol. 22 (1^a. ed. 1933); Coleção Temas Brasileiros, Vol.37.

Não me impressionam, nem os augures científicos, arautos de megalomanias étnicas, que a realidade se encarrega, dia a dia, de dissipar duramente, nem a grita descompassada dos ódios.

Trata-se de um problema de história, para cuja solução contribui um grupo de ciências afins, de criação recente. É à luz desses elementos que devemos encarar a questão, antes de oferecer o pescoço à canga dos capitães de mato, que, como o da gravura de Ruggedas, **nos querem levar como escravos fugidos para as senzalas da antropologia.**⁷⁰ [grifos meus]

A cólera do jurista evidencia a sua revolta pela condenação do futuro do Brasil anunciado por uma antropologia desqualificadora do mestiço. Em sua alusão à senzala, conclama a rebelião contra o cativo que uma ciência nova tentava impingir ao processo histórico da nação, negando-lhe lugar na civilização por conta da origem miscigenada da população. A voz de Baptista Pereira encontrava eco entre outros letrados que, diante da realidade mestiça evidente no cotidiano das ruas, queriam uma solução mais imediata para a questão. O país era mestiço, e não havia como negar esta evidência já tão clara desde o século XIX, como observou o viajante francês Alcide D'Orbigny. Ao passar pelo Rio de Janeiro, encontrou o visitante “um espetáculo de população de cor” que, para seus olhos, parecia “uniforme” – apesar de variarem “em todos os tons possíveis, do preto ao branco” – mas que definitivamente todos se assemelhavam muito, a ponto de ser praticamente “impossível distinguir uma pessoa de outra”⁷¹.

Diante da necessidade emergente de se conviver com a mestiçagem, Pedro Calmon contribuiu com uma saída positiva para a questão. Ao apresentar uma história de civilização forjada por um povo mestiço, que adquiriu suas feições no século XVII e elaborou uma “sociedade média”, composta por um “indivíduo médio” - resultado das interações entre o branco, o negro e o índio – mostrou que ela foi capaz de construir uma

⁷⁰ PEREIRA, Baptista. **O Brasil e a Raça**. Conferência feita na Faculdade de Direito de São Paulo a 19 de junho de 1928. São Paulo: Rossetti Ltda, 1928. p.34-5. Ver: SLENES, Robert Wayne Andrew . “As Provações de Um Abraão Africano: a Nascente Nação Brasileira na Viagem Alegorica de Johann Moritz Ruggedas”. REVISTA DE HISTORIA DA ARTE E ARQUEOLOGIA, Campinas, SP, v. 2, 1996. p. 271-94.

⁷¹ D'ORBIGNY, Alcide. **Voyage dans l'Amérique Méridionale**. Paris: P. Bertrand; Strasbourg: Veuve Levrault, 1835. Tomo I, p.21. Disponível em *Gallica – Bibliothèque Numérique de la Bibliothèque Nationale de France* em: <http://visualiseur.bnf.fr/Visualiseur?Destination=Gallica&O=NUMM-97855> - Acessado em 20 ago 2005.

história de autonomia e progresso. É sobre essas bases que Pedro Calmon edifica o seu mestiço. Vejamos as suas feições.

2.1.1. Não existe pecado do lado de baixo do equador

Foi a possibilidade de elevação do estatuto do mestiço, discutida nos anos 1920, que deu a Pedro Calmon a oportunidade de pensar na elaboração de uma sociedade mestiça, ou média, como preferiu chamar. Sua escolha, no entanto, enfrentava um desafio. Ao defenderem os doutos que os mestiços poderiam ser pessoas mais capazes através da instrução e/ou da eugenia⁷², estavam se referindo a um tempo no futuro, após a implementação de ações estatais que os fizessem educar e melhorar o sangue. Mas, cogitar a consolidação do tipo mestiço e brasileiro no século XVII, e elevá-lo a construtor de uma civilização, já se tratava de uma questão bem diferente. Para ver esta sua tese aceita entre os pares, Pedro Calmon tratou de construir o seu “indivíduo médio” com muito cuidado e zelo, inclusive evitando discorrer sobre suas possíveis características físicas, que só evidenciariam os aspectos biológicos da mestiçagem.

Compreendendo o início da história brasileira a partir da chegada do português, considerado indivíduo civilizador, é ele o elemento (branco) que Pedro Calmon introduz na base do processo de miscigenação, em uma escolha que lhe pareceu óbvia. Afinal, fora o português quem estabelecera as instituições, dominara o gentio, em parte assimilado ou eliminado⁷³, e tratara de planejar e organizar o território onde até então só havia uma “população indígena que vagava”⁷⁴, na menção do historiador. Seguindo a mesma interpretação, que assume a construção do Estado como linha do avanço civilizatório, é

⁷² Ver: MARQUES, Vera Regina Beltrão. **A Medicalização da Raça: Médicos, Educadores e Discurso Eugênico**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2004.

⁷³ HCB, p.34.

⁷⁴ *Ibid.*, p.21.

também o homem português que dará partida à formação do brasileiro - inicialmente misturando-se com o índio, e alguns anos depois também com os africanos.

Observa-se aqui uma mudança de pensamento do autor, influenciado pelos discursos que buscaram elevar o caráter do mestiço. Se em 1922 defendia a consistência de uma aristocracia branca, formada por “elementos puros”, que não participaram do processo de miscigenação, e estavam escalados no topo da sociedade⁷⁵, agora Pedro Calmon não mais estabelece essa distinção. Assume um caráter geral para a operação da mestiçagem, que em uma primeira etapa se teria dado somente entre o europeu e o indígena - o dito selvagem habitante original do solo conquistado.

Na adaptação à terra tropical, o português teria aprendido com o índio várias estratégias de acomodação ao novo ambiente, para ele totalmente desconhecido. Como remédio para sua sobrevivência, assinala o autor: “adaptou-se, imitando o gentio”⁷⁶. Valendo-se das informações de Frei Vicente do Salvador⁷⁷, Pedro Calmon destaca aspectos da cultura indígena que teriam influência decisiva na vida dos colonizadores:

Fortificou-se como o índio, nas cercas de pau a pique. Substituiu o trigo pela mandioca. Aprendeu a moquear a carne, para conservá-la. Não quis outra cama além da rede, que era para os tupis o único traste. A rede (bangüê) é também a sua mortalha. A rede (serpentina) é também o seu veículo. No trabalho do campo imitou o índio, derrubando e queimando, para a plantação, e cobiçando sempre terras novas, numa ocupação progressiva do solo. [HCB, p.28].

Na análise de Pedro Calmon o português, distante da terra lusa por um oceano inteiro, via-se numa paisagem completamente nova, que o obrigava a engendrar na América “uma vida em tudo diversa da que tivera até então”. Tudo lhe era novidade, “o meio, o clima, a gente que encontrou”, citou o autor. Esses elementos, unidos à necessidade de adaptação, teriam aproximado os portugueses dos índios. Na interpretação

⁷⁵ CALMON, Pedro. “A América não pode viver de sua própria história. A influência francesa na Conjuração Mineira”. In: **Anais do Congresso Internacional de História da América**. Rio de Janeiro, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1925, v. 5, p. 505-525.

⁷⁶ HCB, p.29

⁷⁷ SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil**. 1627.

do historiador, “ele [o europeu] transformou-se”⁷⁸. Foi o que lhe valeram as dormidas nas redes, o consumo da mandioca, e os outros hábitos absorvidos, descritos por Pedro Calmon. Em nome de construírem uma “«vida nova»” criaram novos costumes e esqueceram muitos dos seus, modos europeus, de utilidade precária no cotidiano “áspero” do novo mundo. Assim define o autor, para quem os portugueses, na labuta do dia-a-dia da colônia, tornaram desimportantes os “privilégios e diferenças de Portugal”. Para Pedro Calmon, a primeira barreira derrubada pelos portugueses no Brasil foi a social, pois teriam eles se “misturado”, inicialmente, entre eles próprios, a exemplo de empenharem-se todos no trabalho de construção da capital Salvador. Desta maneira, esteve “o governador, ao lado dos padres, a ajudar os artífices”, como explicou: “no começo, trabalharam todos, na promiscuidade mais completa”. A utilização do termo de lembrança sexual anuncia as outras “misturas” que estariam por vir. Ao final, sentencia Pedro Calmon: “ultra equinoctialem non peccari”⁷⁹ - estava dada a partida da miscigenação, que nos primeiros anos seria basicamente entre os brancos e os índios, dando origens a muitos mamelucos e algumas histórias de “amor”:

“há sempre nas alianças de índios e portugueses no Brasil uma figura feminina, que os aproxima, purificando em amor o sacrifício da sua raça. É a Paraguaçu na Bahia, a Arco-Verde em Pernambuco e a Tibiriçá em S. Paulo (...)” [HCB, p.30].

A idéia desse encontro romântico entre estas raças não exhibe lastro na historiografia, mas quis Pedro Calmon idealizá-lo, à moda indianista do século XIX. Ademais, a imagem “purificada” deste encontro é exibida pelo autor como recurso compensatório pela real crueldade da investida, traduzida pelo “sacrifício da raça”, que bem sabia o historiador, “**em parte assimilamos ou eliminamos**”⁸⁰.

Vale lembrar que na concepção de Pedro Calmon apenas o grupo tupi foi digno de

⁷⁸ HCB, p.22-3.

⁷⁹ “Não existe pecado além do Equador”. HCB, p.22-3.

⁸⁰ *Ibid.*, p.34 [grifos meus]

nota para integrar o processo de formação da identidade nacional. Eram eles os índios do litoral, “posto[s] em entendimento com os brancos, e por estes influenciados desde as primeiras viagens”, explicou o autor. Segundo ele “o tupi era o mais assimilável e inteligente”. Em interessante associação entre a capacidade cognitiva e a aptidão à civilização, o autor une essas características em relação interdependente. Talvez querendo afirmar que a inteligência dos tupis manifestava-se através de sua licenciosa “assimilabilidade”, ou que através da “assimilação” adquiriam maior inteligência... Mas, não detalhando o historiador a questão, percebe-se a pouca importância que lhe dá. Em nada discorre Pedro Calmon sobre as influências da cultura européia no cotidiano indígena, deixando claro que a miscigenação se operava em uma direção muito determinada. Na sua análise foi o índio quem influenciou o português, e não o contrário. Ao confirmar sua interpretação, sentencia o historiador: “ao **invés de «europeizar-se» o selvagem, foi o branco que se «indianizou»**”⁸¹.

Ao destacar a ocorrência de um inverso, Pedro Calmon sinaliza que conhecia a expectativa comum em seu tempo: a “assimilação” do índio pela cultura européia; a europeização do selvagem, e não a indianização do europeu! Invertendo a lógica esperada para um encontro de culturas em diferentes estágios de civilização, Pedro Calmon oferece a seus leitores um desafio de inteligência. Afinal, havendo os europeus se indianizado, o mencionado “sacrifício da raça” indígena perderia a razão de ser.

Na construção do seu pensamento o historiador visualiza a confirmação de sua hipótese através da figura do sertanejo - homem de seu tempo, no registro do que julga serem permanências culturais indígenas no caráter brasileiro:

Os sertanejos ainda agora andam como os índios, isto é, uns atrás dos outros, “por um carreiro como formigas”. Fumam o mesmo «pito». O seu alimento para a jornada é a mesma “farinha de guerra”. A canoa, com que passam os rios, é a mesma canoa tupica, de uso universal no Brasil. O feiticeiro exerce a mesma influencia e a terapêutica sertaneja é

⁸¹ HCB, p.30 [grifos meus]

toda indígena (a sucção das feridas para expelir o mal, o emprego de inúmeras ervas, as mezinhas). Do índio, tem o sertanejo a natural imprevidência, a resignação, a incapacidade para a poupança. A sua indústria caseira (balaio, esteiras, tecidos de algodão que as mulheres fiam, a cerâmica de barro) é indígena. Conserva do índio a atitude habitual de descanso, de cócoras, a maneira de trazerem as mães os filhos às costas, o jeito de desbravarem o mato e descobrir-lhe as veredas. Comem na «cuia», guardam as reservas no «giráu», «defumam» os legumes como os tupis o faziam no século I; e a modo destes, não bebem quando fazem as refeições. [HCB, p.28].

Surpreende esta redução da presença indígena na identidade nacional, restringindo-a aos modos do homem do interior, justo após a afirmação de que os portugueses teriam se indianizado. Ao procurar pelas evidências da cultura indígena na realidade brasileira, Pedro Calmon só conseguiu percebê-las através do sertanejo. Vale lembrar que desde os anos 1920 o índio contava com muito poucos indivíduos que os pudessem representar. No total da população brasileira perfaziam apenas 2%, segundo o censo realizado em 1922 pelo Museu Nacional⁸². A estatística indica que os índios não eram indivíduos presentes no cotidiano dos brasileiros, ainda que estivessem sendo incluídos como elementos de sua formação. Àquele tempo, submetidos à tutela estatal que, segundo o antropólogo Jair de Souza Ramos, deveria lhes conduzir o processo de aprendizado, eram tidos como grupos de socialização incompleta⁸³. Desta forma, apresentavam-se afastados da sociedade, e para serem incorporados deveriam, por obra do Estado, sofrer uma espécie de catequese laica, que os tornariam aptos a participar do mundo civilizado, como esclarecia Cândido Rondon:

“A educação dos milhares de crianças indígenas e o aproveitamento de seus respectivos pais nos serviços mais adequados a cada tribo e ao seu respectivo habitat, compensam moralmente todo sacrifício material a despendido pela Nação”⁸⁴.

A ação do governo, imbuída de espírito civilizatório, aproximava-se da ação colonial dos jesuítas nos aspectos de interferência cultural e aproveitamento da força de trabalho indígena – e, se variou nos métodos, acabou batizada pelo mesmo nome de

⁸² ROQUETTE-PINTO. **Ensaio de Antropologia Brasileira**. 3^a ed. São Paulo: Ed. Cia Nacional; Brasília: Ed. UNB, 1982. p.77. Brasileira, Vol. 22 (1^a ed. 1933); Coleção Temas Brasileiros, Vol.37. p.80.

⁸³ RAMOS, Jair de Souza. **O Poder de Domar do Fraco**: construção da autoridade e poder tutelar na política de Povoamento do Solo Nacional. Tese de Doutorado. Museu Nacional/ UFRJ, 2002. p.27.

⁸⁴ RONDON, Cândido. **Carta ao Presidente da República Doutor Arthur Bernardes**. 29 de Agosto de 1924., Fundo Arthur Bernardes, rolo 21. AEL/UNICAMP.

“Missão”, como se observa na manchete estampada em jornal: “A obra civilizadora das selvas – Bons frutos da catequese da Missão Rondon”. Na notícia, “os bárbaros Parintins” do Amazonas “tornam-se inofensivos e úteis”, mostrando-se “prontos para ser incorporados à civilização”⁸⁵. Este parecia ser o modo autorizado de tratamento aos índios, utilizado desde o período colonial pelos jesuítas. Talvez por isso Pedro Calmon tenha enxergado esses religiosos como uma espécie de profissionais especializados no trato com o índio, elegendo-os a “agente ativíssimo” da “homogeneização”, se referindo aos esforços de imposição da cultura européia sobre os índios⁸⁶.

Ao vislumbrar a presença indígena no dia-a-dia da vida brasileira através do sertanejo, Pedro Calmon determina a incapacidade dos índios de representarem a si próprios – o que, em verdade, era uma realidade legal, já que eram então tutelados pelo Estado. É por meio de um ente social extrínseco que os índios viriam sua cultura participar do somatório nacional. Reunidos sob uma identidade estereotipada, os indígenas ainda precisariam passar por processos de adaptação para participar da sociedade, ainda que se reconheçam hábitos de sua cultura presentes em outros grupos que compunham a nação. Naquele início da década de 1930, não podiam ainda ser eles mesmos. “O índio, para ser útil, devia ser ensinado” – declarava Pedro Calmon, pensando para os tempos coloniais⁸⁷. Entretanto, na Primeira República este conceito parecia persistir, justificando projetos como a Missão Rondon, assim comentada pela GAZETA DE NOTÍCIAS:

“Desde que foi organizada a missão do general Rondon, os métodos empregados para o chamamento dos índios ao convívio da civilização foram os mais humanos e os mais adequados à mentalidade em embrião desses valorosos homens”⁸⁸.

O resultado do encontro cultural entre os índios e os portugueses parece ter sido mesmo aquele que o autor apontou – o índio, observado seu estatuto de incivilidade nos

⁸⁵ GAZETA DE NOTÍCIAS (RJ). 24 mai 1924.

⁸⁶ HCB, p.34.

⁸⁷ *Ibid.*, p.29.

⁸⁸ GAZETA DE NOTÍCIAS (RJ). 24 mai 1924.

anos 1920, realmente não se europeizara. Já o europeu, diante da necessidade de adaptação ao mundo tropical, se indianizou, absorveu aspectos culturais utilitários por ele selecionados, exibindo um papel de comando no processo civilizador. Esta a explicação do autor, de onde não se pode deduzir que os brancos se tornaram efetivamente índios no seu processo de indianização. Mesmo utilizando uma frase de efeito, não é isto que Pedro Calmon tenta demonstrar. A sua intenção é salientar que através desses contatos o europeu colonizador transformou-se, dando vez ao colono, uma espécie de embrião do brasileiro, “argamassado” em definitivo durante as guerras holandesas. É através da observação das transformações sofridas por ele ao longo dos anos que o autor vê nascer o ser brasileiro.

Avalia Pedro Calmon que na primeira geração foi o colono português um “impressionável”, ao evidenciar permanências de uma mentalidade medieval que o teria conduzido na aproximação de costumes “bárbaros”, continuados em suas gerações seguintes, até a consolidação da identidade nacional:

Na primeira geração, o colono era um impressionável, hesitante entre as formas sociais primitivas que surpreendera na América e as suas tradições cultas; então o fidalgo d'armas servia os ofícios de justiça e o cavaleiro se afazendava como plebeu de sangue mourisco. Na segunda e demais gerações absorveu, com crescente abandono do atavismo europeu, os costumes bárbaros que o cercaram e empolgaram. [HCB, p.30]

É desta forma que o autor apresenta as razões que teriam levado o branco português a iniciar o processo de mestiçagem, justificando aquilo que rejeitara nos anos 1920. Os “elementos puros” se misturaram, ampliando o alcance da miscigenação para além dos baixos estratos sociais. A licença de Pedro Calmon fundamentava-se na observação de que os portugueses eram ainda um povo “embebido de medievalismo” nos inícios da colonização. A partir deste argumento, o autor encontra espaço também para inserir a contribuição do negro na formação do caráter brasileiro. Para Pedro Calmon, o africano interessava ao Brasil apenas “como braço”, e não despertou o interesse cultural do português, ou do colono em formação. Apenas diante da mentalidade “impressionável”

deste é que acabaria por influenciá-lo em campo delimitado:

O negro introduziu no Brasil, (região agrícola: zona de expansão do africano) “**novo Guiné**”, na frase do escritor dos “Diálogos das Grandezas”, o contingente de **lendas e crenças**, que, enriquecido das indígenas, temperou a simplicidade, a credulidade e a timidez do povo ibérico, embebido de medievalismo. [HCB, p.30, grifos meus]

Valendo mais pela força do seu trabalho que pela sua influência cultural, a interferência do africano na constituição do caráter nacional é dada por Pedro Calmon por esta curta observação, em reservado espaço para sua participação na construção de uma identidade brasileira. Citou apenas “lendas e crenças”, simplificando assim a riqueza cultural dos diferentes grupos africanos que, escravizados, deram origem a muitas gerações de brasileiros.

2.2. VERDADES PATRIÓTICAS

Diante do panorama exposto sobre as representações de Pedro Calmon acerca da participação das três raças na construção da identidade nacional, observa-se o pouco destaque dado pelo autor às contribuições africanas ao conjunto. Enquanto o índio se faz representar operando transformações no modo de vida dos europeus – que teriam, inclusive, se “indianizado”, e enquanto “o colono português (...) por toda parte espalhou as suas tradições nacionais”, nota-se a participação discreta, ou diminuta contribuição, do negro na formulação do que seja uma identidade brasileira⁸⁹.

Não era de se esperar que um historiador atento como Pedro Calmon fosse incapaz de perceber a presença africana na composição do caráter brasileiro. Conviveu cotidianamente com homens e mulheres descendentes de escravos africanos na Bahia, “província que maior número de escravos pretos recebeu”⁹⁰, e lhes conhecia bem muitos dos traços culturais. Ademais, nos idos dos anos 1930, a presença da cultura africana já era

⁸⁹ HCB, p.66.

⁹⁰ CALMON, Pedro. **História da Bahia**. Resumo didático. 2ª. ed. São Paulo: Cia. Melhoramentos, ca. 1929. p.27.

reconhecida por muitos intelectuais⁹¹, principalmente após os estudos pioneiros de Nina Rodrigues, que apontaram sua interferência na língua nacional, nas festas populares, na religião e outras manifestações⁹². Falar em desconhecimento do historiador sobre a importância da participação do negro na constituição da identidade nacional é uma alternativa, em verdade, impossível de obter sustentação. Isto resta claro em alguns de seus outros textos, em especial na “História da Bahia”, onde faz alusão à presença africana “nos costumes, na vida doméstica, na mentalidade colonial”⁹³. Mesmo na HCB podemos observar certos sinais. Ao citar a obra de Ambrósio Fernandes Brandão - “Diálogo das Grandezas [do Brasil]” – por exemplo, o historiador atesta sua ciência sobre a amplitude da participação africana no processo histórico nacional, pois aquele não deixa dúvidas:

(...) porquanto neste **Brasil** se há criado **um novo Guiné** com a grande multidão de escravos vindos dela que nele se acham; em tanto que, em algumas capitânias, há mais deles que dos naturais da terra, e todos os homens que nele vivem tem metida quase toda sua fazenda em semelhante mercadoria. ⁹⁴[grifos meus]

Pedro Calmon vale-se deste epíteto, “novo Guiné”, para designar o Brasil. Ora, se uma terra vale este nome de evocação africana para ressaltar a quantidade de indivíduos negros que nela habita, não poderia desenvolver-se alheia a eles. Se um novo tipo humano, uma “raça brasileira”, toma forma em “novo Guiné”, não poderia permanecer ileso à influência de boa parte do seu próprio contingente populacional. Aceitar o contrário seria

⁹¹ Ver: QUERINO, Manoel. **A Bahia de Outrora**. Salvador: Imprensa Oficial, 1946. Coleção de Estudos Brasileiros. Série 1ª. – Autores nacionais. Vol.3.; *Id.*, **A Raça Africana e seus Sostumes na Bahia** – Memória apresentada. 5º. Congresso Brasileiro de Geografia. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1917; *Id.*, Os homens de cor preta na história. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. Vol. 48. Salvador, 1923; RAMOS, Arthur. **O Negro Brasileiro**. 5ª.ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2001; CARNEIRO, Édison. **Religiões Negras e Negros bantos** – Notas de etnografia religiosa e de folclores. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991; *Id.*, **Cartas de Édison Carneiro a Artur Ramos: de 4 de Janeiro de 1936 a 6 de dezembro de 1938**. OLIVEIRA, Waldir Freitas; LIMA Vivaldo da Costa (orgs.). São Paulo: Corrupio, 1987; FREYRE, Gilberto. **Bahia e Baianos**. FONSECA, Edson Nery da (org). Salvador: Fundação das Artes/Egba, 1990.

⁹² Cf.: RODRIGUES, Nina. **Os Africanos no Brasil**. 6ª. ed., São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Ed. UnB, 1982.

⁹³ CALMON, Pedro. **História da Bahia**. Resumo didático. 2ª. ed. São Paulo: Cia. Melhoramentos, ca. 1929. p. 28-9.

⁹⁴ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogo das Grandezas do Brasil**, 1618. Texto organizado por Capistrano de Abreu. Salvador : Progresso, 1956. Disponível em <http://www.bibvirt.futuro.usp.br/>. Acesso: 01 out 2005.

crer que os negros exercitaram a maioria de suas práticas culturais em círculos muito fechados e secretos, mantendo-se à margem do restante da população. É possível até que Pedro Calmon tivesse esta percepção já que, em seu tempo, a cultura negra se configurava em reduto de autonomia aos olhos das elites letradas, que por sua vez intentavam esforços no combate às então chamadas “tristes reminiscências do africanismo”⁹⁵. Em todo caso, o quantitativo de escravos africanos não significou ao autor uma influência qualitativa. Vale também observar que a localização temporal atribuída pelo autor para a formação de uma “fisionomia definitiva” do brasileiro, em 1654, despreza a presença da massa de escravos africanos trazida pelo tráfico até o século XIX. Por mais de dois séculos ainda estariam os negros a imigrar forçadamente para o Brasil, somando-se à população, e contribuindo para a caracterização cultural da nação.

Em HCB, além da pouca contribuição à formação do caráter brasileiro, o africano aparece na história de civilização nacional contada por Pedro Calmon de forma fragmentada, dispersa, ora ao lado dos portugueses e índios na defesa da terra que “adotou”, ora na labuta do eito, ora no trabalho das minas, ou envolvido em alguma rebelião malfadada, previamente condenada pela heterogeneidade étnica. Era a opinião do historiador, que atesta com flagrante alívio:

A diversidade das línguas, (cujo estudo a tão pouco interessou) e das raças, entre os pretos importados, salvou o Brasil de uma conquista africana, que por vezes o ameaçou, apesar das desavenças irremediáveis e repugnâncias que separavam aqui os escravos das várias procedências, que tinham outros cultos e falavam outros dialetos. Assim nas Minas Gerais: uma grande rebelião de escravos só fracassou porque angolas e minas queriam reis diferentes (...). Na Bahia, todos os levantes de negros tiveram a mesma causa de pronto malogro [HCB, p.27].

Pedro Calmon, que achou simpático declarar a “indianização” do europeu, não incorreu no mesmo entusiasmo ao tratar dos africanos. Na sua história engajada aos

⁹⁵ A TARDE, Salvador 20 ago 1928. *Apud* RAMOS, Arthur. *In: O Negro Brasileiro*. Recife, FUNDAJ/ Ed. Massangana, 1988, p. 106.

interesses das classes dominantes, era bem mais útil e cômodo elevar a participação do índio do que a do africano, no caldeirão das três raças. Pois nos anos 1920 e 1930, enquanto os índios já não se configuravam em ameaça ao desenvolvimento da “civilização brasileira”, os descendentes dos escravos africanos constituíam-se em força presente nas cidades, exibindo os sinais de sua cultura “bárbara” e “inadequada”, como veremos adiante, no Capítulo 3. Desta forma, os negros são apresentados na HCB como sujeitos submetidos às circunstâncias impostas pelo colonizador, participando sem muita autonomia do processo de construção do Estado. Na elaboração conservadora do autor, não há muitos espaços de interveniência para os cativos oriundos dos “vastos reservatórios humanos d’África”, como citou⁹⁶. Juntam-se eles à massa brasileira pela simples contingência - afeiçoados à terra adotiva “parecida com a sua África, de paisagens e climas semelhantes”, que os fez conservar “as qualidades puramente raciais, acrescidas do seu cabedal mítico”⁹⁷. Esta é a proposição do historiador que, para falar do negro, preferiu privilegiar o aspecto econômico e o mundo do trabalho, observando-o como mão-de-obra apenas, inserindo-o no contexto do tráfico que teria feito a fortuna de muitas famílias baianas e pernambucanas⁹⁸.

Assim, na HCB os escravos africanos carregam serpentinas ou cadeiras de arruar, “escravas habilidosas” fiam algodão em rocas domésticas, e “gulosos” negros boçais geram prejuízos abocanhando os azeites doces ou de palmeiras da terra que alimentavam os candeeiros nas cidades e nos engenhos⁹⁹. Parece o autor não atentar à crítica elaborada por Nina Rodrigues que, ao parafrasear Silvio Romero, lamentou a ausência de estudos

⁹⁶ HCB, p.26.

⁹⁷ *Ibid.*, p.29.

⁹⁸ *Ibid.*, p.168.

⁹⁹ *Ibid.*, p.116-7.

africanistas diante da consideração dos negros como “simples máquinas de trabalho”¹⁰⁰.

Amalgamados no caldeamento proposto por Pedro Calmon, afora dos seus afazeres do cativo, os africanos encontram espaço de inserção na elaboração da identidade nacional apenas através de suas “lendas e crenças” que teriam impressionado os europeus nos primeiros séculos da colonização¹⁰¹. Os portugueses, os mesmos geniais projetistas da unidade nacional, surgem momentaneamente como bobos do medievo, “impressionáveis”, em estado reduzido de civilização, apresentando um estágio onde ainda poderiam sofrer influência de elementos culturais “bárbaros” africanos. Sobre estes, preferiu se calar Pedro Calmon, se fechando num silêncio que muito quer dizer.

A imposição de limites restritos ao espaço de contribuição dos africanos para o caráter brasileiro revela o seu baixo estatuto entre as elites letradas representadas por Pedro Calmon. Considerando-se que tinha ciência o autor sobre as práticas culturais dos negros, e diante do pouco destaque que lhes deu, é justo concluir que o historiador não as considerava representativas da identidade nacional brasileira. Demonstraria preocupação específica sobre a questão alguns anos adiante, em 1939, quando entra em disputa com o escritor José Lins do Rêgo, em debate mapeado pela etnomusicóloga Ângela Lühning. Acusado pelo literato de ser “contra o samba”¹⁰², Pedro Calmon se defende:

"Denunciei não o samba, como o povo no-lo dá, aqui e ali, porém 'batuque e onomatopéia que lembram ao luar da fazenda o perfil sombrio da senzala...'. Advertir o equívoco não de um baile de sabor indígena, senão da **infeliz propaganda que se faz do 'africanismo'** nas 'estilizações e explorações' que conhecemos. Indignei o sr. Lins do Rego, não combatendo o samba - coreográfico e melódico - mas estranhando o abuso, que é propalar-se lá fora, onde mal sabem quem somos. [...] E no reparo, pensando no **perigo** de 'valorizar-se perante platéias estrangeiras' a **toada nagô** dos 'terreiros de samba' pretendi modestamente falar numa **verdade patriótica. Verdade - porque o Brasil é diferente do quadro e do pessoal que a macumba exhibe.** [...] **Em vez de aparecer o que chegamos a ser: um povo de culta e ambiciosa civilização, parecer o que já deixamos de ser, mesmo antes de 18 de**

¹⁰⁰ RODRIGUES, Nina. **Os Africanos no Brasil**. 6^a. ed., São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Ed. UnB, 1982. p.3.

¹⁰¹ Essa conclusão Pedro Calmon atribui a leituras que fez de Martius, Nina Rodrigues, Manoel Querino e Artur Ramos.

¹⁰² ESTADO DA BAHIA. Salvador, 8 de jul 1939. *Apud* LÜHNING, Ângela. “Acabe com este santo, Pedrito vem aí... Mito e realidade da perseguição policial ao candomblé baiano entre 1920-1945”. In: REVISTA USP, n.28, 1995/6.

maio: um povo ninado e dorminhento ao som monótono dos atabaques. [...] A 'arte africana' que se teima em impingir como 'arte brasileira' ganhará os palcos da outra banda do Atlântico. Os empresários, na sua caça ao 'exotismo', impingindo com 'cenas do Brasil' 'costumes do Brasil' esses espetáculos do Congo e Benguela que os 'filmes' da África reproduzem"¹⁰³

As palavras de defesa do historiador esclarecem suas opiniões contrárias à identificação da cultura negra como parte legítima de uma cultura brasileira. Em 1933, essas concepções já se delineiam, influenciando o autor na restrição dos espaços de interferência do africano na construção de uma identidade nacional. O historiador evitou fazer “propaganda” de “africanismo” na HCB, na tentativa de esboçar uma “verdade patriótica” sobre a formação de uma sociedade que lhe parecia mais “cultura” que a realidade exibida pela “macumba”. O Brasil era um país de “ambiciosa civilização” que não poderia correr o risco de ser confundido com o “exotismo” africano¹⁰⁴.

A referência de Pedro Calmon à “macumba” remete ao único tema de influência africana admitida pelo autor no tecido da cultura nacional: a religião. A menção às “lendas e crenças” é tudo o que tem a dizer Pedro Calmon sobre o tópico que, em verdade, se fosse por ele aprofundado, poderia evidenciar o grande alcance da cultura africana no campo religioso brasileiro. De acordo com Nina Rodrigues, “de todas as instituições africanas [...] foram as práticas religiosas do seu fetichismo as que melhor se conservaram no Brasil”¹⁰⁵. Muito ativa, e justamente por esta razão energicamente combatida pelas elites letradas, a herança da religião africana exibiu vigor no início dos 1930. O candomblé persistia na sua execução realizada pelos descendentes de escravos, em tempo que sofria sistemáticas

¹⁰³ESTADO DA BAHIA. Salvador, 15 jul. 1939. *Apud* LÜHNING, *op. cit.*

¹⁰⁴ Nota-se no excerto o pouco conhecimento de Pedro Calmon sobre os elementos da cultura de origem africana quando confunde elementos de origem banto (“*macumba*”) com elementos de origem nagô (“*toada nagô*”) – aspectos já estudados a seu tempo por outros acadêmicos. *Cf.*: SAMPAIO, Gabriela dos Reis. “Pai Quibombo, o Chefe das Macumbas do Rio de Janeiro Imperial”. *REVISTA TEMPO*, UFF, n.11, Número especial sobre Religiosidades, 2001.

¹⁰⁵ RODRIGUES, Nina. *Os Africanos no Brasil*. 6^a. ed., São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Ed. UnB, 1982., p.214.

perseguições policiais, destacadas com entusiasmo pela imprensa organizada¹⁰⁶. A luta dos negros para manter viva sua prática religiosa parece ter valido o único espaço ativo oferecido por Pedro Calmon no engendro da sua HCB. Afinal, além do que chamou “lendas e crenças”, não lhes sobrou no que interferir, propondo o autor outras vias de sua admissão no composto da “mistura” nacional. Não podendo exercer sua influência, foi o negro influenciado. Não podendo impor a sua religião “fetichista”, aparece na Vila Rica em irmandades católicas de pretos a sacudir a cabeça polvilhada com ouro em pó, em bacias postas à frente das igrejas - potentados do domínio cultural português¹⁰⁷.

Na ótica do autor, destacam-se da massa de escravos Henrique Dias, Calabar, José do Patrocínio e Luís Gama – exemplos desse processo contrário que, ao invés de explicitar a influência africana na cultura brasileira, aponta como a cultura europeia supostamente alcançou os negros escravos. Evidenciando negros que teriam se “europeizado”, inseridos nos códigos de civilização branca onde transitavam com desenvoltura, e menosprezando uma possível africanização dos costumes europeus, Pedro Calmon pinta o quadro da condenação da herança africana na cultura brasileira. O reconhecimento de valor desses homens de descendência africana em nada eleva o estatuto da sua raça, dificultando a sua aceitação na participação ativa na formação do caráter nacional. São mais exceções que exemplos de capacidade, como já advertia Nina Rodrigues, acerca da “confusão pueril entre o valor cultural de uma raça e as virtudes privadas de certas e determinadas pessoas”¹⁰⁸. Afrânio Peixoto esclareceu: “As sub-raças originadas do contato são inferiores, na imensa maioria dos indivíduos, aos seus componentes. As proclamadas exceções individuais ajudam a regra, e são julgadas com benevolência. [...] A regra é,

¹⁰⁶ Cf.: BRAGA, Júlio. **Na Gamela do Feitiço**: repressão e resistência nos candomblés da Bahia. Salvador, EDUFBA, 1995.

¹⁰⁷ HCB, p.93.

¹⁰⁸ RODRIGUES, Nina. **Os Africanos no Brasil**. 6^a. ed., São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Ed. UnB, 1982., p.4.

porém, que a mestiçagem é infeliz, sobretudo como mentalidade”¹⁰⁹. A infelicidade da mestiçagem ao qual o país se submetia serviu de tema à charge da CARETA, em 1924. Em um diálogo com “A Civilização”, uma moça branca e bem vestida, “O Brasileiro” que é um “luso-indígena” – ou seja, sem heranças africanas – reclama da sorte do futuro da nacionalidade, condenado pela “mistura de todas as raças”:



Figura 7 - "Aperfeiçoamento ethnico. Degenerescência moral."¹¹⁰

O esforço em apresentar um esquema de história de civilização brasileira de aspecto “homogêneo” e conformador foi tarefa árdua que exigiu muito acerto de criatividade de Pedro Calmon. Cantando a saga de formação do povo brasileiro, tentando tirar partido da idéia de uma mistura de raças, o autor acaba por apresentar uma visão desfavorável sobre a construção da identidade nacional:

O Brasil desenvolveu-se caracterizado pela independência do homem em face da ação reguladora do Estado, apenas limitada no século III, em razão das explorações mineiras, mas vitoriosa nos refulhos e na amplitude do país. Começava pelo **fator português, misto de clandestinos religiosos (judeus) e sociais (degredados), que se adaptaram imediatamente ao meio novo e criaram aqui uma individualidade diferente**: a rebeldia favorecida pela liberdade. **Mamelucos**, notados já em 1549 por Hans Staden, **índios corrompidos pelos traficantes, mulatos e pretos forros ou fugidos, formaram o grosso**

¹⁰⁹ PEIXOTO, Afrânio. GAZETA DE NOTÍCIAS (RJ), 23 dez 1923.

¹¹⁰ A mulher, que é “A Civilização” preenche o molde denominado “Forma do novo typo ethnico Brasileiro” com uma certa “Mistura de todas as raças”. Enquanto isso dialoga com “O Brasileiro (luso-indígena)”. “ – O Brasileiro (luso-indígena): No meu tempo havia mais brio e mais coragem!...”; “A Civilização: Pois olha, agora os teus patrícios, é desta massa que se fazem.” CARETA (RJ), 04 jun 1924.

da população indiferente aos preceitos políticos, seduzida pela vida livre, preferindo a sua emancipação, do campo, às cobições, da cidade, esta hierarquizada e policiada – como em Pernambuco, na Bahia, e em S. Paulo. A história do Brasil teria de refletir esse **desequilíbrio de origem**, entretanto concordante com a sua **unidade espiritual**.¹¹¹

A diversidade de tipos constitutivos, e a caracterização negativa de cada um deles revelam o momento de incerteza e pessimismo de Pedro Calmon ao refletir sobre o caráter brasileiro. Os elementos raciais considerados inferiores, que integram a identidade nacional – “mamelucos”, “índios corrompidos”, “mulatos e pretos forros e fugidos” - formando o “grosso da população” mostrada pelo autor como alheia “aos preceitos políticos”, dão o tom do desânimo que se fez presente em longos anos da historiografia brasileira. Para Pedro Calmon, os percalços da história do Brasil estariam vinculados a esta origem mestiça, indicando algum acordo com a afirmação de Peixoto, sobre a infelicidade da mestiçagem... Aqui o autor apresenta uma paradoxal contradição, já que toda a sua explicação sobre a formação nacional se baseia em uma construção de mestiçagem – ainda que elaborada em pesos e medidas exatos para dar lugar ao resultado esperado. Mas diante deste “desequilíbrio de origem”, e vislumbrando uma unidade quiçá no plano “espiritual”, Pedro Calmon demonstra pouca fé e sentido de realidade no mestiço que tenta erguer ao papel de construtor da civilização brasileira. O seu mestiço, criando em laboratório, ao final não apresentava substância para se manter por si.



Preocupado em contar uma história de civilização brasileira comprometida com os anseios das classes dirigentes, Pedro Calmon elaborou com cuidado o seu projeto de mestiço, consagrado no século XVII. Pouco espaço deu ao africano, que participa quase *en*

¹¹¹ HCB, p.37-8.

passim da sua narrativa. Não lhe coube lugar na civilização engendrada por Pedro Calmon naquele início do anos 1930, quando a organização social os tentava impor regras de conduta e comportamento padronizados, distantes das práticas culturais herdadas dos escravos africanos.

Mas se na *História da Civilização Brasileira* Pedro Calmon foi econômico ao falar sobre os negros, em outra obra, lançada no mesmo ano de 1933, ele não teve a mesma cerimônia. Foi no livro de ficção *Malês, a Insurreição das Senzalas* que o autor teceu detalhes sobre a cultura negra, em especial, sobre a religião – reduzida apenas à “lendas e crenças” na HCB.

CAPÍTULO 3 - OS HERÓIS “FUNAMBULESCOS” DA CONSTRUÇÃO NACIONAL

Quando Pedro Calmon editou o romance-histórico *Malês, A Insurreição das Senzalas*¹, retomou a temática da revolta escrava iniciada anos antes com *Alma de Preta*²: a rebelião de escravos africanos. Com edição única³ e tiragem de mil exemplares, e também publicação em partes seriadas em moldes de folhetim⁴, *Malês* contava a história do levante de escravos ocorrido em 1835 em Salvador, a chamada Revolta dos Malês⁵. Na trama, escravos seguidores do candomblé e do islamismo se unem sob o comando da liberta africana Luiza Mahim, com o intuito de tomar o governo da cidade e destruir as elites brancas dirigentes. Com aspectos de guerra religiosa, o autor apresenta o que pretende ser a luta da barbárie contra a civilização – esta defendida e representada por homens da aristocracia local. No decorrer do enredo, a africana rebelde trai seus companheiros de luta, promovendo a queda dos negros diante da violenta repressão que se segue, após contar os planos insurgentes ao promotor Ângelo Ferraz, o herói do romance.

¹CALMON, Pedro. **Malês, A Insurreição das Senzalas**. Rio de Janeiro: Pro Luce, 1933. <**Doravante: Malês**>

² CALMON, Pedro. **Alma de Preta**. Rio, Jan 1922. Manuscrito. Doc.7, Cx.114. Fundo Pedro Calmon da FPC.

³ Em 2002 a Assembléia Legislativa da Bahia publica uma nova edição de *Malês* em comemoração ao centenário de nascimento de Pedro Calmon.

⁴ “Folhetim d’A Tarde”. In: A TARDE (BA), mar-abr, 1933.

⁵ Ver: BRAZIL, Etienne. “A Revolta dos Malês”. REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA. Vol. 33, 1907; RODRIGUES, Nina. “Os Negros Maometanos no Brasil”. JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 2 nov. 1900; BRITTO, Eduardo Caldas. “Levante de Pretos na Bahia”. REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA, Salvador, Vol. 29, 1903; QUERINO, Manoel. **A Raça Africana e seus Costumes na Bahia** – Memória apresentada. 5º. Congresso Brasileiro de Geografia. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1917; VERGER, Pierre. **Fluxo e Refluxo**. Do tráfico escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos, dos séculos XVII a XIX. 4ª. ed. Salvador: Corrupio, 2002; REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. Ed. revista. e ampliada. São Paulo: Cia das Letras, 2003; *Ibid.*, Um balanço dos estudos sobre as revoltas escravas da Bahia. In: REIS, João José. (org.). **Escravidão e Invenção da Liberdade** – Estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1988.

Ao escolher a revolta de escravos acontecida na cidade de Salvador no século XIX, capitaneada por africanos islamizados - os chamados muçulmis ou malês - o autor causou surpresa. O crítico Carlos Chiacchio⁶ chamou-lhe “romance negreiro”, pela “atmosfera em que se movem os heróis funambulescos” – referindo-se aos escravos rebelados⁷. Talvez tenha bem traduzido a impressão da maioria dos leitores do romance. Segundo seu juízo, o enredo era bastante original, “real, mas absolutamente intratado”⁸ em romance. Na verdade, o tema da revolta era mais conhecido no âmbito dos estudos acadêmicos. A novidade promovida por Pedro Calmon foi lançá-lo como pano de fundo em um romance, dando espaço de ação principal para personagens africanos. Trazidos às cenas principais, no entanto, os negros serão o alvo da derrota no enredo de Pedro Calmon.

3.1. ROMANCE NEGREIRO

Carlos Chiacchio chamou o romance de “esquisito” e de “exótico” porque trazia à ação indivíduos negros, antagonizando com os brancos fidalgos senhores de engenho⁹. A análise de Chiacchio evidencia o tradicionalismo das letras baianas, ainda vacilantes em aderir aos temas modernistas que precipitavam no sul do país, a respeito do caráter nacional¹⁰. Mas o crítico, pela clara simpatia destinada a Pedro Calmon, aceitou o tema

⁶Chiacchio é definido pelo poeta e historiador Carlos Eduardo da Rocha como “um animador das artes, concentrava em torno de si talentos da literatura e das artes plásticas. Era um crítico literário com prestígio na sociedade. Escreveu durante muitos anos uma coluna no Jornal “A TARDE” – Homens & Obras, onde divulgou talentos, prestigiou antigos e colocou a sociedade em sintonia com a literatura em especial, a música, o canto e as artes plásticas”. *Apud.* GOMES, Cecília. *Mulher Baiana, Vivência e Arte*. In: COSTA, Ana Alice A.; ALVES, Ivia. (orgs). **Ritos, Mitos e Fatos**. Mulher e Gênero na Bahia. Salvador: NEIM/UFBA, 1997. p.171.

⁷CHIACCHIO, Carlos. “Pedro Calmon, o historiador e o novelista”. In: A TARDE. Salvador, 27 de abr. 1933.

⁸ *Loc cit.*

⁹ *Loc cit.*

¹⁰ *Cf.*: SILVA, Paulo Santos. **Âncoras de Tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)**. Salvador: Edufba, 2000. p.93.

apesar de considerá-lo estranho, e ainda exagerou no elogio: “O autor criou, com «Malês», o romance negro no Brasil. Fez uma descoberta daquelas que valem um tento”¹¹.

Homem conservador e cultor de suas raízes aristocráticas, Pedro Calmon tratou o tema da rebelião de acordo com as expectativas de seus leitores. Saudou a lembrança de um passado triunfante, e pouco disposto esteve a observar os processos de resistência, protagonizados pelo chamado elemento servil. Assim, Chiacchio destaca a obra

Não só pelo lado da veracidade cronológica, episódica, legendária, **uma vez que a insurreição abortada dos negros, que recebeu o nome de *Malês*, não pesou como fato essencial, básico, preponderante, na evolução da nossa história**, senão ainda como colorido prnturesco [*sic*] dos tipos, dos costumes e das maneiras no tempo.¹² [grifos meus]

O crítico diminuiu a importância da participação dos negros tanto no livro quanto na história, limitando-os a servirem de pano de fundo às ações heróicas dos fidalgos que os tentaram liquidar. E continua:

Em *Malês* está desenhada, retrospectivamente, a Bahia de 1835. A Bahia romântica dos bailados aristocráticos. A Bahia dos filósofos e poetas como o Dr. França e Moniz Barreto, dos quais há no livro tipificações magníficas. Era o tempo das cadeirinhas de arruar, das caleças de luxo, dos empoados fidalgos e das indumentárias versalhescas.¹³

Chiacchio tinha razão: não importavam os negros em *Malês*. A novela de Pedro Calmon servia antes para destacar o papel vitorioso da aristocracia sobre uma “malta” de rebeldes do que tratar propriamente dos africanos. “O drama de escravos revoltados é [...] um painel romântico” – esclareceu Pedro Calmon logo em sua primeira página. Tratava-se a revolta, para ele, de apenas “o fundo do quadro, fielmente histórico, que dá o horizonte real, a referência, o amargo sabor da verdade”¹⁴. “O que me apaixonou”, disse ele, “foi o episódio, a guerra servil como em Roma de Spartacus, ameaçando a cidade em que havia

¹¹CHIACCHIO, Carlos. “Pedro Calmon, o historiador e o novelista”. In: A TARDE. Salvador, 27 de abr. 1933.

¹² *Loc cit.*

¹³ *Loc cit.*

¹⁴ *Malês*, p.153.

três vezes mais africanos do que brancos e morenos...”¹⁵ A referência à Roma escravista e à luta servil conferem o símbolo engrandecedor à insurreição dos africanos. Ela foi a maior ocorrida na Bahia. Durante as primeiras décadas do século XIX houve muitas: em 1807, 1809, 1814, 1816, 1826, 1827, 1828, 1829, 1830¹⁶ e 1835. No entanto, foi a Revolta dos Malês a escolhida por Pedro Calmon. A única, segundo ele, “que teve um caráter de insurreição geral, político-religiosa, destinada a acabar com os proprietários e também com a sua Igreja, com o seu governo e o seu culto, com os seus haveres e as suas leis”¹⁷. Entretanto, não pretendeu com isso exaltar a resistência escrava ou a luta destes pela liberdade. Ao contrário, é a sua derrota que interessa, a forma como os aristocratas subjugaram os rebeldes e retomaram a ordem de seu mundo ameaçado por “pessoas que pareciam privadas de todo siso e mal linguajavam o idioma civilizado”¹⁸. Na descrição de Pedro Calmon, os africanos são pintados à imagem da barbárie, e a derrota que ele lhes impõe no enredo advém não apenas das ações decisivas dos fidalgos, mas também da traição emanada do seio dos rebeldes, e da própria desorganização dos africanos - incapazes de arquitetar grandes planos.

A fim de buscar inspiração para a escrita de seu romance, Pedro Calmon refugia-se no mesmo cenário apresentado na novela *Alma de Preta*:

Reunindo no engenho de açúcar de Mataripe as condições de vida do recôncavo, agrícola e industrioso, da época, timbrou o autor em retocar paisagens e lembranças que a tradição de melhor quilate lhe transmitiu. [*Malês*, p.153]

O autor busca suas próprias raízes durante a elaboração da obra – como explicou no fim do livro. Chamou a si esta tradição dos engenhos – representações do poder econômico e patriarcal - e declarou ser legatário da melhor estirpe, aproveitando para

¹⁵ *Malês*, p.185.

¹⁶ Ver: REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil**: a história do levante dos malês em 1835. Ed. revista. e ampliada. São Paulo: Cia das Letras, 2003. p.68-121.

¹⁷ *Malês*, p.151.

¹⁸ *Ibid.*, p.148.

reafirmar a sua integração ao clã. Era o seu contínuo esforço para mitigar a pecha de parente pobre. Para melhor servir à família, assume mais uma vez a tarefa de perpetuar o seu sobrenome, inserindo-o na novela, por entre figuras da alta sociedade da “Bahia romântica dos bailados aristocráticos”, como mencionou Chiacchio – “a Bahia dos filósofos e poetas como o Dr. França e Moniz Barreto, dos quais há no livro tipificações magníficas”. Vários são os momentos do romance em que surgem os antepassados das famílias de poder¹⁹, em situações bastante marcadas, que antecedem as principais ações dos africanos. Nessas ocasiões, dois bailes e uma missa, Pedro Calmon esmera-se por tecer detalhes parnasianos dos modos dos homens e mulheres refinados da Bahia oitocentista. São penteados, vestidos, jóias, perfumes, bigodes, criados em luvas, mármore e tapeçarias, sem o descuido das louças e pratarias, que compõe o ambiente de luxo da vida rica, guiada pelo calendário dos bailes orquestrados.

Este é o mundo civilizado que surge ameaçado pelos escravos que “mal linguajavam o idioma civilizado”, e defendido com êxito pelos seus representantes aristocratas. É desta forma que se justifica o tema dito “negreiro” do romance. Pedro Calmon não fugiu à tônica de seu tempo ou de seu grupo social, mostrando-se veiculador do discurso desqualificador dos descendentes de escravos e sua cultura. *Malês* não se tratou de uma iniciativa para dar voz à luta de africanos, mostrar a resistência escrava, ou enaltecer a cultura negra. Antes, enfatiza a derrota desses personagens, enfrentados por fidalgos das famílias baianas e pelas autoridades provinciais, bravos heróis pintados por Pedro Calmon. O autor se alistava ao lado destes, do seu grupo de pertencimento, e no romance os deu vantagem. No seu tempo presente, as antigas famílias da aristocracia baiana enfrentavam uma nova ameaça, e também precisavam combater – o inimigo, em 1933, surgia com o fim da República Velha, e atendia pelo nome de Getúlio Vargas.

¹⁹*Malês*, p.13.

3.2. “A BAHIA AINDA É A BAHIA”

Desde que Getúlio Vargas subira ao poder, no final de 1930, Pedro Calmon experimentava os dissabores do distanciamento - que lhe fora imposto - aos círculos de decisão política na Bahia. O então mais jovem deputado eleito no Estado²⁰ seria afastado de sua legislatura de maneira abrupta²¹. A instauração da interventoria federal na Bahia prejudicou o alcance de poder do influente grupo capitaneado por seu primo Francisco de Góes Calmon, que liderava a política baiana desde 1924 – tendo, inclusive, conseguido implantar a candidatura de seu aliado Vital Soares como vice-presidente da República, na chapa vencedora de Júlio Prestes. Mas, naquele outubro de 1930 esse projeto iria por terra. Com o apoio tenentista, Getúlio Vargas assumia o poder nacional, mesmo após ser derrotado nas urnas. Nos Estados, criou interventorias militares, dissolvendo o mandato dos governadores. Na Bahia, não foi diferente. Os calmonistas vir-se-iam, deste modo, obrigados a compor novas articulações²².

Pedro Calmon experimentaria ainda outros prejuízos nos anos imediatamente posteriores ao início do governo getulista. Além de perder a legislatura de deputado estadual, deixa de ser nomeado para o cargo de professor da Escola Normal, conquistado através de concurso público, em 1929²³. Sofreu ainda perdas de caráter mais pessoal, com o falecimento de seus primos e padrinhos políticos Góes (1932) e Miguel Calmon (1935). Sem o cargo de professor, e afastado de sua legislatura, conseguiu manter o emprego no

²⁰ AGUIAR, Pinto de. Pedro Calmon, um enamorado do Brasil. In: BOAVENTURA, Edivaldo M. (org.). **Pedro Calmon: vida e glória**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Salvador: Secretaria de Estado da Educação e Cultura; Academia de Letras da Bahia, 1986. p.73.

²¹ Vargas, ao assumir o poder, decretou a dissolução das Câmaras e dos Senados nacional e estaduais. Cf. TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: Unesp; Salvador: Edufba, 2001. p.386.

²² CALASANS, José. **Miguel Calmon Sobrinho e sua Época 1912-1967**. Salvador: Museu Eugênio Teixeira Leal/ Memorial do Banco Econômico, 1991; SILVA, Paulo Santos. **A Volta do Jogo Democrático**. Bahia, 1945. Salvador: Assembléia Legislativa, 1992; *Id.*, **Âncoras de Tradição: Luta Política, Intelectuais e Construção do Discurso Histórico na Bahia (1930-1949)**. Salvador: Edufba, 2000; SKIDMORE, Thomas. **Era de Vargas (1930-1945). Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982; TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: Unesp; Salvador: Edufba, 2001.

²³ O GLOBO. Morre no Rio, aos 82 anos, o historiador Pedro Calmon.. Rio de Janeiro, 18 jun. 1985. In: BOAVENTURA, Edivaldo M. (org.). **Pedro Calmon: vida e glória**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Salvador: Secretaria de Estado da Educação e Cultura; Academia de Letras da Bahia, 1986. p.196.

Museu Nacional – tempo em que os dissabores da vida política o aproximaram mais das atividades literárias e acadêmicas²⁴.

Escrito em um período de turbulências, *Malês* exhibe contornos políticos ao buscar uma memória de glórias na história de uma parte das elites baianas ameaçadas em seu tempo presente. Por oportuno, sua publicação seriada em folhetim dividiu as mesmas edições que trouxeram as propagandas da chapa autonomista “A Bahia ainda é a Bahia”²⁵ - da qual participava Pedro Calmon, ao lado de antigos adversários políticos. Declaravam-se unidos, solidários “no mesmo pensamento superior de honrar as suas tradições”²⁶, contra o governo “forasteiro” – o interventor cearense tenente Juracy Magalhães, nomeado por Vargas. A legenda autonomista, segundo o historiador Paulo Santos Silva, reunia diversos líderes e grupos remanescentes da República Velha perturbados pela Revolução de 1930²⁷. Pretendia lutar pelos seus interesses na Assembléia Constituinte (1934), conduzindo a luta “pela Bahia ativa!”²⁸ – como bradavam em suas publicidades. Para Pedro Calmon a empreitada significou nova derrota – a chapa foi quase que completamente derrotada pelo Partido Social Democrata, liderado por Juracy Magalhães.

Desta forma, o início dos anos 1930 não se mostrou favorável ao autor que, mesmo estabelecido no Rio de Janeiro, procurou manter-se coeso àqueles a quem chamava “minha gente”²⁹. Manteve vigorosa correspondência com a intelectualidade baiana, e foi participante nas discussões autonomistas, fazendo-se sempre presente através da imprensa

²⁴ Só no ano de 1933 Pedro Calmon publicou seis livros. **Gomes Carneiro**, o general da República; **A Federação e o Brasil**; **História da Civilização Brasileira**; **Malês, a Insurreição das Senzalas**; **O Marquês de Abrantes** e **O Rei Cavaleiro** (vida de Pedro I). Nas suas memórias, declarou: “1933 foi o ano fecundo. Dei seis volumes”. Cf. CALMON, Pedro. **Memórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. p.184.

²⁵ ARAÚJO, Mariele S. “A Bahia ainda é a Bahia” – Política e Literatura na Bahia de Pedro Calmon, 1933. **Revista de História Social**. <www.historiasocial.hpg.ig.com.br> Jan./Fev. 2003.

²⁶ SEABRA, J. J. “Quem não votar na chapa «A Bahia ainda é a Bahia» não terá cumprido seu dever”. In: A TARDE. Salvador, 28 abr. 1933.

²⁷ SILVA, Paulo Santos. **A Volta do Jogo Democrático**. Bahia, 1945. Salvador: Assembléia Legislativa, 1992. p.21.

²⁸ A TARDE. Salvador, 1 maio 1933.

²⁹ CALMON, Pedro. **Memórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. p. 201.

jornalística³⁰, ou pessoalmente, participando de honoríficos jantares e proferindo conferências. Contudo, soube também galgar outros espaços, junto ao próprio Getúlio Vargas, que mais tarde, nos anos do Estado Novo, o nomearia professor da Universidade do Brasil. Mas, naqueles primeiros anos da década de 1930, a situação se lhe mostrava nebulosa - bem como para os demais membros das elites baianas afastadas momentaneamente do poder. O futuro lhes parecia incerto. O pensamento de Miguel Calmon, nas palavras do autor, expressa um sentimento que certamente não era apenas seu, e encontrava eco entre muitos oligarcas baianos:

Tio Miguel partiu em boa hora para a Europa, achando que a sua geração, a que consolidara e justificara a República, não teria mais a oportunidade, e o tempo, só o tempo, daria ao País a normalidade perdida. Não transigiria com os vitoriosos. **Para ele, 24 de outubro de 1930 foi o dia decisivo. O da fratura. Para trás, a sua época; para diante, o incalculável. Descria dos homens novos, a começar por Getúlio Vargas.**³¹ [grifos meus]

A luta do passado exposta em *Malês* serviu, naquele momento, para reafirmar a batalha de um presente pouco glorioso e bastante incerto. Para Pedro Calmon, recordar os feitos da “sua gente” em formas idealizadas, poderia servir tanto de advertência aos que os desafiavam como também de inspiração aos que se julgavam legítimos legatários do poder. Como cita Eric Hobsbawm, “o passado fornece um pano de fundo mais glorioso a um presente que não tem muito o que comemorar”³². Pedro Calmon sinaliza em *Malês* o prenúncio de uma tendência que ganharia força na historiografia dos anos seguintes: engajada aos interesses oligárquicos e comprometida em construir uma memória dos grupos de poder, em função de suas necessidades do presente. Resta clara a opção de Pedro Calmon, em suas próprias palavras sobre a sua produção desse período:

Escrevi, enfim, com a variedade que os fatos inspiravam, a livre opinião, sobre quantos aspectos da vida interessavam ao observador **indisposto com o**

³⁰ CALMON, Pedro. **Memórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. p. 201. p.187.

³¹ *Loc. Cit.*, p. 181.

³² HOBBSAWM, Eric. *Dentro e fora da História. Sobre História*. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p.17.

presente, comprometido com o passado, esperançoso do porvir.³³ [grifos meus]

Embora vinculado ao passado, e valendo-se dele como instrumento de construção de um futuro que lhe fosse mais interessante, Pedro Calmon estava mesmo comprometido com o presente, engrossando uma vertente historiográfica que adquire formas mais robustas com o recrudescimento da política de Vargas, e a instauração do Estado Novo (1937). Os intelectuais locais – que também eram os integrantes das classes dirigentes – empenham-se em construir uma memória histórica de seus grupos, visando legitimar seu poder regional na tradição. É o que demonstra Paulo Santos Silva, acerca da produção historiográfica de Wanderley Pinho, Nestor Duarte, Luiz Viana Filho e Afonso Rui:

A luta pela retomada da autonomia da Bahia nos anos 1930 conjugou-se ao trabalho de reconstituição do passado, resultando um amplo painel da sociedade baiana que reafirmava o passado de autonomia de suas elites. [...] A **“memória”, ou a “quase-memória”, ou “quase-história” cumpriu o papel de reforçar o tecido social dos grupos políticos que buscavam apoio no passado para justificar suas pretensões no presente.** Assim, atividades políticas e intelectuais convergiram, encontrando-se na produção historiográfica. **No exame desta historiografia ficam evidentes seus débitos sociais e políticos para com as circunstâncias nas quais foi elaborada.**³⁴ [grifos meus]

Mesmo sendo *Malês* um texto ficcional, um romance-histórico que mistura história, memória e liberdade criativa, acaba por cumprir este papel de “quase-memória” ou “quase-história”. Seu tema e abordagem o aproximam desse estilo historiográfico, e pode ser indicado como prenúncio desse movimento, que teve como maior expoente Wanderley Pinho. Pedro Calmon, na tentativa de resgatar uma história de autonomia e poder, vale-se, dentre outros artifícios, de traduzir os antigos valores aristocráticos, nas lembranças dos salões do século XIX. Por isso, sua novela tem início em um baile de começo de ano, na mansão de José Cerqueira Lima, no bairro nobre da Vitória – onde se reunia, na sua

³³ CALMON, Pedro. **Memórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. p. 189.

³⁴ SILVA, Paulo Santos. **Âncoras de Tradição: Luta Política, Intelectuais e Construção do Discurso Histórico na Bahia (1930-1949)**. Salvador: Edufba, 2000. p.234.

descrição, “o que de melhor havia na Cidade, fosse em dinheiro, sangue ou posição”³⁵. Também, através das descrições dos maneirismos de época, tentou mostrar uma vida de requinte europeu na província baiana, em dia tanto com os temas da etiqueta quanto com os temas políticos da Corte, onde sempre atuavam uns e outros ministros filhos da terra.

Observando as motivações políticas do autor, a escolha pelo tema de escravos rebeldes, que em uma primeira vista pareceu inusitada, explica-se pelo ponto de vista adotado pelo autor. Pedro Calmon observou a luta africana através de luxuosos salões³⁶. Em 1835, entre brancos e negros, senhores e escravos, levaram a melhor as elites dirigentes, sufocando o movimento, imprimindo penas e alterando o cotidiano dos escravos com rigorosas medidas repressivas. Foi este o destaque que o autor quis apresentar:

As autoridades da província [...] surpreenderam os insurretos no primeiro ímpeto, antes do fogo ateadado, e lograram, após sangrentos encontros que encheram de ruídos trágicos aquela triste madrugada, desbaratá-los, [...] aniquilá-los. **O que não fez a baioneta, o tribunal, inexorável, completou.** Implicados na conspiração e comparsas do movimento, que não caíram baleados ou apunhalados nos combates de Água de Meninos, do Guadalupe, do Pilar, expiraram, sob os açoites, no tronco que a justiça levantou. [*Malês*, p.152, grifos meus]

Desta forma, apesar de retratar a insurreição escrava levantada pelos negros, Pedro Calmon destaca o fracasso que lhes fora imposto por ele no enredo – ou melhor, pelas “autoridades da província”:

Quebrada a violência do golpe de encontro aos muros do edifício, recuaram, com as fileiras devastadas, e em tropel, mal-feridos, sangrando pelas ruas que o tiroteio alvoroçara, desandaram pelo Pilar abaixo, como boqueirão gemendo entre os costões de sobrados e trapiches. [*Malês*, p.95]

O duro embate – “sangrentos encontros” – resultou no completo insucesso do levante. Deixou “as fileiras [dos rebeldes] devastadas”, com muito deles feridos ou mortos, e gerou prisioneiros, severamente castigados “no tronco que a justiça levantou” em nome da ordem estabelecida.

³⁵ *Malês*, p.7.

³⁶ THOMPSON, E. P. “Patrícios e Plebeus”. In: **Costumes em Comum**. São Paulo: Cia das Letras. 2002. p. 25-85.

Entretanto, é por conta deste desenrolar da rebelião, dos acontecimentos de batalha, e mesmo de suas conseqüências, que *Malês* abre mais espaço ao negro do que a *História da Civilização Brasileira*. Se nas páginas que tratam da formação da nacionalidade brasileira Pedro Calmon pouco comentou sobre o negro e sua influência na formação de nosso caráter, em *Malês* a sua presença fica evidente na conformação dos grupos africanos que participam da contenda: “nagôs” e malês, segundo a sua classificação.

3.3. OS AFRICANOS

Os africanos delineados no romance dividem-se em duas etnias que possuem como primeira linha de distinção sua filiação religiosa. Temos assim malês, filiados ao Islam, e nagôs, adeptos do Candomblé. No entanto, a classificação estabelecida por Pedro Calmon contraria a direção indicada por grande parte de estudiosos do tema. Segundo João José Reis, na Bahia, “malê” não se refere a nenhuma etnia africana particular, mas a qualquer africano que tivesse adotado o Islam³⁷. Assim, eram encontrados na Bahia nagôs que também eram muçulmanos - nagôs malês. Tal indicação já havia sido dada por Nina Rodrigues em período anterior à publicação do livro de Pedro Calmon. Mas o autor não seria o primeiro a estabelecer esse tipo de confusão, ao considerar o termo malê como designação de uma nação específica³⁸. Diante desta classificação equivocada, tipifica seus malês e nagôs de uma forma muito própria, ditando-lhes características que acordam com os discursos raciais da época.

³⁷ REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil**: a história do levante dos malês em 1835. Ed. revista. e ampliada. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

³⁸ Manoel Querino assim também procedera, e com isto isentando a participação de africanos islamizados na revolta de 1835, por não encontrar esse termo entre as qualificações das nações africanas envolvidas no levante: “No Arquivo Publico existem 234 processos de revoltosos africanos, sendo: 165 Nagôs, 21 Aússá, 6 Tapas, 5 Bornos, 4 Congos, 3 Cambindas, 3 Minas, 2 Calabares, 1 Ige-bu, 1 Benin e 1 Mendobi, não se encontrando, porem, um só de Malê.” Cf: QUERINO, Manoel. **A Raça Africana e seus Costumes na Bahia** – Memória apresentada. 5º. Congresso Brasileiro de Geografia. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1917. p.62.

3.3.1. Malês

A historiografia em muito contribuiu para a construção da imagem dos africanos islamizados como superiores aos demais cativos. A ocorrência de escravos que dominavam um sistema alfabético e dialogavam com uma religião monoteísta, considerada mais sofisticada que os modelos animistas tradicionais africanos, produziram representações de distinção entre os malês. Nina Rodrigues declarou a capacidade de articulação desses africanos em razão de sua unidade religiosa³⁹. O signo de sua inteligência é referendado por Donald Pierson, que os define como “astutos e inteligentes, eram às vezes superiores aos seus patrões em equipamento cultural”⁴⁰. Valeu-lhes, assim, o epíteto utilizado por Gilberto Freyre, que os nomeou de “aristocratas das senzalas”⁴¹. Essas elaborações acerca dos malês, desenvolvidas a partir de finais do século XIX, são incorporadas à narrativa de Pedro Calmon que os define como “os mais inteligentes dentre os escravos importados”. Não podiam, segundo ele, ser confundidos com nenhum que fosse de outra nação⁴².

Ao que parece, ao menos os africanos malês são dignos de algum elogio por parte de homens brancos e letrados das primeiras décadas do século XX. Afinal, ainda que os malês não reproduzissem integralmente os ensinamentos do Islam - vez que suas práticas sofreram também influência de religiões africanas – a familiaridade com códigos de uma cultura considerada civilizada os colocava acima dos outros escravos, diante do olhar das elites intelectualizadas. Mas, como já citado anteriormente, o romance comungava com uma opinião desfavorável em relação ao negro, e os elogios de Pedro Calmon aos africanos islamizados ganham outros tons no decorrer da narrativa, valendo-se de outro estigma que

³⁹ RODRIGUES, Nina. **Os Africanos no Brasil**. 6^a. ed., São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Ed. UnB, 1982. p.4.

⁴⁰ PIERSON, Donald. **Branços e Pretos na Bahia**: estudo de contacto racial. 2^a. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1971. p.120-1.

⁴¹ FREYRE, Gilberto. **Casa grande e Senzala**. 39^a. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. p.367.

⁴² *Malês*, p.40.

em geral também era imposto a esses africanos: o de serem cruéis – e, conseqüentemente, perigosos. Pedro Calmon já os demonstrava temidos desde quando o fidalgo de *Alma de Preta*, no engenho de Mataripe, os chamou de “maldita raça dos aussás”⁴³.

Apostando em motivações religiosas, o autor atribui o sentido de uma guerra santa a rebelião de 1835⁴⁴, dando esta definição específica para a revolta, garantiu que os malês “não odiavam os brancos pelas mesmas razões dos outros africanos. Queriam-lhes mal pelo horror que o profeta ensinara, aos cristãos, senhores da fé invencível”⁴⁵. A partir desta sugestão de luta religiosa, a narrativa impõe aos malês a imagem do ódio aos infiéis, da “fogosa combatividade do islamismo intolerante” – como quis Pedro Calmon, caracterizando-os como africanos terrivelmente ameaçadores, capazes das piores ações. Segundo o autor, “eles pilham, matam, incendiam, e nas trevas combinam alguma coisa ainda mais terrível e absurda”⁴⁶. Mas, nos momentos decisivos da batalha, a despeito de sua inteligência ou crueldade, os malês insurretos tombam diante das milícias oficiais. Em análise, Pedro Calmon aponta um importante motivo para esta derrota: “faltou inteligência dirigente, dir-se-ia a alma da luta. Os malês caíram de imprevisto, numa desordem selvagem, de horda desgovernada...”⁴⁷.

Na narrativa, os malês perderam a sua vantagem perante os brancos, pois ela só se sustenta diante da comparação entre outros de sua raça. Pedro Calmon expressa sua preocupação em estabelecer parâmetros de referência de distinção racial, numa ação muito própria à sua contemporaneidade, onde as relações pessoais e de trabalho estabeleciam-se

⁴³ CALMON, Pedro. *Alma de Preta*. Rio, Jan 1922. Manuscrito. Doc.7, Cx.114. Fundo Pedro Calmon da FPC.

⁴⁴ Outros autores também concordam com a interpretação de uma guerra santa para o levante dos malês, a exemplo de Nina Rodrigues e Pierre Verger.

⁴⁵ *Malês*, p.41.

⁴⁶ *Ibid.*, p.122.

⁴⁷ *Ibid.*, p.95, grifos meus.

ainda baseadas em valores patriarcais, marcadas por redes de compadrio⁴⁸. Estas redes, ao tempo que dificultavam a circulação do negro na sociedade, permitiam a escalada social de Pedro Calmon que, logo cedo, aprendeu a transitar por elas, tecendo laços fortes de sustentação.

A estratificação que o autor impõe sobre brancos e negros demonstra o continuísmo do mesmo raciocínio já apresentado desde sua aparição no I Congresso Internacional de História da América, em 1922. Pedro Calmon estabelece distinções sociais baseadas em uma suposta hierarquia racial. Ao legar aos escravos e seus descendentes uma posição subalterna na sociedade brasileira, o autor reafirma a sua própria posição social e de seu grupo, definindo os espaços de poder longe do negro. Este, considerado melhor ou pior conforme as insígnias de valor que conseguia agregar a si, continuava ainda nos anos 1930 a ter sua circulação social restrita por sua condição racial – como certificou o relato de Donald Pierson, observando a sociedade baiana deste período:

Desde, porém, **que não pode fugir à sua cor**, mas ao contrário leva constantemente consigo este **sinal indelével de status inferior**, o preto tende a ser catalogado por quem o encontra pela primeira vez, como membro do grupo de *status inferior*. Só à medida que ele simultânea ou posteriormente dê provas de ter outras características normalmente associadas à posição em classe mais alta, tais como instrução, habilidade profissional, riqueza, boas maneiras, etc., o conceito original se modifica; e mesmo assim, o fato de parecer-se com os membros da classe “inferior” continua sendo um dos critérios para julgá-lo e constitui indubitavelmente um percalço.⁴⁹ [grifos meus]

⁴⁸ FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. **Quem Pariu e Bateu que Balance!** : mundos femininos, maternidade e pobreza: Salvador, 1890-1940. Salvador: CEB/Edufba, 2003. p. 192; Ver: BACELAR, Jeferson. **A Hierarquia das Raças:** Negros e brancos em Salvador. Rio de Janeiro: Pallas, 2001; AZEVEDO, Thales de. Os movimentos “negros” na Bahia. **As Elites de Cor numa Cidade Brasileira.** Um estudo de ascensão social e classes sociais e grupos de prestígio. 2ª. Ed. Salvador: Edufba: Egba, 1996; BRAGA, Júlio. **Na Gamela do Feitiço:** repressão e resistência nos candomblés da Bahia. Salvador, EDUFBA, 1995; CARNEIRO, Édison. **Religiões Negras e Negros bantos** – Notas de etnografia religiosa e de folclores. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991; FREYRE, Gilberto. **Bahia e Baianos.** FONSECA, Edson Nery da (org). Salvador: Fundação das Artes/Egba, 1990; LANDES, Ruth. **A Cidade das Mulheres.** 2.ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002; LEITE, Márcia Maria B. S. **Educação, Cultura e Lazer das Mulheres de Elite em Salvador, 1890-1930.** Dissertação de Mestrado em História. UFBA, 1997; SANTOS, Mário Augusto da Silva. **A República do Povo:** sobrevivência e tensão – Salvador, 1890-1930. Salvador: Edufba, 2001; VIANNA, Hildergardes. **A Bahia já foi Assim.** 2ª. ed. São Paulo: GRD; Brasília: INL, 1979.

⁴⁹ PIERSON, Donald. **Branços e pretos na Bahia:** estudo de contacto racial. 2ª. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1971. p.209.

Na novela de Pedro Calmon os malês eram superiores aos nagôs e aos negros de qualquer outra nação africana, mas mesmo assim não foram páreos para a investida das forças de resistência comandadas por homens brancos, que os fizeram sucumbir. Traziam na tez o “sinal indelével de *status* inferior”. Por isso, apesar do perigo da revolta, as autoridades mostravam-se cômicas de sua própria superioridade, e desdenhavam da capacidade de malês e nagôs, que eram, segundo Pedro Calmon, apenas uns “desgraçados que souberam unir-se, estender a trama dos seus ódios, coser a teia do criminoso intento por toda parte”⁵⁰. Para derrotá-los, não precisariam sequer de recursos especiais, de acordo com um de seus personagens aristocráticos: “São muitos [os rebeldes], mas um bando de homens corajosos facilmente os castigará. Falta-lhes o espírito. A sua força bruta é a de um rebanho furioso: acomoda-se á primeira cancela que se lhe abre”⁵¹. Eram como gado, às vistas do autor.

Adotando um discurso de constante afirmação da superioridade branca sobre os africanos, Pedro Calmon destina ao confronto que promove a morte dos chefes malês um caráter especial e grandioso :

Um grupo de oito negros robustos, rojando-se de uma casa ao Gravatá pela Palma acima – tinham saído da quitanda de Luiza Mahim – tentou romper as linhas de milicianos espalhados pela cidade e atingir a Baixa. Resolutos, lustrosos, agigantados, com a sua roupa de guerra e grandes espadas empunhadas, **pareciam menos escravos fugidos que cavaleiros antigos**. Não falavam. A vida exuberante – o seu ideal de liberdade e a sua cólera sobre-humana – refugiára-se nos olhos laivados, que o ódio incandescia.

Atiraram-se, numa fúria silenciosa, contra as baionetas que os esperavam. Um alucinado entrecocar de ferros precedeu ao ribombo da fuzilaria – e através da fumarada se viu, os peitos cobertos de sangue, pararem, como numa perplexidade, estremecerem, rodopiarem depois, e **caírem com um baque surdo, de fardo que desaba**. [*Malês*, p.97, grifos meus]

O verniz de nobreza reservado a esses combatentes do levante - “os seus mártires afinal”⁵² - manifesta-se significativamente na hora de suas mortes, em uma luta já vencida.

⁵⁰ *Malês*, p.70.

⁵¹ *Ibid.*, p.71.

⁵² *Ibid.*, p.97.

Mas a dignidade e honra emprestadas à cena onde esses africanos se entregam à morte destinam um significado específico aos negros contemporâneos de Calmon. Afinal, os malês se rebelaram, lutaram bravamente até o final de suas vidas – mas o fato é que morreram nas mãos da polícia. A narrativa adquire aqui um sentido didático dirigido às classes economicamente subalternas, compostas por muitos negros, muitas vezes então associadas ao crime e à periculosidade: demonstra que os infratores têm as suas penas, principalmente se forem “negros, vencidos, e maus”⁵³, como definiu Pedro Calmon, valendo-se de uma percepção comum ao período em que vivia. Para a antropóloga Olívia Maria Gomes da Cunha é justo a partir do governo Getúlio Vargas que o sistema criminal sofre uma grande revisão, tendo como uma de suas bases defender a sociedade do que chamavam “perigos internos”, dentre eles – segundos os autos criminais e estatísticas da época – estavam os “pardos, mestiços, mulatos e pretos”⁵⁴.

Simbolicamente, a morte dos chefes malês também representa a falência de uma cultura que, por razões diversas, não conseguiu prosperar nessas terras. Sem dúvida, contribuíram para o seu desaparecimento as penas de degredo executadas após o levante de 1835, e a violenta repressão imposta aos escravos que aqui permaneceram. O exemplo da luta malê na Bahia era apenas memória, reavivada de forma tão partidária por Pedro Calmon, ao lembrá-los a partir de uma derrota. Restava assim muito claro o destino daqueles que tentavam se insurgir contra a sociedade organizada pelos aristocratas da Bahia. A mensagem podia ser codificada de maneira límpida pelos negros daqueles anos. Em 1936, em busca de uma comunidade malê remanescente, Édison Carneiro declarou:

Os malês, na Bahia, tiveram o seu tempo... Atualmente, não há culto malê organizado e os próprios negros maometanos são raros. Ainda consegui ouvir, de uma negra haussá, hoje

⁵³ *Ibid.*, p.118.

⁵⁴ CUNHA, Olívia Gomes da. “1933: um ano em que fizemos contato”. In: REVISTA USP, n.28, 1995/6. p.146.

“convertida” ao catolicismo, o padre-nosso em muçulmi... E só. Os malês vão desaparecendo. E, o que é pior, sem deixar vestígios...⁵⁵

Os malês, por mais “inteligentes” e “espertos”, “sanguinários” e “cruéis” que fossem, não puderam prosperar diante de uma sociedade brancamente fidalga, e protegida pelo “Deus verdadeiro” - declarado assim por Luiza Mahim, personagem central da trama, construída por Pedro Calmon como uma africana traidora de sua própria raça⁵⁶.

3.3.2. Nagôs

Se na Salvador contemporânea de Pedro Calmon não se podia mais encontrar o rito malê organizado, o contrário ocorria diante das tradições religiosas de origem iorubanas, ou nagôs, na configuração do Candomblé. Na década de 1930, a maior expressão da cultura negra era dada através da religião, confirmando a observação de Nina Rodrigues em anos anteriores, de que seria a “religião fetichista” dos escravos a instituição africana que melhor se conservaria no Brasil após o fim do tráfico negreiro⁵⁷.

A presença do Candomblé e seus signos na sociedade constituíam-se, na opinião das elites letradas, em aspectos de continuísmo de velhas práticas que remetiam a tempos coloniais, e só expressavam a ignorância dos negros, e seu despreparo para assumir um lugar no mundo moderno. Como cita Júlio Braga:

Na composição social da Bahia da primeira metade deste século [XX], parece que havia um segmento extremamente refratário à formação de uma sociedade que absorvesse elementos de procedência não européia, como os oriundos do

⁵⁵ CARNEIRO, Édison. **Religiões Negras e Negros bantos** – Notas de etnografia religiosa e de folclores. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. p.73.

⁵⁶ *Malês*, p.86. A análise da construção da personagem Luiza Mahim foi objeto do estudo: ARAÚJO, Mariele S. **Luiza Mahim, uma “Princesa” Negra na Bahia dos Anos 1930**. Discursos de Cultura e Raça no Romance-Histórico de Pedro Calmon, “Malês, A Insurreição das Senzalas” (1933). Monografia de Especialização em História Social e Educação. UCSAL, 2003.

⁵⁷ RODRIGUES, Nina. **Os Africanos no Brasil**. 6ª. ed., São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Ed. UnB, 1982. p.214.

continente africano que, paulatinamente, e quase sem controle, começavam a compor e a definir os contornos essenciais da sociedade e da cultura baiana.⁵⁸

Neste contexto, compreende-se as representações de nagôs e malês contidas no romance. Se os malês, ainda que derrotados – ou talvez, por isso mesmo - mereceram algum tipo de distinção elogiosa, o contrário ocorrerá com os nagôs. Afinal, em plena campanha anti-Candomblé, a herança destes africanos se mostrava muito viva e barulhenta, e persistia tal qual um boneco “João Teimoso”, na analogia feita pelo jornalista do A TARDE:

O 'candomblé' é ainda uma instituição na Bahia. Dir-se-ia que ele tem parentesco com esses bonecos teimosos, que não ficam nunca deitados, a não ser se a gente os obrigue, à força. Porque o candomblé tanto [*sic*] que a policia desvia dele a sua mão repressora, surge, de novo a acordar os ecos com a bonilheira infernal dos seus ritos nagôs.⁵⁹

Era exatamente oposto ao que ocorrera ao legado malê – que, com a digna morte de seus chefes, teria desaparecido de forma elegante da lista de problemas das classes dirigentes. No capítulo “Os Deuses Maus”, posto imediatamente depois das descrições de um elegante baile aristocrático⁶⁰, o autor exhibe uma cerimônia de Candomblé, gerenciada pelo pai de santo José dos Milagres – descrito como “o feiticeiro que governava a orgia”⁶¹ - onde se revelaria a pessoa escolhida pelos orixás para iniciar a matança do levante de 1835. A escolhida, Luiza Mahim, surge carregando os estigmas associados aos negros na

⁵⁸ BRAGA, Júlio. **Na Gamela do Feitiço**: repressão e resistência nos candomblés da Bahia. Salvador: EDUFBA, 1995. p.152.

⁵⁹ A TARDE. Salvador, 12 nov. 1926. *Apud* LÜHNING, Ângela. “Acabe com este santo, Pedrito vem aí... Mito e realidade da perseguição policial ao candomblé baiano entre 1920-1945”. *In*: REVISTA USP, n.28, 1995/6.

⁶⁰ A opção estética de organização de *Malês* expressa a intenção do autor em marcar as diferenças entre a cultura branca aristocrática e a cultura “selvagem” africana, o que é reconhecido e prontamente negado por C. Chiacchio, comprovando a eficácia da contraposição: “[...] situa a rebentina desarticulada dos pretos num ambiente luzido de vestidos caros e casacos talhados em Paris. O contraste dos hábitos de salão, onde ressoavam as musicas de Schubert e os costumes das alfurjas negreiras, onde trepidavam os atabaques de Oxum, todo esse cuidado, sem premeditação antitética, de opor no mesmo plano novelesco, as gentes de linhagem diametralmente contrárias, faz do romance um verdadeiro quadro reconstitutivo do homem e da terra, naqueles recuados tempos da nossa história.” *Cf*: CHIACCHIO, Carlos. “Pedro Calmon, o historiador e o novelista”. *In*: A TARDE. Salvador, 27 de abr. 1933.

⁶¹ *Malês*, p.27.

descrição do autor – bêbada, seminua, com o olhar “fosco e bovino”, que mais a aproxima à um animal, como nas figuras “bizarras” descritas no Capítulo 1. A cena é narrada por Pedro Calmon através de movimentos pretensamente ritualísticos e expressa valores pejorativos associados à cultura negra:

Uma jovem [Luiza Mahim], de chale riscado sobre a cabeça, soprava, aos pés do “pai de santo”, as brasas de um turíbulo, e outra **pretinha de camiseta leve escorregando pelos braços, o olhar fosco e bovino, recendendo á cachaça**, guardava o ídolo. Á volta, os músicos, sentados sobre os calcanhares, tamborilavam com os dedos nos tambores de barro (*rumpis*) e nos atabaques de tanoaria, agitavam *ganzás* e *agogôs*, de dupla campânula, e três raparigas mais claras, **a saia suspensa, a perna nua colteando, na face um esgar de demência, os lábios espumejando, rodavam, num ritmo acelerado** [...]

Afinal, como **doidas**, as dançarinas **aceleravam o rodopio, giravam alucinadas**, metiam-se num espiral de pó que os seus pés velozes levantavam, e alongavam os braços para o céu, como se quisessem subir perpendicularmente, com a coluna do incenso queimado ao *orixá*. [*Malês*, p.28, grifos meus]

A associação entre o Candomblé e a lascividade, imoralidade, bagunça, desordem, ignorância, era atestada nos relatos jornalísticos e policiais da época, que “confundiam” Candomblé com prática de feitiçaria e exercício de falsa medicina. Essa era a deixa para ação policial, vez que a Constituição, desde 1824, protegia a liberdade de culto religioso⁶². Mas, na visão das classes dirigentes, Candomblé era apenas uma bagunça de negros desregrados, bárbaros e ignorantes. Por isso, o que se associasse ao rito era vítima de desqualificação e violência. Os próprios instrumentos rituais eram alvo de agressão e, quando não destruídos, eram recolhidos para museus, como o do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, sem a dispensa de descrições ruinosas da imprensa, estendidas aos templo, fiéis e tudo mais que a eles estivesse relacionado:

[...] Lá estava, repimpado, **ridículo**, o santo Omolú, deus da bexiga, e outros respeitáveis, tais como S. João, S. Jorge, etc., Oxalá também se encontrava naquele **antro de perversão e ignomínia**, em que se respirava uma **atmosfera de nojo e asco**, de **repugnância e mal estar**. Cabaças, cuias, velas acesas, todos os **apetrechos ignóbeis da seita bárbara** enchiam o quarto e lhe emprestavam um **aspecto infernal**.⁶³ [grifos meus]

⁶² Ver: MAGGIE, Yvonne. **O Medo do Feitiço**: Relações entre Magia e Poder no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

⁶³ A TARDE. Salvador, 20 ago. 1928. *Apud* RAMOS, Arthur. **O Negro Brasileiro**. Etnografia religiosa e psicanálise. 2^a. ed., Recife: Fundaj/ Ed. Massangana, 1988. p.106.

Adotando esta mesma tônica, Pedro Calmon apresenta a seus leitores os santos que protegiam o terreiro do velho José dos Milagres, descrevendo “ídolo[s] bizarro[s]”, afeitos ao “bestial espírito africano”, que expressavam o “símbolo de velhas raças guerreiras e tormentadas”, exibindo figuras que eram “misto de caricatura e de monstro”⁶⁴:

Xangô [...] inspirava o terror dos elementos... Iansã [...] nudez de Astarte negra [...] Erês, macrocéfalos e pernicurtos [...] Oxum [...] seios fartos [...] atitude tranqüila de oferenda [...] Oxossi, o caçador, vesgo e disforme [...] aterrorizava [...] Iemanjá, entre lavadeira e Cibele, Tétis e Jocasta nagô [...] Echá-abicú e Egun-ecutó, as forças feminina e masculina, de salientes orelhas de morcego e olhos superficiais e estúpidos [...] Orungã e Iemanjá, espécie de Ceres e Netuno [...] Estanha associação de cultos, assinalando a transcrição entre o velho fetichismo, os mitos ocidentais e a conversão cristã, quando o babalaô já não podia deixar de ter sob o seu telheiro as imagens católicas. [*Malês*, p.104-5]

A linguagem do autor, elaborando o panteão do Candomblé em referência à mitologia grega também era característica ao período - uma estratégia elitista para compreensão dos mitos africanos, dentro de uma lógica evolucionista e eurocentrista. Quando a festa à Iemanjá foi noticiada no verão de 1930, a matéria do jornal A TARDE esclareceu que “o culto da <<Mãe d’Água>>, ou melhor <<Sereia do Mar>>, remontava aos tempos mitológicos”, fazendo referência à deusa pagã que teria imensa popularidade:

Desde então, até os nossos dias, o culto religioso da filha diletta de Netuno com Anfritite se tem mantido com fervorosa devoção seja pelos pescadores das Costas da Sicília, até a nossa gente ingênua, que herdou essa modalidade de fé quando do advento os primeiros africanos que aportaram á Bahia. Aqui predomina o sentimento cultural sob processos genuinamente selvagens, visto como acaba sempre por grandes bailados africanos ditos “candomblés”.⁶⁵

Podemos observar a concordância de Pedro Calmon com os mesmos tons de crítica do jornal acerca do Candomblé, fruto de “processos genuinamente selvagens”. Em *Malês* os ditos “bailados africanos”, surgem na descrição de “os mesmos ritos, a mesma dolente música dos batuques das selvas, as mesmas cores votivas, a mesma dança lasciva e

⁶⁴ *Malês*, p.27-8.

⁶⁵ A TARDE. Salvador, 06 fev. 1930.

histórica, as mesmas beberagens agrídoces e as comidas da predileção de cada santo, as mesmas descompassadas cenas de *candomblé indígena*⁶⁶.

Refletindo no romance as emergências de seu próprio tempo, Pedro Calmon reserva um capítulo da obra, “Orixás”, para reproduzir uma batida policial a um terreiro - ação tão comum à sua época, mas pouco afeita à primeira metade do século XIX, período do desenrolar da trama. A propósito de encontrar os envolvidos na rebelião, o chefe de polícia Gonçalves Martins promove uma “varejada” no terreiro de Pai José dos Milagres. A cena, narrada pelo autor, não descuida de expressar os mesmos signos das “batidas” cobertas pelos jornais de seu período, quando policiais e escrivães iam cumprir mandados de busca e apreensão, com o autorizado uso da violência⁶⁷. No romance, “com o bico da bota, o chefe de polícia arrombou a porta do casebre, seguido por soldados de baionetas ao ombro, alguns guardas nacionais de talabartes cruzados sobre as jaquetas de alpaca, um escrivão com o seu grande livro sob o braço”⁶⁸.

Embora a ida do chefe de polícia ao terreiro não tivesse sido motivada pela apreensão de material de *Candomblé* – seu interesse era prender suspeitos de participarem do levante – o escritor não deixa de transmitir aos leitores as sensações que Gonçalves, um homem branco, experimentou estando naquele “antro”:

Nunca um homem branco lá entrara. Escancarada a porta, um cheiro acre de herbário, como de uma botica, de benjoim e sândalo, de **imundice e mofo**, entonteceu o Dr. Gonçalves. Ele mesmo retirou as trancas aos postigos, para que o ar da manhã entrasse, varrendo aquele **bodum**. E olhou á volta. A sala do *babalaô* era um santuário. **Uma catedral de orixás. Um cemitério de monstros.** [*Malês*, p.103-4, grifos meus]

A impressão de “imundice e mofo” era uma reação já esperada pelo público, acostumado às notícias de jornal que também descreviam as “varejadas” - também de maneira pejorativa, aproximando a imagem dos orixás à figuras de “monstros”. Ademais, a

⁶⁶ *Malês*, p.25-6.

⁶⁷ Cf: BRAGA, Júlio. **Na Gamela do Feitiço**: repressão e resistência nos *candomblés* da Bahia. Salvador: EDUFBA, 1995. p.126.

⁶⁸ *Malês*, p.104.

familiaridade muitas vezes advinha das experiências pessoais. Não se poderia acreditar em grande distanciamento entre os leitores de Pedro Calmon e os terreiros de Candomblé – uma vez que estes costumavam ser freqüentados por gente de variadas camadas sociais, como satirizou a charge publicada em CARETA, intitulada “Na Terra da Crendice”. O desenho ironizou esta situação ao mostrar as reflexões do pai de santo Carolino, no momento de escolha do melhor lugar para instalar o seu Candomblé: precisaria ser um local acessível, onde a “gente chic, de sociedade”, sua “mió freguesia”, pudesse chegar de “auto particulá”⁶⁹.



Figura 8 – “Na Terra da Crendice”⁷⁰

Mesmo freqüentado por alguma parcela das elites, o padrão estipulado ao terreiro pelos jornais era sempre o pior, associado a elementos de barbarismo selvagem. Para o historiador, tudo lembrava a “África selvagem, na sua ingenuidade, na sua brutalidade, nas suas fúrias”⁷¹. Seu enredo reproduz aproximadamente as mesmas impressões que seus

⁶⁹ Ver: SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **A História do Feiticeiro Juca Rosa**: cultura e relações sociais no Rio de Janeiro Imperial. Doutorado em História, UNICAMP, 2000.

⁷⁰ “<Óia, Carolino, a gente fazemo o candomblé aqui mêmo. Pra quê despeza com alugué de casa lá em baixo?!...>; <Pai do Santo – Assim nois perdemo a mió freguezia. O cê sabe que gente chic, de sociedade, acostumado a auto particulá não sobre morro a pé...>”. CARETA (RJ). 30 out 1926.

⁷¹ *Malês*, p.104.

colegas das elites intelectualizadas expressavam nos diários da situação que circulavam no país:

QUANDO SOAM OS ATABAQUES. A polícia e a reportagem num santuário africano. **É preciso limpar a cidade destes antros.** A história do candomblé, **triste reminiscência do africanismo**, já tem sido feita entre nós. Tais ritos ainda são cultuados no nosso meio. O Cel. Octavio Freitas, sub-delegado do Rio Vermelho, teve denuncia de que naquele arrabalde, haviam diversas casas de candomblé e de feitiçaria, nas quais crianças e raparigas, em grande numero, ficavam presas, despertando cuidados e inquietações de seus parentes e pessoas outras. Devidamente orientada, essa autoridade dirigiu-se, ontem, pela manhã e uma das citadas casas, a fim de verificar a procedência da queixa. E foi ao lugar denominado Muriçoca, na Mata Escura.

Lá, de fato, deparou-se-lhe uma **habitação de aspecto misterioso**, apesar das bandeiras de papel de seda que a enfeitavam. Acompanhando-o um nosso repórter, bem como um fotógrafo de A TARDE. Chegados todos á aquela casa, o sr. Octavio Freitas encontrou-a cheia de **pessoas pouco asseadas, denotando vigília e cansaço**, que se estendiam pelas **camas infectas**, em numero considerável. Aos cantos viam-se muitas crianças, a dormirem, e **raparigas ainda jovens algumas vistosas, muito mal trajadas, emporcalhadas, demonstrando terem perdido muitas noites.**⁷² [grifos meus]

Pedro Calmon não inovou na caracterização: imundice, fedor, mofo, repugnância, e o aspecto monstruoso dos “tristes ídolos”, e “entidades iorubas, nus e desarticulados”⁷³, que representavam muito bem a “triste reminiscência do africanismo” que, segundo o A TARDE, deveria ser alvo de uma ação de “limpeza” pela polícia.

As representações atribuídas a malês e nagôs na novela correspondem, como já vimos, ao estado de suas heranças na época de lançamento de *Malês*. Interpretamos que a morte dos chefes malês, eivada de nobreza e fidalguia, só foi descrita por Pedro Calmon nesses modos porque, no seu tempo, os malês em Salvador já haviam praticamente desaparecido e sua cultura, ainda que diluída em alguns aspectos no Candomblé, não era uma instituição ameaçadora aos valores que os brancos pretendiam impor a toda a sociedade baiana. O mesmo não cabe dizer da herança nagô, flagrantemente presente no Candomblé, que pautava projetos que a tentaria reduzir a simples lembrança. Entretanto, naqueles anos os atabaques ainda soavam alto. Pedro Calmon, militante das elites

⁷² A TARDE. Salvador, 20 ago. 1928. *Apud* RAMOS, Arthur. **O Negro Brasileiro**. Etnografia religiosa e psicanálise. 2^a. ed., Recife: Fundaj/ Ed. Massangana, 1988. p.106.

⁷³ *Malês*, p.104.

intelectualizadas, seguia os moldes que a imprensa utilizava para caracterizar o Candomblé de forma negativa, apoiando as atividades repressivas do Estado. Esta situação já perdurava desde os finais do século XIX, quando Nina Rodrigues criticava o apoio da imprensa às ações policiais contra os terreiros:

Não é menos para lamentar que a imprensa local revele, entre nós, a mesma desorientação no modo de tratar o assunto, pregando e propagando a crença de que o sabre do soldado de polícia boçal e a estúpida violência de comissários policiais igualmente ignorantes hão de ter maior dose de virtude catequista, mais eficácia como instrumento de conversão religiosa do que teve o azorrague dos feitores.⁷⁴

Inserido neste ânimo, inspirado em “estúpida violência de comissários policiais”, Pedro Calmon promove a “varejada” no terreiro de Pai José dos Milagres. Ainda o destina um fim nada nobre que, comparado à morte dos chefes malês, foi simplesmente patética e bestial, de modo mais condizente à sua cultura – ou melhor, ao discurso de desqualificação do Candomblé e ao seu combate. Na grande noite do levante, o pai de santo, mostrando-se sempre estúpido, e sem serventia para a peleja, perambula em passos trôpegos pela cidade, enquanto os outros africanos se empenhavam na luta:

O mandingueiro, pelo meio da noite, quando os tiros acordaram num pavor a cidade baixa, perambulava á toa pelo Largo da Saúde. **Bebera demasiado.** Pesava-lhe a cabeça, que oscilava num equilíbrio precário; as pernas tremiam, moles, e desconcertavam-lhe o passo trôpego; sua fisionomia, com a expressão banal da embriaguez, perdera a **ferocidade costumeira**, e não conservara um só traço da antiga vivacidade.

Dir-se-ia que a consciência honesta, ha muito tempo adormecida, desapertara de súbito dentro dele, e o remorso desvairara-o. Ou então a **cachaça o endoidecera** – porque parecia desmemoriado, **sem nenhum papel que desempenhar nessa noite aflita, vadio e inútil.**

A barba rala, que se lhe esfiava no queixo longo, como que se aguçava mais no trejeito estremunhado da borracheira. **Os beiços umedecidos espumavam.** Os olhos, afogueados, queriam fechar – e as mãos grandes, calosas, engelhadas, tateavam no espaço um ponto de apoio. Por vezes, dizia alguma palavra, que se não poderia saber se era gemido ou blasfêmia. A cabeça grisalha ao relento, o seu passo incerto de ébrio, a pontuda barbicha que o vento esfarelava, a baba que lhe fervia nos cantos da boca – **fariam que a ronda o tomasse por um mendigo tonto, sem teto e sem pão.** [*Malês*, p.98, grifos meus]

⁷⁴ RODRIGUES, Nina. **Os Africanos no Brasil**. 6^a. ed., São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Ed. UnB, 1982. p. 239.

Pai José, com seu “vulto ossudo e retinto”⁷⁵ estava muito longe da figura da “corpulência de gigantes”⁷⁶ dos chefes malês. Na trama de Pedro Calmon, ele é largado à sua própria ignorância e embriaguez. Enquanto os outros negros lutavam, ele - líder de uma “seita” ignóbil, “brutal superstição dos feiticeiros d’África”⁷⁷ - enfrentava os fantasmas do passado, em visões alucinógenas, e golpeava o ar tentando atingi-los, com uma faca que “trazia colada à carne, por baixo dos molambos da blusa”⁷⁸, como descreveu o autor. Entregue a esta confusão de idéias, sofreu o que Pedro Calmon chamou de “inevitável”:

Ninguém notou o velho bêbedo, de faca na mão, golpeava no ar um fantasma, que lhe fugia. Pareceu, assim doido de todo, um ruim “malê” que vendia caro a vida. Com furiosa cutilada, abateu-o um sargento. A espada fendeu-lhe o crânio, e o sangue lhe desenrolou sobre a garofinha grisalha e os ombros ossudos um lençol encarnado. Tombou sem um grito, pesadamente, de borco, os longos braços magros estendidos, a barbicha espetando, os olhos úmidos estuporados... Ainda de encontro á terra, mordendo-a, os seus dentes rangeram. As unhas arranharam o chão e, após violento estertor – **acabou ali, como fera monteada** [Malês, p.101, grifos meus]

Abatido como gado, morre o babalorixá sem o mesmo *glamour* dos chefes malês, comparados a antigos cavaleiros. Diferentemente destes, não morreu heroicamente na luta. Seu desaparecimento na narrativa é dado assim, sem nenhum sentido de dignidade. Acabou ali, como fera monteada. Afinal, para Pedro Calmon e os doutos brancos e intelectuais de seu tem, ele era um nagô, candomblezeiro, ignorante, e conseqüentemente, de pouco valor⁷⁹. Mesmo os outros nagôs que participaram da luta naquela noite do levante, inevitavelmente reproduziram essas características que, fazia crer o autor, eram inerentes a esta nação. Por isso que no enredo, quando o promotor Ângelo Ferraz vê-se em perigo nas ruas daquela fatídica noite, cercado por nagôs, percebeu que, apesar da desvantagem

⁷⁵ Malês, p.27.

⁷⁶ Ibid., p.40.

⁷⁷ Ibid., p.26.

⁷⁸ Ibid., p.101.

⁷⁹ Ver: SAMPAIO, Gabriela dos Reis. “Majestades do oculto: imagens de líderes religiosos negros na literatura dos oitocentos no Brasil”. In: BELLINI, SALLES e SAMPAIO (orgs). **Formas de Crer: ensaios de história religiosa do mundo luso-afro-brasileiro, séculos XVI-XXI**. Salvador: EDUFBA, 2006.

numérica, podia contar a seu benefício com a estupidez desses africanos para salvar a própria pele – uma vez que, com sua incrível bondade e nobreza de herói de romance, não pretendia matar a todos eles:

[...] Pararam – uns e outros – olhando-se irresolutos, Ferraz de pistola aperrada, os nagôs de espadas ameaçando. Mediram-se. O promotor contou-os. Eram quinze, Fechavam a rua. Não valeria despejar sobre eles as pistolas. Não queria matar, queria passar... Uma idéia, repentina, sorriu-lhe. Mergulhou no bolso interno a mão esquerda, e retirou-a cheia de moedas. Eram libras esterlinas. **Chocalhou, com a mão fechada, imitando o “agogô” dos “candomblés” – e, num arremesso súbito, lançou as moedas aos pés dos bêbedos.** Foi uma chuva de ouro. Atiraram-se a elas, procurando apanhá-las na escuridão e no pó. **Precipitaram-se, uns sobre os outros, grunhindo, esmurrando, ferindo.** Caíram a um tempo, reboaram-se no chão, envolvendo-se em poeira, as mãos enclavinhadas esfregaram a terra, **alongaram como serpentes contorcidas**, braços luzidios, por sob a massa de corpos amontoados, num desesperado e surdo combate – e Ferraz, de um salto, transpôs a distancia que o separava do obstáculo. [grifos meus - *Malês*, p.109-10]

No momento de importante combate, os nagôs de Pedro Calmon esquecem a peleja, o inimigo, e lutam entre si por moedas, jogando-se no chão empoeirado, “grunhindo” como animais selvagens. Esta imagem criada pelo autor, assim como muitas outras do romance, tenta estabelecer um padrão de comportamento – onde os negros são sempre inferiorizados, e alocados num padrão inferior do que seria uma escala de civilidade. Sempre em contraposição com os brancos fidalgos da aristocracia local, os escravos levam a pior. Já seus senhores, descendentes dos portugueses que se “indianizaram”, na forma defendida por Pedro Calmon na *História da Civilização Brasileira*, estão sempre no proveito. Frequentam o topo da organização social e racial, e levam vantagem – como provou Ferraz que, contando com sua inteligência superior livrou-se sozinho de um feroz ataque de não menos que quinze homens negros e furiosos. A medida da civilização, no entanto, corresponde à condição racial do indivíduo. Neste raciocínio, os brancos são equiparados aos civilizados, e os negros aproximados à selvageria – quase mesmo, muitas vezes, despindo-se da condição humana. É por isso que para Pedro Calmon seus olhos são sempre “bovinos”.

3.4. MALÊS – ROMANCE E HISTORIOGRAFIA

Embora seja um romance, não se trata *Malês* de uma obra ficcional apenas. Por vias tortuosas, em muitos aspectos este livro se tornou referência historiográfica, ainda que se trate de uma obra literária. Os esforços de Pedro Calmon, e mais uma sucessão de acontecimentos, deram a *Malês* o verniz da cientificidade que originalmente não têm os livros de ficção. É certo que sua narrativa se trata de literatura, mas, percorrendo caminhos heterodoxos, vemos esta versão romanceada do levante adentrar nos registros historiográficos - na “quase-memória” ou na “quase-história” citada pelo historiador Paulo Santos Silva.

O próprio Pedro Calmon reproduz a versão romanceada em um de seus tomos da *História do Brasil*⁸⁰, livro estritamente acadêmico. Outros autores, que também trataram sobre a rebelião, não deixaram de fazer referência a *Malês*. Édison Carneiro⁸¹ e Donald Pierson⁸², fazem indicação do romance como fonte subsidiária ao estudo do tema do levante. Já Antônio Monteiro⁸³, utiliza a novela como se esta se tratasse de fonte historiográfica, investida de suposta verdade histórica. Também o historiador João José Reis, ainda que tecendo severas críticas, faz menção ao romance-histórico que, “durante muito tempo”, menciona, “o único livro inteiramente dedicado ao assunto”⁸⁴. Em análise mais recente, Reis novamente faz menção ao livro, reafirmando suas críticas e sugerindo,

⁸⁰ CALMON, Pedro. **História do Brasil**. Século XIX – Conclusão: “O Império e a Ordem Liberal”, Rio de Janeiro: José Olympio, 1959. Vol.V. p.1658.

⁸¹ CARNEIRO, Édison. **Religiões Negras e Negros bantos** – Notas de etnografia religiosa e de folclores. 3^a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. p. 72.

⁸² PIERSON, Donald. **Branços e Pretos na Bahia**: estudo de contacto racial. 2^a. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1971. p.125, nota 49.

⁸³ Antônio Monteiro foi pesquisador empírico, autodidata e distante de rigores acadêmicos. Interessado sobre o tema dos malês, escreveu diversos artigos a esse respeito, publicados no jornal A TARDE, a partir da década de 1940. Foi membro do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, da Associação Baiana de Imprensa, e presidente da Federação Baiana do Culto Afro-Brasileiro.

⁸⁴ REIS, João José. Um balanço dos estudos sobre as revoltas escravas da Bahia. In: REIS, João José. (org.). **Escravidão e Invenção da Liberdade** – Estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1988. p.97.

inclusive, sua interferência nas elaborações de Arthur Ramos sobre a rebelião dos malês: “Ramos talvez se inspirasse alguma coisa em Pedro Calmon”⁸⁵.

Malês serviu de referência constante sobre o tema do levante, e por isso mereceu a lembrança do historiador Waldir Freitas Oliveira quando do lançamento quase simultâneo das obras de Antônio Monteiro⁸⁶ e João José Reis⁸⁷ sobre a mesma temática:

É alentador para os historiadores baianos constatar a retomada dos estudos sobre tema tão importante para a compreensão do nosso passado. Somam-se os esforços desses dois autores aos anteriormente feitos por Pedro Calmon, Clóvis Moura, Pierre Verger, Rolf Reichert, Vivaldo da Costa Lima e Vânia Alvim [...]⁸⁸

Quando Waldir Freitas Oliveira inclui Pedro Calmon na lista de estudiosos sobre os malês na Bahia legitimou a importância de romance-histórico como fonte de referência sobre o tema, alinhando-o a outros autores que produziram material historiográfico.

A presença de um romance-histórico no mundo da historiografia levanta discussões acerca dos limites entre a história e a literatura. Em *Malês*, o próprio autor tentou promover a derrubada da linha divisória entre a história e a ficção, tão tênue na sua obra, ao explicar que contava a verdade de fatos que, para ele, “a trama novelesca apenas seriou e coseu, para a reconstrução conjectural”⁸⁹. Esta e outras afirmações estão no epílogo do livro, em “Nota”, onde o autor pretendeu desvincular-se do romance e tecer apenas comentários historiográficos que só colaboraram com sua narrativa literária. Mas foi desde a primeira página do livro que Pedro Calmon promoveu o encontro da ficção e da história na sua obra:

⁸⁵ REIS, João José. “Perfis malês: a liderança de 1835. O caso Luiza Mahin”. In: **Rebelião Escrava no Brasil**: a história do levante dos malês em 1835. Ed. revista. e ampliada. São Paulo: Cia das Letras, 2003. p.302.

⁸⁶ MONTEIRO, Antônio. **Notas sobre Negros Malês na Bahia**. Salvador, Ianamá, 1987.

⁸⁷ REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil** – A história do levante dos malês, 1835. São Paulo: Brasiliense, 1986.

⁸⁸ A TARDE. Salvador, 22 mar 1986. Ressalto que a lista é encabeçada pelo próprio Pedro Calmon.

⁸⁹ *Malês*, p.153.

EXPLICAÇÃO

Cenas do velho Brasil...

Pertence este livro a uma série, que, bem ou mal, se continua. A “O Tesouro de Belchior” (a sociedade no século XVIII) se seguiram “O Crime de Antonio Vieira”, “O Rei Cavaleiro”, “A Bala de Ouro”.

O drama de escravos revoltados é, como os dois últimos, um painel romântico. **Nítidamente histórico.** Foi em 1835. Houve na Bahia uma insurreição de muçulmanos *Malês* que ameaçou a província – a religião e a raça. Milhares de cativos tentaram, desfraldando a bandeira verde do Profeta na calada de uma noite trágica, proclamar a monarquia negra.

Recortam-se no horizonte da catástrofe eminentes figuras nacionais. Elas viveram. Elas sofreram. “É a verdade que eu conto...”

P. C. [*Malês*, p.5, grifos meus]

À vista dessas considerações, e avaliando que mesmo sendo um romance *Malês* possui um conteúdo histórico, o leitor desavisado acaba induzido a confundir elementos de história e literatura. Esta atitude adquire reforço pela própria ambivalência do autor que, além de romancista, era também conhecido como historiador – o que é logo explicitado no título do artigo que lhe foi dedicado por Carlos Chiacchio no jornal A TARDE: “Pedro Calmon, O historiador e o romancista”⁹⁰. A aproximação entre as duas atividades lhe valeram algumas críticas - quando concluiu *Malês*, recebeu conselhos de amigos para tentar o romance sem a história ou a história sem o romance⁹¹. Mas a parca distinção entre história e literatura nesta sua novela já estaria registrada nos mil exemplares editados, e nas partes seriadas que foram republicadas em folhetim pelo A TARDE, influenciando os futuros estudos sobre a Revolta dos Malês.

A construção de *Malês*, para além de inscrever Pedro Calmon no rol dos estudiosos sobre o tema do levante – incluindo a responsabilidade pela definitiva inserção de Luiza Mahim no contexto da revolta⁹² - refletiu o estatuto do negro na sociedade dos anos 1930. Como ensina E. P. Thompson, “todo significado é um significado-dentro-de-um-

⁹⁰ CHIACCHIO, Carlos. “Pedro Calmon, o historiador e o romancista”. In: A TARDE. Salvador, 27 de abr. 1933.

⁹¹ CALMON, Pedro. **Memórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. p.185.

⁹² O texto de Pedro Calmon inaugura a participação de Luiza Mahim na revolta de 1835. Cf.: ARAÚJO, Mariele S. **Luiza Mahim, uma “Princesa” Negra na Bahia dos Anos 1930**. Discursos de Cultura e Raça no Romance-Histórico de Pedro Calmon, “Malês, A Insurreição das Senzalas” (1933). Monografia de Especialização em História Social e Educação. UCSAL, 2003.

contexto”⁹³, e o romance-histórico *Malês* deve ser compreendido como uma produção cultural de seu tempo, com sentido próprio à sua época de publicação. Assim, a obra estabeleceu relações com as condições da sociedade à época de sua feitura e lançamento⁹⁴. As representações atribuídas por Pedro Calmon aos africanos e sua cultura, adquirem significação à luz das discussões emergente sobre o negro no início dos anos 1930, marcado pelo combate às “tristes reminiscências do africanismo”. Percebe-se assim a evidência da proposição de Antônio Cândido, onde texto e contexto se encontram em uma “interpretação dialeticamente íntegra”⁹⁵.

3.5. O NEGRO NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

Como já visto no Capítulo 1, os anos que se seguiram à abolição da escravidão foram palco da crescente reivindicação de ex-escravos e seus descendentes por uma ampla participação na sociedade brasileira. Os artigos publicados em volume pela imprensa negra não cansavam de repetir o apelo ao reconhecimento da contribuição do negro para a formação da nacionalidade, exigindo o reconhecimento irrestrito desta condição: “mestiçado, ou não, é o negro brasileiro de índole boa, de coração nobre, de espírito ativo e digno e, portanto, precioso elemento contribuinte para o caldeamento da nossa raça”⁹⁶.

As elites dirigentes, no entanto, não estavam dispostas a simplesmente aceitar a questão. Considerando os negros inferiores racial e culturalmente, negavam-se a dividir com eles os mesmos espaços de prestígio e reconhecimento.

⁹³ THOMPSON, E. P. Folclore, antropologia e história social. In: NEGRO, A. L; SILVA, S. (orgs.). **As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos**. São Paulo: Ed. da Unicamp, 2001. p.243.

⁹⁴ Cf: CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “Apresentação”. In: CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda (orgs.). **A História Contada**: capítulos da história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

⁹⁵ CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade**: Estudo de Teoria e História Literária. 5.ed. (revista). São Paulo: Ed. Nacional, 1976. p.4.

⁹⁶ GETULINO (Campinas, SP). 20 dez 1924.

Durante os anos 1930, o projeto de nação idealizado pelo grupo de Getúlio Vargas pretendia oferecer maior espaço de inserção ao negro, sob a égide de um Estado protecionista, que deveria “dignificar” a presença do negro, como cita a antropóloga Olívia Maria Gomes da Cunha:

A inclusão foi incorporada nesse discurso através da visão de que os “negros” e “mulatos” eram parte da Raça Brasileira, e que caberia também ao Estado dignificar (a despeito de uma política vista como, a um só tempo, liberal e “arianizante”) sua presença e protegê-los da miséria, do alcoolismo, da prostituição, do desemprego, do analfabetismo e, portanto, dos perigos internos e poluidores. A exclusão, por sua vez, era determinada pela constatação de que os sinais desse percurso pareciam descontrolados; os menores males passíveis de cura pela mão paternalista do Estado eram causados pelo “preconceito de cor”.⁹⁷

Mesmo não estando diretamente vinculado às legiões correligionárias de Vargas no início dos anos 1930, Pedro Calmon e seus amigos das oligarquias baianas comungavam do mesmo ideal de que os negros deveriam se submeter a padrões de comportamento, considerados ideais, para serem inseridos socialmente. Os obstáculos apresentados para a esta inclusão muitas vezes eram atribuídos aos próprios negros, e sua suposta dificuldade em dialogar com os ditames da civilização. Para essas elites o continuísmo do Candomblé, e até mesmo o seu crescimento durante a Primeira República⁹⁸, atestava a ignorância dos negros, “cuja educação não lhes permite reagir á influencia da seita perniciosa e proibida pela polícia de costumes”⁹⁹ - acentuou o A TARDE. A imposta submissão muitas vezes ocorria através da violência – a exemplo da ação da polícia de costumes, no combate ao Candomblé em suas muitas “varejas”. Este projeto, além de não cogitar nenhum respeito às tradições afro-brasileiras, não cuidava de inserir os negros na sociedade de uma maneira

⁹⁷ CUNHA, Olívia Maria Gomes da. “1933, O Ano Em Que Fizemos Contato”. *In*: Revista USP, São Paulo, v. 28, 1995/6. p. 145.

⁹⁸ *Cf.*: LIMA, Vivaldo da Costa. O Candomblé da Bahia na década de trinta. *In*: OLIVEIRA, Waldir Freitas; LIMA, Vivaldo da C. L. (orgs.); CARNEIRO, Édison. **Cartas de Édison Carneiro a Artur Ramos: de 4 de Janeiro de 1936 a 6 de dezembro de 1938**. São Paulo: Corrupio, 1987. p.40.

⁹⁹ A TARDE. Salvador, 20 de ago. 1928. *Apud* LÜHNING, Ângela. “Acabe com este santo, Pedrito vem aí... Mito e realidade da perseguição policial ao candomblé baiano entre 1920-1945”. REVISTA USP, n.28, 1995/6.

igualitária, sem fornecer o Estado oportunidades a esses indivíduos nos mesmos moldes oferecidos aos indivíduos considerados brancos, e das classes abastadas.

Mesmo identificando-se a pretensa ignorância dos negros como responsável pelo seu estado “atrasado” de cultura, a violência policial mostrava-se como uma solução aparentemente mais imediata ao problema, como citou o DIÁRIO DA BAHIA:

Apesar de ser um dos maiores centros de cultura nacional, uma verdadeira cidade universitária, possuindo varias escolas superiores, ginásio, Escola Normal, colégios e um sem numero de escolas primarias, reunidas ou isoladas, **a Bahia possui ainda um grande coeficiente de analfabetos, milhares de pessoas entregues á ignorância** e a todas as conseqüências desse estado de cegueira mental. Temos em primeiro lugar, a assinalar os prejuízos causados pela exploração torpe do baixo espiritismo.

[...] **A polícia de costumes deve organizar patrulhas a fim de surpreender esses antros de perdição chamados “candomblés”, prendendo e processando todos quantos se dedicam a essa industria de exploração á ingenuidade e á ignorância das almas fracas.** É preciso pôr um termo a essas práticas depoentes do nosso estado geral de cultura. **A Bahia já não é um entreposto de escravos, como nos tempos coloniais.** É uma das mais ricas capitais do país. Extinga-se nela, portanto, o fetichismo.¹⁰⁰ [grifos meus]

O discurso era sempre o mesmo, já desde fins do século XIX, e repetia-se indefinidamente: os negros eram ignorantes, e continuavam a reproduzir sua cultura inferior herdada de atrasadas tribos africanas, e esta inferioridade era flagrante no Candomblé, uma superstição bárbara que provocava histeria, adorava monstros, e era a maior representação de barbárie que se podia conhecer. Assim, as tradições negras, principalmente as religiosas, foram fortemente combatidas, tanto pela violência policial quanto pela violência moral. O “baixo espiritismo”, neste caso usado como um eufemismo para Candomblé, aparece como causa impeditiva para alfabetização das pessoas. Dentro dessa perspectiva, não faltavam escolas, e sim sobravam terreiros – sendo esta a explicação para o alto índice de analfabetismo entre os descendentes de escravos.

¹⁰⁰ DIÁRIO DA BAHIA. Salvador, 10 jan. 1929. *Apud* RAMOS, Arthur. **O Negro Brasileiro**. Etnografia religiosa e psicanálise. 2ª. ed., Recife: Fundaj/ Ed. Massangana, 1988. p. 107.

Além de exibirem os signos da “bárbara” religiosidade afro-brasileira, os terreiros e as famílias de santo se constituíam em espaços de resistência, socialização e construção de identidade negra. Diferentemente da imagem divulgada pela imprensa, ali não haviam “almas fracas” ou “cegueira mental”. Eram espaços que, durante a década de 1930, organizavam-se ao mesmo tempo que os sindicatos, patrocinando o estreitamento de laços que propiciavam a organização de mecanismos e estratégias de resistência cultural e afirmação política¹⁰¹. Também por essas razões sofreram combate pelas classes dirigentes.

Pedro Calmon reflete em *Malês* esta oposição, principalmente através dos seus personagens nagôs e, em especial, o pai de santo José dos Milagres – sacerdote despido de qualquer dignidade ou elogio. Estes personagens evidenciam o seu comprometimento com o projeto das classes dominantes, e esclarece a sua posição acerca da contribuição do negro para a construção do caráter nacional. Ao construir personagens africanos que “pretendiam afogar em sangue a sociedade organizada”¹⁰², ao retratá-los como animais ou seres humanos selvagens, Pedro Calmon encampou o mesmo discurso expresso nos jornais de sua época, marcado pela desqualificação aos ex-escravos e seus descendentes. A sua mensagem pode ser facilmente codificada pelos seus leitores da época, que preenchem os espaços vazios da ficção a partir de referências próprias, extraídas do cotidiano, das experiências de vida¹⁰³. Na nação ideal, só haveria espaço para os descendentes de escravos que se adequassem aos ditames da “civilização” que os homens brancos os queria

¹⁰¹ Cf.: LIMA, Vivaldo da Costa. O Candomblé da Bahia na década de trinta. In: OLIVEIRA, Waldir Freitas; LIMA, Vivaldo da C. L. (orgs.); CARNEIRO, Édison. **Cartas de Édison Carneiro a Artur Ramos: de 4 de Janeiro de 1936 a 6 de dezembro de 1938**. São Paulo: Corrupio, 1987. p.39; Cf.: BRAGA, Júlio. **Na gamela do feitiço: repressão e resistência nos candomblés da Bahia**. Salvador: EDUFBA, 1995.

¹⁰² *Malês*, p.69.

¹⁰³ Para Umberto Eco os leitores, em qualquer narrativa literária, se constituem em ingredientes fundamentais da obra, ao completarem as lacunas fatalmente deixadas pelo escritor, que nunca consegue apresentar na ficção as multiplicidades dos acontecimentos e personagens que habitam o mundo por ele criado. Cf.: ECO, Umberto. **Entrando no Bosque. Seis Passeios pelos Bosques da Ficção**. São Paulo: Cia das Letras, 1994. p.7-9.

impor, “limpando” a sociedade das influências “selvagens” evocadas pelas práticas culturais dos negros.



O livro *Malês* estabeleceu relações diretas entre a narrativa e a contemporaneidade vivida por Pedro Calmon e as questões que o rodeavam. A própria inserção e fixação do autor nos círculos seletos da intelectualidade nacional, a sua adesão aos projetos das elites dirigentes, evidenciaram as suas vinculações teóricas que determinaram as ações dos personagens na obra. A classificação racial e escala de valores que utilizou, a crença na civilização e sua visão etnocêntrica, foram elementos a se misturarem na atmosfera de reivindicações de cidadania pelos negros, influenciando na perspectiva que o autor apresenta da Revolta dos Malês.

O “romance negreiro” de Pedro Calmon estava vinculado a um projeto elitista de construção de uma nação ideal, baseada em uma divisão social elaborada a partir de distinções raciais. Na trama novelesca, o autor indicou os espaços que as classes dirigentes pretendiam destinar aos negros na sociedade brasileira – espaços de derrota, interpretados nos anos 1930 principalmente como subjugo cultural, enfrentados com resistência pelos descendentes dos escravos africanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1922, Pedro Calmon sedimentou o embrião do pensamento que lhe fez companhia a vida inteira. No seu necrológio, em 1985, o deputado Celso Peçanha mencionou que era sempre com orgulho que o autor se referia às “raízes e a formação da nacionalidade”. Segundo Peçanha, “enquanto alguns perdiam tempo a procurar vícios e defeitos nos arquivos e no sangue e mostravam-se incapazes de uma palavra de louvor à herança da colonização”, Pedro Calmon fazia justo o oposto:

Punha em destaque os patrimônios recebidos do passado, exibia a potência das matrizes lusíadas e com o entusiasmo e o fervor de um apóstolo abria os braços e proclamava: “**Sou brasileiro, por graça de Deus e dos portugueses**”.¹

O português é o principal elemento no processo de mestiçagem admitido pelo autor. No início de sua carreira, Pedro Calmon chegou a defender a permanência de um grupo de lusitanos, “elementos puros”, que não teriam participado do processo de miscigenação, e que por isso mesmo, na sua análise, teriam dado origem à aristocracia local, voz de comando sobre os demais – índios, negros, e portugueses dos baixos extratos sociais, que ao longo dos anos misturaram os seus sangues. No entanto, era evidente, no cotidiano da sociedade brasileira, a inexistência de uma casta de homens brancos, descendentes “elementos puros” daqueles primeiros europeus. Amadurecendo a sua idéia, mas sem abrir mão de seu cerne – onde o homem branco ocupa lugar de destaque – Pedro Calmon

¹ PEÇANHA, Celso. *In: CÂMARA DOS DEPUTADOS, Homenagem Póstuma ao Dr. Pedro Calmon, ex-deputado federal, professor e historiador*. A requerimento do Dep. João Alves de Almeida. Sessão do dia 16 out 1985. Brasília, 1985. p.16 [grifos meus]

ofereceu uma alternativa explicativa que buscava ser mais pacificadora, aceitando as influências de outros grupos étnicos na formação nacional. Para isso, utilizou o seu recorrente estilo de “acalmar, pacificar, adoçar uma história duríssima de violência e conquista da população pelas elites”², assim descrito pelo historiador José Carlos Reis. Na interpretação de Pedro Calmon, os portugueses indistintamente compuseram uma quase irmandade com os índios e os africanos, unidos por amor à “terra adotiva” - solidificada nas lutas contra o invasor holandês.

Elaborando uma teoria original, o autor datou o surgimento do mestiço, tipo brasileiro, no século XVII, contrariando as prédicas de muitos intelectuais que discutiam um processo de mestiçagem ainda em curso no início do século XX. Nestes anos o mestiço gozava de uma posição ambígua, ora como elemento de desvantagem para o desenvolvimento nacional, principalmente pela herança africana, e ora como elemento de vantagem para realização de um desejado branqueamento da população. Na tentativa de elevar o caráter do mestiço, Pedro Calmon ofereceu outra alternativa à questão: seu mestiço datado no século XVII era basicamente o português “indianizado”, e dava forma ao brasileiro antes que as grandes levas de africanos se avolumassem nos séculos que viriam. Desta forma, o autor neutraliza a influência africana na formação do caráter nacional, alinhando sua proposta de história ao projeto de nação idealizado pelas elites brancas, onde não havia lugar para a história do negro ou sua cultura, na tentativa de obstaculizar o exercício pleno dos direitos de cidadania que os negros de então começavam a reivindicar.

A história torna-se um importante instrumento para Pedro Calmon, que ao manipular palavras e elaborar versões da verdade, consegue galgar espaços dentro dos grupos de influência e poder, a partir de sua original condição subalterna no grupo familiar.

² REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil 2**: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda? Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p.43.

Primeiro, se afirma dentro de seu clã, e depois nos círculos da intelectualidade nacional. Desta forma, o estudo dos discursos racialistas expressos em suas publicações torna-se valioso na compreensão das idéias partilhadas pelas elites letradas a respeito do negro e sua posição na sociedade brasileira. Afinal, Pedro Calmon não era um membro inato das elites, repetindo as idéias que lhes eram próprias. Ele era um emergente social, e para conseguir completar a sua escalada e fixar-se no topo, soube alinhar as suas palavras aos ideais de nação destes grupos. As impressões sobre o negro, as imagens construídas da escravidão e da cultura africana, fragmentadas nos artigos e evidenciadas nas obras HCB e *Malês*, são o resultado da incorporação que faz Pedro Calmon dessas aspirações. Ele não discursava a partir das elites, e sim para elas, dizendo exatamente o que gostariam de ouvir, desenhando exatamente a História do Brasil que desejavam compor.

Para garantir o sucesso de suas versões da História, Pedro Calmon fez uso das palavras, que tão bem soube manipular. Conhecedor das artimanhas das narrativas ficcionais, soube dizer e calar onde lhe valia o efeito, conduzindo o pensamento de seus leitores ao feitio de suas construções. Assim, a formação do caráter nacional foi descrita como quis o historiador, através de termos frouxos e conceitos vagos. O indivíduo e a sociedade eram “médios”, a “confusão étnica” era “aparente”, a influência africana na identidade brasileira reduziu-se a “lendas e crenças”, a unidade nacional existia de forma “virtual”, e o Brasil exibia uma civilização verdadeiramente “homogênea” – e tudo isso conquanto a realidade e a História apontassem em outras direções. A escrita arisca, tendenciosa e manipuladora de Pedro Calmon marcou o tom de um debate travado naqueles anos entre o autor e o jurista Barbosa Lima Sobrinho, acerca das demarcações de fronteiras entre Bahia e Pernambuco, em 1931:

O raciocínio do Sr. Pedro Calmon deve ter alguma sutileza que me escapa inteiramente. (...) O Sr. Pedro Calmon, todavia, **não ofereceu documentos** que comprovassem a afirmativa. (...) O raciocínio, como se vê, continua a ser **arbitrário.** (...) Tudo porque o Sr. Pedro Calmon **não estudou** a correspondência a que se refere. (...)

Leitor desatento, ou insincero, o Sr. Pedro Calmon (...). Aqui, o Sr. Pedro Calmon cita um documento. Mas esse documento não tem uma única palavra que autorize a frase final do articulista (...). **O Sr. Pedro Calmon imaginou que assim fosse.**

(...) A frase do Pedro Calmon destrói tudo o que ele veio escrevendo sobre essa questão. Tem a sonoridade das palinódias. Reponta fácil e espontânea, como um desafogo do subconsciente. Matéria para «freudistas». **Que autoridade lhe resta, depois de tudo isso,** para pretender afirmar que a margem esquerda do S. Francisco foi uma «terra de todos»? (...) **E é arriscado concluir alguma coisa nesse autor,** onde os **anacronismos** se dissimulam como parceiros. (...) Fique, pois, ao Sr. Pedro Calmon a faculdade de optar por um dos dois erros.

(...) **Sobre esse alicerce imaginário, que parece mais efeito de miragem, o Sr. Pedro Calmon pretende apoiar a sua tese. (...) hipótese capenga.**³ [grifos meus]

Apesar da clara motivação política deste conflito, que contextualiza a violenta desqualificação que Sobrinho impõe a Pedro Calmon, a exacerbação da crítica do jurista não a invalida por completo. O uso tendencioso de informações, a construção de teses convenientes, imprecisões, contradições, são os reflexos do exercício de uma ciência subjetivada e inserida em um contexto social. Pedro Calmon não fugiu ao quadro, demonstrando engajamento às suas proposições. Por isso aparecia para Sobrinho como um dissimulador de anacronismos, que desenvolvia raciocínios arbitrários e hipóteses capengas apoiadas em alicerces imaginários, que mais pareciam “efeito de miragem” - como ironizou o jurista. Na velhice, o próprio Pedro Calmon admitiria alguns pecadinhos de juventude: “Mas quem espera aos 28 anos, quando a febre da produção nos estala os nervos **sem a paciência da pesquisa,** o cérebro, como a colméia de abelhas d’oiro zunindo a música do trabalho?”⁴.

Desta forma, ao pensar a composição racial ideal para configurar a identidade da sociedade “média” brasileira, não descuidou Pedro Calmon de pesar-lhe bem as medidas. No que valia contar como uma história de civilização, destacou o português, apontou lugar ao índio, e margeou o africano. Este, com presença irregular nas suas produções, sempre

³ LIMA SOBRINHO, Barbosa. **A Bahia e o Rio São Francisco**. Réplica ao Sr. Pedro Calmon. Separata da REVISTA DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO. Recife: Imprensa Oficial, 1931.

⁴ CALMON, Pedro. **Memórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1995. p.185. [grifos meus]

exibia uma composição pejorativa e barbarizada, na preocupação em evidenciar que “o Brasil é diferente do quadro e do pessoal que a macumba exhibe”.

A interferência do negro na formação da nacionalidade só é admitida por Pedro Calmon através de duas perspectivas. Uma é econômica, através da contribuição realizada do trabalho escravo; a outra é paternalista, que justifica ações como a exaltação à Mãe Preta - “a mulher escrava [que] criou nos braços o filho do senhor; trouxe-lhe para o lar usanças e acepipes africanos, conquistou a proteção e amizade da família branca, pela sua docilidade, pela sua dedicação e pelo seu carinho”⁵. Verifica-se que sua visão a respeito do negro é falseada, irreal, fantasiosa, e escamoteia as lutas e reivindicações dos afrodescendentes, negando sua real integração na sociedade e história brasileiras.

Pedro Calmon em quase nada tratou sobre o negro na sua obra historiográfica, e mais teve a dizer através da literatura. O espaço que o negro não gozou na *História da Civilização Brasileira*, Pedro Calmon lhe deu de sobra em *Malês* - chamado que foi para compor a legião dos subjugados na rebelião escrava combatida por fidalgos brancos. Já para participar da narrativa acadêmica de construção de uma civilização, os negros foram relegados à margem, e pareceram não servir - o autor preferiu silenciá-los, na diminuição de sua interferência no processo de elaboração do caráter nacional. Estas duas obras, a despeito dos seus desencontros, se completam. Juntas, condensam a imagem do negro erigida pelo autor. Segundo a dinâmica proposta por Robert Darnton, a interpretação de uma obra deve ser feita “passando do texto ao contexto e voltando ao primeiro, até abrir caminho através de um universo mental estranho”⁶. Utilizando esta abordagem no enfoque do conjunto de textos de Pedro Calmon aqui analisados, podemos perceber os significados de presença e ausência dos negros em determinados espaços de discussão estabelecidos

⁵ CALMON, Pedro. **História da Bahia**. Resumo didático. 2^a. ed. São Paulo: Cia. Melhoramentos, ca. 1929.

⁶ DARTON, Robert. **O Grande Massacre de Gatos, e Outros Episódios da História Cultural Francesa**. 2^a. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p.XVII.

pelo historiador. Afastados da civilização, é no romance que os negros e sua cultura surgem na sociedade brasileira e na produção de Pedro Calmon, repercutindo a pouca consideração que as elites intelectualizadas destinavam às “tristes reminiscências do africanismo” nos anos 1920/30, através das construções pejorativas que o autor imprimiu aos seus personagens africanos - nagôs e malês. Os negros não aparecem na edificação da civilização, e ganham destaque na derrota de suas lutas, e nas agressões sofridas pelas autoridades constituídas, que combatem a suas crenças, costumes e restringem a sua liberdade.

A proposta de construção nacional oferecida por Pedro Calmon não era única, entretanto. Veja-se o “Mestiço” na pintura de Cândido Portinari - forte, altivo, encarando o observador, não poderia servir de representação ao mestiço idealizado por Pedro Calmon:

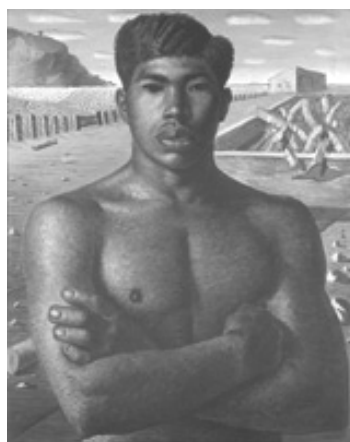


Figura 9 – Mestiço (1934)⁷

Logo em 1933 a edição de Gilberto Freyre, “Casa Grande e Senzala”, anunciou outras perspectivas sobre a mestiçagem, onde o negro surgia muito mais influente na formação do caráter brasileiro, destacando-se na contribuição lingüística, culinária, no trabalho com metais, na criação do gado, exercendo em muitas regiões do território uma

⁷ Cândido Portinari, 1934.

“função civilizadora”⁸. Esta abordagem seria impossível a Pedro Calmon, para quem os negros eram vistos, sempre com o olhar “bovino”, como indivíduos que, antes, ameaçavam a civilização. Em “Casa Grande e Senzala”, Freyre fez questão de evidenciar o íntimo convívio do negro com as famílias aristocráticas, principalmente no ambiente do engenho, e a dinâmica cultural vivenciada pelos grupos, elevando o caráter da cultura africana, que teria contagiado e enriquecido a cultura brasileira⁹ - mesmo através de uma interpretação onde a cultura branca se sobrepõe ao conjunto¹⁰.

As mestiçagens propostas por Freyre e Pedro Calmon, no entanto, possuem pontos em comum, principalmente o destaque para uma interpretação culturalista. Em ambos, a gênese da mestiçagem é evidenciada no campo da cultura, porém guardando uma importante distinção. Enquanto Pedro Calmon oferece a interpretação de uma mestiçagem cultural para escamotear a raça atrás de uma idéia de cultura, misturando conceitos, Gilberto Freyre propôs uma explícita separação¹¹, diferenciando características raciais de características culturais. A partir desta premissa, Freyre alcança resultados distantes das hierarquias raciais e sociais que Pedro Calmon encampa ao estabelecer o homem branco como um elemento naturalmente alocado nos extratos superiores da organização social. Para Freyre o africano não era um ser humano naturalmente inferior, e qualquer degeneração observada nele ou na sua cultura não poderiam ser atribuídas à inferioridade de raça, como queriam os “sociólogos arianistas”, mas sim à sua condição escrava.

⁸ FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 49ª. ed. São Paulo: Global. 2004. p.390.

⁹ FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 49ª. ed. São Paulo: Global. 2004. p.392.

¹⁰ Ver: SKIDMORE, Thomas E., “Racial ideas and social policy in Brazil, 1870-1940”. In: GRAHAM, Richard (ed.). **The Idea of Race in Latin America**, 1870-1940, Austin: University of Texas Press, 1990, p.7-36.

¹¹ *Id. Ibid*, p.32.

Chamava a atenção de que para se estudar o negro na história brasileira era preciso compreendê-lo na realidade cotidiana da escravidão¹².

Os dois autores se aproximaram, contudo, quando favoreceram em suas análises o modo português de colonização - ao qual Freyre chamou plasticidade social¹³. Para Pedro Calmon, os portugueses foram melhores colonizadores que os ingleses e espanhóis porque facilitaram a “união de raças”, no que concordou Freyre, para quem o português foi o colonizador europeu que melhor “confraternizou com as raças chamadas inferiores”¹⁴.

Pedro Calmon e Gilberto Freyre concordaram também na harmonia experimentada pela sociedade brasileira, dentro de sua diversidade étnica. O povo brasileiro “quase homogêneo” de Pedro Calmon protagonizava a harmonia social declarada por Freyre, que assim como Robert Abbott, enxergava no Brasil uma democracia racial:

[...] Mas sei que ela [a Bahia] é também a **mãe da própria democracia brasileira**. Democracia que não é a que repousa simplesmente sobre o sufrágio universal, como a Suíça, ou sobre a forma republicana de governo, como a dos Estados Unidos, mas a **de culturas que se interpenetram, a de antagonismos sociais que se harmonizam, a de raças que se aproximam uma das outras, com preconceitos cada vez menores a separá-las**.¹⁵

Na prática, estes antagonismos sociais não se harmonizavam. O debate que envolveu a questão da imigração dos negros norte-americanos, por exemplo, durou mais de uma década, envolvendo até um projeto de lei que pretendia impedir a entrada de mais negros no país “homogêneo”¹⁶. Mas a partir daqueles anos 1930 as reivindicações dos negros ganharam força, e as interpretações de Gilberto Freyre impulsionaram novas

¹² *Id. Ibid.*, p.404.

¹³ *Id. Ibid.*, p.265.

¹⁴ *Id. Ibid.*, p.265.

¹⁵ FREYRE, Gilberto. **Bahia e Baianos**. FONSECA, Edson Nery da (org). Salvador: Fundação das Artes/Egba, 1990. p.29. [grifos meus]

¹⁶ Este debate se refletiu no texto da Constituição Federal de 1934, onde se estabeleceu uma política de cotas para a imigração no país. “Art. 121. § 6º - A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos.”

perspectivas mais simpáticas à participação do negro na construção da nacionalidade. Também intelectuais negros, como Edson Carneiro e Abdias do Nascimento, entrariam em cena para defender a história e a cultura do negro.

Mas, para Pedro Calmon, o modelo que estabelecia a identidade nacional já estava feito. O português era a grande estrela da colonização brasileira, e a sua base oferecida na miscigenação fazia a estrutura mestra do brasileiro. Localizar o mestiço no século XVII dava-lhe antiguidade e legitimidade, na sedimentação através dos tempos, até que chegasse ao século XX apto para enfrentar com sucesso os desafios de um mundo “civilizado”. O autor ofereceu à história nacional um mestiço idealizado à luz do eurocentrismo - colono português “indianizado”, influenciado por “lendas e crenças” africanas. A sua proposta também teve lugar, haja vista as muitas edições da *História da Civilização Brasileira*, livro que ainda lança seus ecos sobre nós¹⁷. Elaborado para “envolver e orientar a juventude em sua ação no futuro”, e impor-lhes uma “opção ideológica ultraconservadora” - como cita José Carlos Reis¹⁸ - a obra ganhou até, em 1936, uma versão para escola primária. Pedro Calmon, que pretendia inscrever seu nome entre os grandes, dirigiu-se no prólogo aos professores, e proclamou a sua missão pedagógica, no “esforço de tornar mais amado, porque melhor entendido, o passado nacional – formar para o seu serviço a mocidade lúcida e forte que o fará amanhã”¹⁹.



¹⁷ Recente a obra teve nova edição publicada pelo Senado Federal (2002), e constou na lista de sugestão bibliográfica do edital do processo seletivo para ingresso no Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA17, para o ano de 2005, Cf.: Edital publicado em 11/04/05, pelo reitor Prof. Jairo Conde Jogaib. Manual do Aluno – Seção IX - DOS PROGRAMAS DO CONCURSO VESTIBULAR. História Geral e do Brasil. Disponível em: http://www.unifoa.edu.br/processo_seletivo/cesefoa/manual/manual.htm. Acesso em 25 jul 2005.

¹⁸ REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p.43.

¹⁹ CALMON, Pedro. “Carta dos Professores”. In: **Pequena História da Civilização Brasileira para a Escola Primária**. 6ª.ed. São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Recife, Porto Alegre: Cia Editora Nacional. 1941. [1ª. Ed. em 1934].

Talvez um dos traços da personalidade de Pedro Calmon que mais nos impressionou foi a sua fé inabalável e viva no destino do povo brasileiro e o orgulho com que sempre se referia às raízes e a formação da nacionalidade. Enquanto alguns perdiam tempo a procurar vícios e defeitos nos arquivos e no sangue e mostravam-se incapazes de uma palavra de louvor à herança da colonização, Pedro Calmon fazia exatamente o contrário: punha em destaque os patrimônios recebidos do passado, exibia a potência das matrizes lusíadas e com o entusiasmo e o fervor de um apóstolo abria os braços e proclamava: **“Sou brasileiro, por graça de Deus e dos portugueses”**.



ANEXO - PEDRO CALMON – NOTAS BIOGRÁFICAS (DHBB)¹

Pedro Calmon Muniz de Bittencourt nasceu em Amargosa (BA) no dia 23 de dezembro de 1902, filho de Pedro Calmon Freire de Bittencourt e de Maria Romano Muniz de Aragão de Bittencourt. Em sua família destacaram-se Miguel Calmon du Pin e Almeida, o marquês de Abrantes (1794-1865), ministro da Fazenda e dos Estrangeiros no Império, senador e deputado federal; Miguel Calmon du Pin e Almeida (1843-1886), desembargador e presidente das províncias do Ceará em 1885 e do Rio Grande do Sul em 1886, e seus tios Francisco Marques de Góis Calmon (1879-1935), governador da Bahia de 1924 a 1928, e Miguel Calmon du Pin e Almeida (1879-1935), deputado federal pela Bahia, ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas de 1906 a 1909 e ministro da Agricultura de 1922 a 1926. Seu primo, Miguel Calmon du Pin e Almeida Sobrinho (1912-1967), foi deputado federal pela Bahia de 1959 a 1962 e ministro da Fazenda de 1962 a 1963 e seu irmão Nicolau Calmon Muniz de Bittencourt foi desembargador e presidente do Tribunal de Justiça da Bahia. Aluno do Ginásio da Bahia de 1914 a 1919, entrou para a faculdade de direito de seu estado em 1920, transferindo-se dois anos depois para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, a fim de secretariar a Comissão Promotora dos Congressos do Centenário da Independência, a convite de seu tio Miguel Calmon, então ministro da Agricultura. Continuou seus estudos na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, bacharelando-se em dezembro de 1924. Durante esse período trabalhou na imprensa como redator dos jornais O Imparcial e Gazeta de Notícias, no Rio, e A TARDE, na Bahia.

Nomeado conservador do Museu Histórico Nacional em 1925, no ano seguinte estreou como orador na tribuna do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), por ocasião da comemoração do terceiro centenário da emancipação da Bahia do domínio holandês. Nessa ocasião, com alguns livros de história publicados, já era reconhecido no ambiente intelectual do país. Em 1927, quando governava a Bahia seu tio Francisco Marques de Góis Calmon, candidatou-se e foi eleito deputado estadual, para um período de três anos, na legenda do segundo Partido Republicano da Bahia, fundado em fevereiro

¹ Este anexo transcreve o verbete “Pedro Calmon” do DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, Rio de Janeiro – CPDOC/FGV, Versão 1.0.

daquele ano. Nessa época submeteu-se a um concurso para professor na Escola Normal da Bahia, mas não chegou a assumir a função porque, após a Revolução de outubro de 1930, o concurso foi anulado. Em 1931, quando já havia publicado vários livros, foi eleito sócio efetivo do IHGB e participou do Congresso Nacional de História. No ano seguinte, representou o Equador na Conferência Pan-Americana de Geografia e História realizada no Rio de Janeiro. Em 1934, mediante concurso, tornou-se livre-docente de direito público constitucional da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

Retornando à vida política com a reconstitucionalização do país, em outubro de 1934 elegeu-se deputado federal pela Bahia, na legenda da Concentração Autonomista, assumindo sua cadeira em maio de 1935. Durante seu mandato, quando cresciam no país dois grandes movimentos de massa, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a Ação Integralista Brasileira (AIB), pronunciou-se ao lado do deputado João Batista Luzardo contra o ato do ministro da Guerra, general João Gomes Ribeiro Filho, de excluir das fileiras do Exército os militares que participaram de um comício da ANL em 28 de maio de 1935. Ainda em 1935 discursou na escadaria da Câmara em favor dos estudantes, que na ocasião exigiam a redução de 50% nos preços das passagens dos coletivos. Em abril de 1936 foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira nº 16. Permaneceu na Câmara até 10 de novembro de 1937, quando o advento do Estado Novo suprimiu os órgãos legislativos do país.

Durante a ditadura Vargas, voltou-se para as questões acadêmicas e culturais. Em 1938 tornou-se catedrático de direito público constitucional e diretor da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil (UB), atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e em 1941, quando da fundação da Pontifícia Universidade Católica, passou a integrar seu corpo docente. Em 1945 tomou parte no I Congresso Brasileiro de Escritores, realizado em São Paulo entre os dias 22 e 27 de janeiro, reunindo intelectuais de várias tendências políticas. Esse congresso emitiu uma declaração em favor da democracia e das liberdades públicas, o que constituiu uma contundente tomada de posição contra o Estado Novo. Ainda em 1945 foi eleito presidente da Academia Brasileira de Letras e seguiu como delegado do Brasil às conferências Interamericana, realizada no México, e Interacadêmica para o Acordo Ortográfico, realizada em Lisboa.

Em 1947, já no governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), tornou-se diretor do Instituto de Estudos Portugueses Afrânio Peixoto, no Liceu Literário Português, e foi nomeado vice-reitor da UB. Nesse mesmo ano participou do Congresso Jurídico Nacional,

realizado em Salvador, presidindo a reunião da Comissão Constitucional, na qual discutiu-se a tese do deputado Nélon Carneiro “sobre a constitucionalidade da cassação dos mandatos parlamentares em face do cancelamento do registro eleitoral do partido político”. O tema referiu-se ao projeto, que na época era debatido na Câmara, de cassação dos mandatos dos deputados eleitos em dezembro de 1945 na legenda do Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB), diante do cancelamento do registro desse partido, ocorrido em maio de 1947. Calmon, ao lado da maioria dos membros da comissão, votou contra a cassação dos mandatos.

Na reitoria em 1948, quando ocupava a pasta da Educação e Saúde seu conterrâneo Clemente Mariani Bittencourt, assumiu a reitoria da UB, deixando a direção da Faculdade de Direito. Em 1950 representou o Brasil no Colóquio Luso-Brasileiro realizado em Washington e em agosto desse mesmo ano, ao final do governo de Eurico Dutra, assumiu a pasta da Educação e Saúde substituindo Eduardo Rios Filho, que ocupava interinamente o lugar de Clemente Mariani. Permaneceu no cargo até janeiro de 1951, quando Getúlio Vargas tomou posse na presidência da República, sendo substituído por Ernesto Simões Filho. Candidato oficial do Partido Social Democrático (PSD) ao governo da Bahia em outubro de 1954, foi derrotado nas urnas por Antônio Balbino, pessedista dissidente apoiado pela União Democrática Nacional (UDN), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e outros partidos menores.

Sempre à frente da UB, durante o governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) ocupou interinamente por certo período o Ministério da Educação e Cultura, durante a gestão do ministro Clóvis Salgado. Em 1960 seguiu como embaixador em missão especial para a posse do presidente da Costa Rica. Ainda nesse ano substituiu Gustavo Barroso, falecido em dezembro de 1959, na revista *O Cruzeiro*, na seção intitulada “Segredos e revelações da história do Brasil”.

Considerado um reitor diplomata, soube superar várias crises estudantis, colocando-se sempre como mediador entre o governo e os estudantes, de acordo com seu lema “Paciência com os estudantes e lealdade para com o governo”. Certa vez, quando em meio a uma crise estudantil um policial quis entrar em uma faculdade para retirar à força um estudante, pôs-se à sua frente de braços abertos, embargando-lhe os passos com as seguintes palavras: “Alto lá. Aqui só se entra com exame vestibular.”

Após o movimento político-militar de 31 de março de 1964 e a edição do Ato Institucional nº 1 no mês seguinte, quando muitos professores e alunos da universidade

foram expulsos ou tiveram seus direitos políticos cassados, dissolveu, em abril de 1965, na qualidade de presidente do Conselho Universitário, a diretoria do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO) da Faculdade Nacional de Direito.

Durante sua gestão na reitoria da UB foram instaladas a Escola de Educação Física e Desportos e as faculdades de Odontologia, Farmácia, Bioquímica e Arquitetura. Construiu também o restaurante conhecido como “O Pentágono”, pois servia a cinco faculdades, laboratórios para as faculdades de Medicina, Farmácia e Química, e instalou a Biblioteca Central. Com a expansão do ensino na década de 1960, a UB buscou ampliar o seu espaço iniciando sua transferência para a ilha do Fundão. A primeira unidade a transferir-se foi o Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira, em 1960. Em seguida foram transferidas as faculdades de Arquitetura e de Engenharia, o alojamento dos estudantes e a prefeitura da Cidade Universitária. De todos os seus empreendimentos à frente da UB, Pedro Calmon considerou como o mais importante a transferência da Reitoria, no início da década de 1950, da rua do Ouvidor para o prédio do antigo Hospício Pedro II, na praia Vermelha. Após deixar a reitoria em outubro de 1966, quando foi substituído pelo ministro da Educação, Raimundo Muniz de Aragão, Pedro Calmon foi nomeado vice-presidente do Conselho Federal de Cultura em 1967. Ainda nesse ano foi embaixador em missão especial às comemorações do centenário de Rubem Dario, em Manágua, na Nicarágua, e em 1968 deixou o Conselho Federal de Cultura, para tornar-se presidente do IHGB. Em 1972 promoveu a construção da nova sede do referido instituto e em 1974 seguiu em missão especial à posse do presidente da Venezuela.

Em 1983, foi o ganhador do Prêmio Moinho Santista, na categoria de História do Brasil, pelo valor de sua extensa obra. Professor catedrático de história do Colégio Pedro II, de história da civilização do Museu Histórico Nacional e catedrático da Universidade Santa Úrsula, foi professor honorário da Faculdade de Filosofia da Bahia e das universidades de San Marcos, no Peru, e Nacional, no México. Foi ainda doutor honoris causa da Universidade de Coimbra e orador oficial do Instituto dos Advogados do Brasil por dois períodos, além de sócio-benemérito e membro por correspondência de inúmeras instituições culturais e acadêmicas nacionais e estrangeiras.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, no dia 17 de junho de 1985. Era casado com Hermínia Caillet Calmon de Bittencourt, com quem teve dois filhos.

Publicou as seguintes obras:

Pedras d'armas (contos, 1923), Direito de propriedade à margem dos seus problemas jurídicos, sociológicos, históricos e políticos (1925), História da Bahia (das origens à atualidade), Compêndio para os colégios (1927), O tesouro de Belchior (novela, 1928), Reforma constitucional da Bahia (1929), História da independência do Brasil (1929), José de Anchieta, o santo do Brasil (1930), O crime de Antônio Vieira (1931), Gomes Carneiro, o general da República (1933), A federação e o Brasil (1933), História da civilização brasileira (1933), Malês, a insurreição das senzalas (1933), O marquês de Abrantes (1933), O rei cavaleiro (vida de Pedro I) (1933), O rei do Brasil (vida de d. João VI) (1935), Espírito da sociedade colonial (1935), Intervenção federal (o artigo 12 da Constituição de 1934) (1936), História social do Brasil (3v., 1937-1939), Curso de direito público (programa universitário) (1938), O rei filósofo (vida de d. Pedro II) (1938), História da Casa da Torre, uma dinastia de pioneiro (1939), Figuras de azulejo, perfis e cenas da história do Brasil (1940), Influências americanas nas letras brasileiras (1941), A princesa Isabel, a Redentora (1941), Brasil e América, história de uma política (1943), História da Faculdade Nacional de Direito (1891-1920) (1945), Cursos de direito constitucional brasileiro: Constituição de 1946 (1947), A bala de ouro, estória de um crime romântico (1947), História de Castro Alves (1947), Curso de teoria geral do Estado (1949, 5ª ed. 1958), História da fundação da Bahia (1949), História da literatura baiana (1949), História do Brasil na poesia do povo (1949), História das idéias políticas (1952), Os segredos das minas de prata (1952), História do Brasil (7v., 1959, 3ª ed. 1971), Brasília, catedral do Brasil – história da Igreja no Brasil (1970), História do Ministério da Justiça (1822-1922) (1972), Castro Alves, o homem e a obra (1973), Castro Alves (1974), História de d. Pedro II (5v., 1975).

REFERÊNCIAS

REPERTÓRIO DE PEDRO CALMON:

Artigos – GAZETA DE NOTÍCIAS (RJ)

1823 (O Centenário da Bahia) - 31 mai 1923

A Independência do Norte - 02 ago 1923

Bilhete da Bahia – O “Te Deum” do Centenário - 02 ago 1923

Impressões Baianas – Em Ilhéus - 13 ago 1923

Técnica Constitucional - 23 ago 1923

Gênio Mestiço - 01 jan 1926

A Bahia de 1936 - 08 jan 1926

O Romance de Mendes Fradique - 05 mar 1926

Bom Jesus do Brasil - 02 abr 1926

Mãe Preta - 13 abr 1926

Arte Brasileira - 04 jun 1926

Direito Português - 26 jun 1926

História do Teatro - 04 set 1926

O Crime de São Francisco - 18 set 1926

Frei Joaquim das Mercês - 23 out 1926

Alma Bandeirante – Historiografia Paulista - 29 out 1926

O Rio de Janeiro Há Noventa Anos - 25 dez 1926

Um Nome de Ituzaingó – Contribuição para o Centenário - 04 fev 1927

Conto de Natal - 01 jan 1929

Outro Preto – Uma Biografia - 03 jan 1929

Mistérios da Nossa História – Os “Encobertos” de 1837 - 05 jan 1929

Manoel Lopes da Cruz - 19 jan 1929

Albérico Fraga – “Do Legislativo” - 26 jan 1929

A Guerra do Flores - 02 fev 1929

Nabuco - 08 fev 1929

A Fundação da Misericórdia - 23 fev 1929

O Rio Negro (Notas de Viagem) - 02 mar 1929

A Defesa do Patrimônio Artístico - 02 mar 1929

Nabuco e a Questão da Guyana - 04 abr 1929

São Paulo e o seu Presidente – O Culto da Eficiência (De São Paulo, Pelo Telefone) - 25 set 1929

Ruy no Manifesto - 27 set 1929

A Guerra de Rosas - 28 set 1929

Quem Foi Pedro II (Uma Crítica) - 09 out 1929

A República e a Sua Finalidade -15 nov 1929

A Guerra do Vidéo – Um Livro de Gustavo Barroso - 27 abr 1930

Pethion de Villar - 09 jul 1930

Almas de Lama e de Aço - 12 set 1930

Folhetins – GAZETA DE NOTÍCIAS (RJ):

Os Malditos – Romance de Costumes do Século XVI Jul – Ago 1923

Pampas Sangrentos. Novella histórica. 1926

Folhetim – A TARDE (BA):

Malês, A Insurreição das Senzalas – Mar-Abr 1933

Livros, Folhetos:

Alma de Preta. Manuscrito. Rio, Jan 1922.

A América não pode viver de sua própria história; a influencia francesa na conjuração mineira, por Pedro Calmon. RJ: Biblioteca Brasiliense J. Leite, no. 63. [Separata "Revista do IHGB], 1922.

Prefácio. In: ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e. Relatório dos Trabalhos do Cons. Interino de Gov. da Prov. da BA. RJ: Typ. Jornal do Comércio, 1923.

Pedras d'Armas.: Contos históricos. SP Monteiro Lobato e Cia, 1923.

História da Independência do Brasil. Revista do IHGB (RJ) - 94(148): 101-339, 1923.

Visconde de Sepetiba. Revista do IHGB (RJ) - 98(152): 56-61, 1925.

Armas Floridas. RJ: Paulo Pongetti, 1925.

História da Independência do Brasil. Imprensa Nacional, 1926.

Direito de Propriedade. À margem dos problemas. RJ: Imprensa Nacional, 1926.

História da Independência do Brasil. RJ: Leite Ribeiro e Cia, 1926.

Gente da Bahia no século XVII: costumes, cabedais e nobreza, informações inéditas. Revista do IGHBa, Salvador. V.53, p.423-438, 1927.

História da Bahia. RJ: Leite Ribeiro e Cia. {2a. Ed. Ilust. Cia Melhoramentos, SP},1927.

Gaspar da Silveira Martins: o homem, o tempo, a glória, o discurso. 1927.

História e Romance. Revista do IGHBa, Salvador. V.54, p.329-338, 1928.

História da Independência do Brasil. RJ: Imprensa Nacional. 239p. [separata do tomo 94 da Revista do IHGB],1928.

Os Libertadores. Discurso proferido no IGHBa em 2 julho de 1929. Salvador, Imprensa Oficial. 19p, 1928.

A Guerra do Paraguai no Diário Inédito de um Herói. Folhetins do JORNAL DO COMMERCIO (RJ), 1928.

O Tesouro de Belchior. Novela da Prata. São Paulo, Cia. Melhoramentos.[obra premiada pela ABL, em 1929], 1929.

A Reforma Constitucional da Bahia. Discursos no Congresso do Estado. Salvador, Imprensa Oficial. 95p., 1929.

A Conquista. História das Bandeiras Baianas. RJ: Imprensa Nacional. 229p., 1929.

José de Anchieta, o Santo do Brasil. SP: Cia. Melhoramentos, 1929.

O crime de Antônio Vieira. Folhetins do JORNAL DO COMMERCIO (RJ), 1929.

O crime de Antônio Vieira. São Paulo: Cia. Melhoramentos. 117p., 1931.

A Federação e o Brasil. Rumos Constitucionais. RJ: Irmãos Pongetti. 113p. 1932

O Rei Cavaleiro: a vida de D. Pedro I - Cia. Editora Nacional. Col. Brasileira. 312p. 1933

O Marquês de Abrantes. RJ: Guanabara. 300p., 1933.

Malês - A insurreição das senzalas. RJ: Pro Luce. 154p., 1933. [re-editado em 2002]

Gomes Carneiro, o General da república. RJ: Guanabara, 1933.

Um General da Independência Sul Americana: quem era Labatut. Revista do IGHBa, Salvador, v.59, p.65-71, 1933.

História da Civilização Brasileira. SP: Cia. Ed. Nacional. Col. Brasileira. 277p. Col. BPB, Série V, Brasileira, Vol. XIV. - traduzido para o espanhol em 1937, Buenos Aires. 1933. [re-editado em 2002]

Tese Parlamentarista – 1ª. Conferência Nacional dos Juristas. Rio de Janeiro. 1933

História da Bahia: resumo didactico. Sao Paulo [etc.] Comp. Melhoramentos de S. Paulo (Weiszflog irmaos incorporada) [n.d.]. *circa* 1929.

Pequena História da Civilização Brasileira para a Escola Primária. 6ª.ed. São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Recife, Porto Alegre: Cia Editora Nacional. 1941. [1ª. Ed. em 1934]

Historia de la Civilizacion Brasileña. Buenos Aires: Ministerio da Justiça e Instrucción Publica, 1937.

Storia della Civiltá Brasiliana. Rio: Tipográfica Italiana, 1939.

Memórias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

Correspondência Passiva:

Cartas de Maria Romana Moniz de Aragão para Pedro Calmon. Ano 1922/3. Cx.42. Fundo Pedro Calmon da FPC.

ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E INSTITUIÇÕES:

Salvador

- UFBA – Biblioteca Central e FFCH
- Academia de Letras da Bahia (ALB)
- Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB)
- Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB)
- Biblioteca Pública Central dos Barris
- Fundação Pedro Calmon (FPC)

Campinas

- UNICAMP – Biblioteca Central, Biblioteca IFCH, Biblioteca IEL, Arquivos CECULT, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL)

São Paulo

- Biblioteca Mário de Andrade
- USP – Biblioteca FFLCH, Instituto de Estudos Brasileiros (IEB)

Rio de Janeiro

- Biblioteca Nacional (BN)
- Fundação Getúlio Vargas – Centro de Pesquisa e Documentação Histórica (FVG/CPDOC)
- Museu Histórico Nacional (MHN)
- Academia Brasileira de Letras (ABL)
- Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)

JORNAIS E REVISTAS:

CARETA (RJ) – 1922 a 1933

GAZETA DE NOTÍCIAS (RJ) – 1922 a 1930

A TARDE (BA) – 1930 a 1933

O CLARIM D'ALVORADA (SP) – 1918 a 1928 *passim*

O KOSMOS (SP) – 1918 a 1928 *passim*

GETULINO (CAMPINAS) – 1918 a 1928 *passim*

A LIBERDADE (SP) – 1918 a 1928 *passim*

O ALFINETE (SP) – 1918 a 1928 *passim*

O PATROCÍNIO (PIRACICABA) – 1918 a 1928 *passim*

AURIVERDE (SP) – 1918 a 1928 *passim*

BIBLIOGRAFIA DE ÉPOCA:

ABBOTT, Robert S. “My trip through South America”. In: HELLWIG, David. J. **African-American Reflections on Brazil's Racial Paradise**. Philadelphia: Temple University Press, 1992.

BRAZIL, Etienne. “A Revolta dos Malês”. REVISTA DO IGHB. Vol. 33, 1907.

BRITTO, Eduardo Caldas. “Levante de Pretos na Bahia”. REVISTA DO IGHB, Salvador, Vol. 29, 1903.

CARNEIRO, Édison. **Cartas de Édison Carneiro a Artur Ramos: de 4 de Janeiro de 1936 a 6 de dezembro de 1938**. OLIVEIRA, Waldir Freitas; LIMA Vivaldo da Costa (orgs.). São Paulo: Corrupio, 1987.

_____. **Religiões Negras e Negros bantos** – Notas de etnografia religiosa e de folclores. 3^a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

CHIACCHIO, Carlos. “Pedro Calmon, o historiador e o novelista”. In: A TARDE. Salvador, 27 de abr. 1933.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DA REPÚBLICA DO BRASIL, 1891.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. 35^a. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

D'ORBIGNY, Alcide. **Voyage dans l'Amérique Méridionale**. Paris: P. Bertrand; Strasbourg: Veuve Levrault, 1835. Tomo I, p.21. Disponível em *Gallica – Bibliothèque Numérique de la Bibliothèque Nationale de France* em:

<http://visualiseur.bnf.fr/Visualiseur?Destination=Gallica&O=NUMM-97855> - Acessado em 20 ago 2005.

DECRETO 528, de 28/06/1890.

FREIXEIRAS, Raimundo. **As provas das minhas idéias**. O Abrigo dos Filhos do Povo na causa da criança e o conflito social. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1921.

FREYRE, Gilberto. **Bahia e Baianos**. FONSECA, Edson Nery da (org). Salvador: Fundação das Artes/Egba, 1990.

_____. **Casa Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 49^a. ed. São Paulo: Global, 2004.

_____. **Casa grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.. 39^a. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GONZALEZ, Joaquim. **La Tradicion Nacional**, Buenos Aires, 1888.

LANDES, Ruth. **A Cidade das Mulheres**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.

LEVENE, Ricardo. “Prólogo”. *In*: CALMON, Pedro. **Historia de la Civilizacion Brasileira**. Buenos Aires: Ministerio da Justiça e Instrucción Publica, 1937.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. **A Bahia e o Rio São Francisco**. Réplica ao Sr. Pedro Calmon. Separata da REVISTA DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO. Recife: Imprensa Oficial, 1931.

LIMA, Hermes. **Problemas do Nosso Tempo**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1935.

LIMA, Oliveira. **Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira**. 3^a. ed. Rio de Janeiro: Topbooks; São Paulo: Publifolha, 2000. p.45.

MACEDO, Joaquim Manoel. **As vítimas-algozes** – quadros da escravidão (1869). 3^a. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Casa de Ruy Barbosa, Scipione. 1991.

PEIXOTO, Afrânio. GAZETA DE NOTÍCIAS (RJ), 23 dez 1923.

PEREIRA, Baptista. **O Brasil e a Raça**. Conferência feita na Faculdade de Direito de São Paulo a 19 de junho de 1928. São Paulo: Rossetti Ltda, 1928.

PIERSON, Donald. **Brancos e Pretos na Bahia**: estudo de contacto racial. 2^a. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1971.

QUERINO, Manoel. “Os homens de cor preta na história”. REVISTA DO IGHB. Vol. 48. Salvador, 1923.

_____. **A Bahia de Outrora**. Salvador: Imprensa Oficial. Coleção de Estudos Brasileiros. Série 1^a. – Autores nacionais. Vol.3. 1946.

_____. **A Raça Africana e seus Costumes na Bahia** – Memória apresentada. 5^o. Congresso Brasileiro de Geografia. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1917.

RAMOS, Arthur. **O Negro Brasileiro**. 5^a.ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2001.

_____. **O Negro Brasileiro**. Recife, FUNDAJ/ Ed. Massangana, 1988.

RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA DE IMIGRAÇÃO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO. 17 jun 26. Rolo 21. Fundo Arthur Bernardes do AEL/UNICAMP.

RODRIGUES, Nina. “Os Negros Maometanos no Brasil”. JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 2 nov. 1900.

_____. **Os africanos no Brasil**. 6^a. ed., São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Ed. UnB, 1982.

RONDON, Cândido. **Carta ao Presidente da República Doutor Arthur Bernardes**. 29 de Agosto de 1924., Fundo Arthur Bernardes, rolo 21. AEL/UNICAMP.

ROQUETTE-PINTO, Edgar. **Ensaio de Antropologia Brasileira**. 3^a. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Ed. UNB, 1982.

SEABRA, J. J. “Quem não votar na chapa «A Bahia ainda é a Bahia» não terá cumprido seu dever”. *In*: A TARDE. Salvador, 28 abr. 1933.

VIANNA, Oliveira. “A Comunhão Paulista”. *In*: REVISTA DO BRASIL (RJ). Nº. 92. Ago 1923.

_____. **Evolução do Povo Brasileiro**. São Paulo: Monteiro Lobato e Cia. S/d [1933?].

_____. **Raça e Assimilação**. 2^a. ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1933. Coleção Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série V, Brasileira, Vol. IV.

VILLAR, Pethion. “Oração à Bandeira”. Bahia, 07 de setembro de 1923. *In*: REVISTA DO BRASIL. Rio de Janeiro. Nº. 85. Jan 1923.

BIBLIOGRAFIA GERAL:

80 Anos de Pedro Calmon. UFBA: Salvador, 1983.

ABREU, Regina. **A Fabricação do Imortal**: Memória, História e Estratégias de Consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

AGUIAR, Pinto de. “Pedro Calmon, um enamorado do Brasil”. *In*: BOAVENTURA, Edivaldo M. (org.). **Pedro Calmon**: vida e glória. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Salvador: Secretaria de Estado da Educação e Cultura; Academia de Letras da Bahia, 1986.

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. **A Exaltação das Diferenças**: racialização, cultura e cidadania negra (Bahia, 1880-1900). Tese de Doutorado em História, UNICAMP, 2004.

AMARAL, Sharyse P. **Uma nação por fazer**: escravos, mulheres e educação nos romances de Joaquim Manuel de Macedo. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, 2001.

ANDREWS, George Reid. **Negros e Brancos em São Paulo (1888 – 1988)**. Bauru: EDUSC, 1998.

ARAÚJO, Mariele S. “A Bahia ainda é a Bahia” – Política e literatura na Bahia de Pedro Calmon, 1933. REVISTA DE HISTÓRIA SOCIAL. <www.historiasocial.hpg.ig.com.br> Jan./Fev. 2003.

ARAÚJO, Mariele S. **Luiza Mahim, uma “Princesa” Negra na Bahia dos Anos 1930**. Discursos de Cultura e Raça no Romance-Histórico de Pedro Calmon, “Malês, A Insurreição das Senzalas” (1933). Monografia de Especialização em História Social e Educação. UCSAL, 2003.

AZEVEDO, Thales de. Os movimentos “negros” na Bahia. **As Elites de Cor numa Cidade Brasileira**. Um estudo de ascensão social e classes sociais e grupos de prestígio. 2^a. Ed. Salvador: Edufba: Egba, 1996.

BACELAR, Jeferson. “A frente negra brasileira”. *In*: AFRO-ÁSIA, n.17, Salvador, 1996. p.75-85.

_____. **A Hierarquia das Raças**: Negros e brancos em Salvador. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

BARTH, Fredrik. “Grupos Étnicos e suas Fronteiras”. *In*: POUTIGNAT, P. e STREIFFE-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: UNESP. 1998.

BOAS, Franz. **Antropologia Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BRAGA, Júlio. **Na Gamela do Feitiço**: repressão e resistência nos candomblés da Bahia. Salvador, EDUFBA, 1995.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogo das Grandezas do Brasil**, 1618. Texto organizado por Capistrano de Abreu. Salvador : Progresso, 1956. www.bibvirt.futuro.usp.br <acesso: 01 out 2005>.

- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução da historiografia**. São Paulo: UNESP, 1997.
- CALASANS, José. **Miguel Calmon Sobrinho e sua Época 1912-1967**. Salvador: Museu Eugênio Teixeira Leal/ Memorial do Banco Econômico, 1991.
- CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade: Estudo de Teoria e História Literária**. 5.ed. (revista). São Paulo: Ed. Nacional, 1976.
- CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil. O Longo Caminho**. 5ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda (orgs.). **A História Contada: capítulos da história social da literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis: historiador**. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- CHICAGO DEFENDER, em 1905. www.chicagodefender.com/page/aboutus.cfm <acesso em 01 jun 2006>.
- CORRÊA, Mariza. **As Ilusões da Liberdade**. A Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil. Bragança Paulista, BP: EDUSF, 1998.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. “1933: um ano em que fizemos contato”. *In: REVISTA USP*. São Paulo, n.28, 1995/6.
- DARNTON, Robert. **O Grande Massacre de Gatos, e Outros Episódios da História Cultural Francesa**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro – CPDOC/FGV. Versão 1.0.
- ECO, Umberto. **Entrando no Bosque. Seis Passeios pelos Bosques da Ficção**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- EL FAR, Alessandra. **A Encenação da Imortalidade: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897-1924)**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.
- FERRARA, Mirim Nicolau. **A Imprensa Negra Paulista (1915-1963)**. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.
- FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. **Quem Pariu e Bateu que Balance! : mundos femininos, maternidade e pobreza: Salvador, 1890-1940**. Salvador: CEB/Edufba, 2003.
- FERRO, Marc. **A História Viglada**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- FRY, Peter. **A Persistência da Raça**. Ensaios Antropológicos sobre o Brasil e África Austral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- GERALDO, Endrica. **Entre a Raça e a Nação: a Família como Alvo dos Projetos Eugenista e Integralista de Nação Brasileira nas Décadas de 1920 e 1930**. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 2001.
- GOMES, Ângela de Castro. **Essa gente do Rio... : modernismo e nacionalismo**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.
- GOMES, Cecília. “Mulher Baiana, Vivência e Arte”. *In: COSTA, Ana Alice A.; ALVES, Ivya*. (orgs). **Ritos, Mitos e Fatos**. Mulher e Gênero na Bahia. Salvador: NEIM/UFBA, 1997.
- GOMES, Tiago de Melo. “Negros Contando (e Fazendo) sua História: Alguns Significados da Trajetória da Companhia Negra de Revistas (1926)”. *In: ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS*. Rio de Janeiro, ano 23, nº 1, 2001. p. 53-83.
- GRAHAM, Sandra. **Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. “Notas sobre Raça, Cultura e Identidade na Imprensa Negra de São Paulo e Rio de Janeiro, 1925-1950”. In: AFRO-ÁSIA, Salvador, n.29/30, 2003. p 247-269.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “Um Olhar sobre o Continente: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Congresso Internacional de História da América”. In: ESTUDOS HISTÓRICOS. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, n. 20, 1997.
- HOBSBAWM, Eric. Dentro e fora da História. **Sobre História**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- LAVALLE, Adrián Gurza. **Vida Pública e Identidade Nacional**. Leituras Brasileiras. S~Jao Paulo: Globo, 2004.
- LEITE, Márcia Maria B. S. **Educação, Cultura e Lazer das Mulheres de Elite em Salvador, 1890-1930**. Dissertação de Mestrado em História. UFBA, 1997.
- LESSER, Jeffrey. **A Negociação da Identidade Nacional**. Imigrantes, Minorias e a Luta pela Etnicidade no Brasil. São Paulo: Unesp. 2001.
- LIMA, Hermes. **Travessia** (Memórias). Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.
- LIMA, Vivaldo da Costa. “O Candomblé da Bahia na década de trinta”. In: OLIVEIRA, Waldir Freitas; LIMA, Vivaldo da C. L. (orgs.); CARNEIRO, Édison. **Cartas de Édison Carneiro a Artur Ramos: de 4 de Janeiro de 1936 a 6 de dezembro de 1938**. São Paulo: Corrupio, 1987.
- LÜHNING, Ângela. “Acabe com este santo, Pedrito vem aí... Mito e realidade da perseguição policial ao candomblé baiano entre 1920-1945”. In: REVISTA USP, n.28, 1995/6.
- MACHADO NETO, A. L., **Estrutura Social da República das Letras**. São Paulo: Grijalbo, Ed. USP, 1973.
- MAGGIE, Yvonne. **O Medo do Feitiço: Relações entre Magia e Poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- MARQUES, Vera Regina Beltrão. **A Medicalização da Raça: Médicos, Educadores e Discurso Eugênico**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2004.
- MONTEIRO, Antônio. **Notas sobre Negros Malês na Bahia**. Salvador, Ianamá, 1987.
- MOTTA, Marly Silva da. **A Nação Faz 100 Anos**. A Questão Nacional no Cenário da Independência. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1992.
- NOGUEIRA, Adalácio Coelho. **Caminhos de um Magistrado** (Memórias). Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.
- NUNES, Antonieta d’Aguiar. **Política Educacional no início da República na Bahia: duas versões do projeto liberal**. Tese de Doutorado em Educação. UFBA, 2003.
- O GLOBO. “Morre no Rio, aos 82 anos, o historiador Pedro Calmon”. Rio de Janeiro, 18 jun. 1985. In: BOAVENTURA, Edivaldo M. (org.). **Pedro Calmon: vida e glória**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Salvador: Secretaria de Estado da Educação e Cultura; Academia de Letras da Bahia, 1986.
- ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. **Alienação Mental e Raça: A psicopatologia comparada dos negros e mestiços brasileiros na obra de Raimundo Nina Rodrigues**. Tese de Doutorado em Ciências Médicas, Unicamp, 2003.
- OLIVEIRA, Waldir Freitas. A TARDE. Salvador, 22 mar 1986
- PASSIANI, Enio. **A Construção da Hegemonia: Monteiro Lobato, Mercado Editorial e Campo Literário no Brasil**. I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial – Casa de Rui Barbosa, Nov 2004. www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/eniopassiani.pdf <acesso em 5 ago. 2005>.

PEÇANHA, Celso. *In: CÂMARA DOS DEPUTADOS, Homenagem Póstuma ao Dr. Pedro Calmon, ex-deputado federal, professor e historiador*. A requerimento do Dep. João Alves de Almeida. Sessão do dia 16 out 1985. Brasília, 1985.

PETRÔNIO, José Domingues. “Negros de Almas Brancas? A Ideologia do Branqueamento no Interior da Comunidade Negra em São Paulo, 1915-1930”. *In: ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS*, Rio de Janeiro, ano 24, nº 3, 2002. p. 563-599.

RAILLARD, Alice. **Conversando com Jorge Amado**. Rio de Janeiro: Record, 1990.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.

RAMOS, Jair de Souza. **O Poder de Domar do Fraco: construção da autoridade e poder tutelar na política de Povoamento do Solo Nacional**. Tese de Doutorado. Museu Nacional/ UFRJ, 2002.

RAMOS, Jair de Souza. **O Ponto da Mistura: Raça, Imigração e Nação em um Debate da Década de 20**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Museu Nacional, 1994.

REIS, João José. “Um balanço dos estudos sobre as revoltas escravas da Bahia”. *In: REIS, João José. (org.). Escravidão e Invenção da Liberdade – Estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. **Rebelião Escrava no Brasil – A história do levante dos malês, 1835**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. Ed. revista. e ampliada. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

REIS, José Roberto Franco. **Higiene Mental e Eugenia: o Projeto de “Regeneração Nacional” da Liga Brasileira de higiene Mental (1920-30)**. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 1994.

RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. **A Dança das Cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)**. 2ª. Ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, CECULT, 2003.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil**. 1627.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. "Pai Quibombo, o Chefe das Macumbas do Rio de Janeiro Imperial". *REVISTA TEMPO*, UFF, n.11, Número especial sobre Religiosidades, 2001.

_____. “Majestades do oculto: imagens de líderes religiosos negros na literatura dos oitocentos no Brasil”. *In: BELLINI, SALLES e SAMPAIO (orgs). Formas de Crer: ensaios de história religiosa do mundo luso-afro-brasileiro, séculos XVI-XXI*. Salvador: EDUFBA, 2006.

_____. **A História do Feiticeiro Juca Rosa: cultura e relações sociais no Rio de Janeiro Imperial**. Doutorado em História, UNICAMP, 2000.

SAMPAIO, Nelson de Sousa. “Um Mestre pela Doutrina e pelo Exemplo”. *In: 80 Anos de Pedro Calmon*. UFBA: Salvador, 1983.

SANTOS, Gislene Aparecida. **A invenção do “ser negro” : um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros**. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. **A República do Povo: sobrevivência e tensão – Salvador, 1890-1930**. Salvador: Edufba, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. 4ª. Reimp. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. “Pesquisa e Indicadores Sociais”. <http://www.planalto.gov.br/seppir/> <acesso em 01 out 2006>.

SEGATO, Rita. “O Édipo Brasileiro: a dupla negação de gênero e raça”. *In: SÉRIE ANTROPOLOGIA*, 400, Brasília: UNB, 2006.

SILVA, Paulo Santos. **A Volta do Jogo Democrático**. Bahia, 1945. Salvador: Assembléia Legislativa, 1992.

_____. **Âncoras de Tradição: Luta Política, Intelectuais e Construção do Discurso Histórico na Bahia (1930-1949)**. Salvador: Edufba, 2000.

SILVEIRA, Renato. “Os selvagens e a massa”. Papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental. *AFRO-ÁSIA*, Salvador, v. 1, n. 23, 2000. p. 87-144.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco**. Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. “Racial ideas and social policy in Brazil, 1870-1940”. *In: GRAHAM, Richard (ed.). The Idea of Race in Latin America, 1870-1940*, Austin: University of Texas Press, 1990, p.7-36.

_____. Era de Vargas (1930-1945). **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SLENES, Robert Wayne Andrew . “As Provações de Um Abraão Africano: a Nascente Nação Brasileira na Viagem Alegorica de Johann Moritz Rugendas”. *In: REVISTA DE HISTORIA DA ARTE E ARQUEOLOGIA*, Campinas, SP, v. 2, 1996. p. 271-94.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: Unesp; Salvador: Edufba, 2001.

_____. **Pedro Calmon**. Salvador: Fund. Cultural do Estado da Bahia. 1977.

THOMPSON, E. P. “Patrícios e Plebeus”. *In: Costumes em Comum*. São Paulo: Cia das Letras. 2002.

_____. Folclore, antropologia e história social. *In: NEGRO, A. L; SILVA, S. (orgs.). As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. São Paulo: Ed. da Unicamp, 2001.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **Modernismo no Rio de Janeiro: turunas e quixotes**. Rio de Janeiro: Ed. FVG, 1996.

VERGER, Pierre. **Fluxo e Refluxo**. Do tráfico escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos, dos séculos XVII a XIX. 4ª ed. Salvador: Corrupio, 2002.

VIANA FILHO, Luiz. “O Amigo Perfeito”. *In: 80 Anos de Pedro Calmon*. UFBA: Salvador, 1983.

VIANNA, Hildergardes. **A Bahia já foi Assim**. 2ª ed. São Paulo: GRD; Brasília: INL, 1979.

WEHLING, Arno. **Estado, História, Memória**. Varnhagen e a Construção do Brasil. Rio de Janeiro: nova Fronteira. 1999.